



PERCEPÇÕES RELACIONADAS AO ANTISSEMITISMO E AOS JUDEUS NO BRASIL

DOSSIÊ ANALÍTICO

Pesquisa realizada
entre os dias 16 e 17
de julho de 2026

2026



Instituto Brasil-Israel

Em um mundo marcado por simplificações e polarizações, o Instituto Brasil-Israel (IBI) existe para ajudar a compreender as diversas camadas que explicam a realidade social, cultural, histórica e geopolítica de Israel e dos judeus em todo o mundo. O IBI faz isto por meio de atividades educativas, culturais e sociais, promovendo o debate de ideias de maneira qualificada, sem maniqueísmos, estimulando o diálogo entre visões diferentes, de forma respeitosa e propositiva. O IBI abre espaço para o contraditório e estimula o relacionamento em ambientes plurais e diversos, onde a divergência de ideias dá lugar à construção de diálogos e transformações.

Visite: www.institutobrasilisrael.org



IDEIA

Criado em 2011, o IDEIA é um instituto de pesquisa especializado em opinião pública e estratégia. O IDEIA desenvolve projetos de pesquisa, análise de dados e estratégia digital no Brasil e no exterior. É uma empresa que preza pela experiência e pela inovação. Por isso, possui uma visão “agnóstica” de aplicação de metodologias de pesquisa qualitativa e quantitativa para levantar as opiniões e percepções da opinião pública.

Visite: www.ideiausa.com

PERCEPÇÕES RELACIONADAS AO ANTISSEMITISMO E AOS JUDEUS NO BRASIL

Dossiê Analítico

Instituto Brasil-Israel, 2026

Presidente Eduardo Wurzmann

Diretoria Karina Hotimsky Iguelka (vice-presidente), Claudio Bobrow, David Diesendruck, Inês Mindlin Lafer, Marina Cusnir, Milton Seligman, Pedro Kelson

Equipe Amanda Desmonts, Amanda Hatzurah, Anita Efraim, Caroline Mello, Daniel Douek, João Koatz Miragaya, Karl Schurster, Melina Sternberg, Sidney Sapira, Tamara Crespín

Expediente da publicação

Produção Caroline Mello, Karl Schurster

Revisão técnica Diego Leonardo Santana Silva, Tamara Crespín

Revisão textual Beatriz Rodrigues

Capa João Vaz

Design e diagramação Regina Beer, Ex-Libris Comunicação Integrada



DOI 10.5281/zenodo.22859679

ISBN 978-85-7856-345-5

Para acessar o Relatório de Pesquisa, [clique aqui](#) ou acesse via QR Code.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
NOTA METODOLÓGICA	14
PARTE I – O BRASIL CONHECE OS JUDEUS? DO DESCONHECIMENTO AO ESTEREÓTIPO	20
O judeu conhecido antes do encontro	22
Quem nunca conheceu um judeu pensa diferente?	25
Quem conhece tem menos preconceitos?	28
O paradoxo do conhecimento declarado	30
Do desconhecimento ao estereótipo	30
PARTE II – O ISRAEL IMAGINADO PELOS BRASILEIROS	32
Um país visto através da guerra	34
Entre apoio, rejeição e ausência de posição	36
Autodeterminação ou colonização?	37
A religião organiza diferenças que a média nacional esconde	39
O Israel bíblico e o Israel político	40
Favorabilidade a Israel não é percepção dos judeus	40
Um Israel imaginado	41
PARTE III – O ANTISSEMITISMO CULTURAL – OS ESTEREÓTIPOS QUE SOBREVIVEM	44
A permanência do antijudaísmo religioso	46
O estereótipo positivo também é estereótipo	47
Dinheiro, riqueza e avareza	48
Quando o estereótipo se torna conspiração	49

Desconfiança e atribuição moral	51
Uma nova família de representações produzida pelo conflito?	53
O Holocausto não desapareceu da disputa	55
Entre 2024 e 2026, diminuiu a indefinição	56
O paradoxo do reconhecimento do antissemitismo	58
Sionismo e antissionismo: o paradoxo se aprofunda	60
Um antissemitismo de famílias, não um bloco	62
 PARTE IV – O PESO DO CONFLITO	 65
O 7 de outubro e a resposta israelense	66
A guerra como imagem de Israel	68
A entrada do genocídio no repertório público	70
Do conflito à política externa brasileira	71
Quando Israel interfere na percepção sobre os judeus	73
O conflito e a reorganização da imagem pública de Israel	74
 PARTE V – EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E CONHECIMENTO HISTÓRICO	 76
A escola e a memória do Holocausto	79
Conhecer o Holocausto e compreender sua história	80
Aprender sobre os judeus sem encontrá-los	82
As diferenças regionais e os limites do conhecimento declarado	83
A memória como educação contra o antissemitismo	84
O Brasil conhece melhor a destruição do que a vida judaica?	85
 PARTE VI – O ANTISSEMITISMO DIGITAL – CIRCULAÇÃO, MEDIAÇÃO E RECONHECIMENTO	 87
Quando o estereótipo vira conteúdo	90
Entre o meme e a memória	90
Onde o antissemitismo é percebido	91
Um sistema informacional híbrido	93

Influenciadores e os limites da pergunta	94
Circulação, desinformação e aquilo que a pesquisa consegue medir	95
A banalização e a vida cotidiana dos estereótipos	96
O digital reorganiza repertórios anteriores	97

PARTE VII – QUEM PENSA O QUÊ? DIFERENÇAS, CRUZAMENTOS E PADRÕES DE PERCEPÇÃO

99

A religião organiza de maneira particularmente forte as percepções sobre Israel	100
Entre admiração religiosa e permanência do antijudaísmo cristão	101
Geração e mudança dos repertórios	102
Escolaridade modifica repertórios, mas não os torna necessariamente menos estereotipados	103
Conhecimento, contato e opinião formada	104
Por que não um eixo direita-esquerda ou sionista-antissionista?	105
Um mapa sem um único grupo explicativo	106
Afinal, quem pensa o quê?	107

PARTE VIII – O BRASIL MUDOU? PERMANÊNCIAS E RUPTURAS ENTRE 2024 E 2026

109

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE ESTA PESQUISA REALMENTE MOSTRA?

114

APRESENTAÇÃO

Falar sobre o que os brasileiros pensam a respeito dos judeus parece, à primeira vista, uma tarefa simples. Pergunta-se a uma amostra representativa da população o que ela sabe, quais imagens associa ao termo “judeu”, como reage diante de determinadas afirmações e que posição assume sobre temas relacionados ao antissemitismo e ao Estado de Israel. As respostas são convertidas em percentuais, comparadas entre grupos e apresentadas em tabelas e gráficos.

“ Os desafios começam quando se tenta compreender o que esses números significam.

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasil-Israel em 2026 parte dessa dificuldade. O objetivo não foi medir simpatia ou rejeição, mas identificar os repertórios por meio dos quais a população brasileira reconhece os judeus, interpreta o antissemitismo e estabelece relações entre judaísmo, Holocausto, Israel e os conflitos contemporâneos. Os resultados mostram que essas dimensões não se organizam de maneira linear. Conhecimento e desconhecimento convivem. Imagens positivas podem aparecer ao lado de estereótipos antigos. Referências religiosas coexistem com interpretações políticas recentes. Pessoas que rejeitam determinadas formulações antisemitas podem aceitar outras sem reconhecer nelas uma manifestação de preconceito.

A primeira constatação necessária é demográfica. A população judaica constitui uma parcela muito pequena da sociedade brasileira. Isso significa que, para grande parte dos brasileiros, a construção de uma imagem sobre os judeus não depende da convivência cotidiana com pessoas judias. A pesquisa confirma essa distância. Entre os 2.006 entrevistados, 67% afirmaram não conhecer pessoalmente nenhuma pessoa judia. Outros 15% disseram conhecer superficialmente e apenas 7% declararam conhecer e possuir proximidade. Já 11% não souberam responder.

O dado merece atenção porque estabelece uma condição importante para a leitura de todo o levantamento.

“ Para aproximadamente dois terços dos entrevistados, “o judeu” não corresponde, ao menos segundo a resposta declarada, a alguém que faça parte de sua experiência pessoal. Isso não impede a formação de opiniões, muito pelo contrário.

Pessoas e grupos socialmente distantes podem ocupar posições extremamente presentes no imaginário coletivo.

É justamente o que começa a aparecer quando os entrevistados são convidados a avaliar o quanto conhecem sobre os judeus. Dez por cento se colocam no grau máximo de conhecimento e outros 11% no nível imediatamente inferior. Na outra extremidade, 16% dizem conhecer pouco e 24% afirmam não conhecer nada. O maior grupo, 39%, ocupa o ponto intermediário da escala.

Esses percentuais não devem ser tratados como um teste de conhecimento. Ninguém foi submetido, nessa pergunta, a uma avaliação objetiva sobre história judaica, judaísmo, comunidades judaicas brasileiras ou cultura judaica. O que se mede é a percepção que o indivíduo possui do próprio conhecimento. Essa distinção acompanha toda a análise. Afinal, saber e acreditar que se sabe não são necessariamente a mesma coisa.

A pesquisa permite avançar um pouco mais porque, em seguida, deixa de perguntar quanto o entrevistado pensa conhecer e solicita uma associação espontânea. Diante do termo “judeu”, 18,3% mencionam religião, Bíblia ou crenças. Outros 9,1% mencionam Cristo, Deus, fé ou Jesus. “Povo/Humano/Nação” aparece com 4,4%, enquanto Alemanha, Hitler e Holocausto alcançam 4% e dor ou sofrimento, 3,8%. Referências diretamente classificadas como “Judeus/Judaicos/Judaísmo” correspondem a 2%. Onze e meio por cento dizem não saber ou não lembrar.

A resposta espontânea oferece uma primeira pista sobre a natureza do conhecimento social identificado pela pesquisa. O judeu aparece fortemente inscrito em um repertório religioso, sobretudo bíblico e cristão. Em seguida aparecem referências históricas relacionadas à perseguição, ao nazismo e ao Holocausto. A vida judaica contemporânea, sua diversidade cultural, suas instituições, suas diferentes tradições e a própria presença judaica no Brasil não surgem com peso semelhante entre as primeiras associações.

Isso não significa que o brasileiro enxergue necessariamente os judeus de maneira negativa. Parte importante do reconhecimento parece ocorrer por intermédio de repertórios anteriores ao encontro com pessoas judias concretas. Essa diferença entre presença social e presença simbólica constitui uma das questões centrais desta pesquisa, analisada aqui neste dossiê. Ela se torna ainda mais importante diante das afirmações apresentadas aos entrevistados. Algumas pertencem ao universo religioso, outras recuperam estereótipos históricos e outras fazem referência a preconceitos econômicos, políticos ou raciais. As respostas mostram que não existe uma única estrutura de percepção.

Quarenta e três por cento concordam total ou parcialmente que “judeus são muito inteligentes”. Vinte e oito por cento concordam que os judeus são “o povo eleito”. Vinte e sete por cento atribuem aos judeus responsabilidade pela morte de Jesus. Dezesseis por cento concordam que “não existe judeu pobre”, a mesma proporção que considera os judeus racistas. Quinze por cento concordam que judeus “invadem as terras dos outros”. Quatorze por cento aceitam a afirmação de que judeus controlam a imprensa e a mesma proporção concorda que controlam os bancos. Os percentuais são diferentes, assim como são diferentes as histórias dessas representações. Não seria metodologicamente adequado somá-los para produzir artificialmente um único índice de preconceito. Também seria inadequado concluir que todas as pessoas que concordaram com alguma dessas frases possuem a mesma visão sobre os judeus. O interessante está justamente na coexistência.

A representação positiva da inteligência judaica pode parecer elogiosa e ainda assim operar segundo uma lógica de generalização de um grupo inteiro. A crença no “povo eleito” possui significado teológico diferente de uma teoria conspiratória sobre controle de bancos. A acusação de responsabilidade pela morte de Jesus carrega uma história de séculos de antijudaísmo cristão. Já a negação do Holocausto pertence a outro universo histórico e político.

Colocar todas essas respostas sob uma mesma categoria eliminaria diferenças que a própria pesquisa permite observar. Esta pesquisa e este dossiê não pretendem construir um retrato binário no qual os brasileiros seriam classificados entre antissemitas e não antissemitas, tal oposição seria insuficiente para compreender os resultados encontrados.

“ O antissemitismo pode sobreviver e atuar por meio de repertórios fragmentários.

Uma pessoa não precisa possuir uma visão sistematicamente hostil aos judeus para reproduzir uma imagem construída historicamente sobre dinheiro, poder, religião, inteligência, lealdade ou influência. Da mesma maneira, simpatia por Israel não significa necessariamente conhecimento da vida judaica, assim como uma posição crítica diante de políticas do governo israelense não constitui, por si mesma, antissemitismo. A necessidade dessas distinções fica ainda mais evidente quando o Estado de Israel entra no questionário.

Quando se pede uma associação espontânea ao Estado de Israel, a resposta dominante é “Guerra/Atentados/Bomba”, mencionada por 23% dos entrevistados. Pena ou tristeza aparece com 8%. Cristo, Deus, fé ou Jesus alcançam 7%. Terra Prometida, Cidade Santa ou Jerusalém, 5%. Religião ou Bíblia, 4%. Israel emerge, portanto, de maneira bastante diferente do termo “judeu”. Enquanto o segundo aciona principalmente um repertório religioso, Israel aparece fortemente associado à guerra e ao conflito contemporâneo. Essa diferença é essencial para o restante do dossiê. Judeus e Estado de Israel estão relacionados em diferentes dimensões históricas e identitárias, mas não constituem objetos equivalentes. Uma pesquisa sobre antissemitismo que confundisse ambos de forma sistemática terminaria reproduzindo justamente uma associação que precisa investigar. Os próprios entrevistados parecem conviver com essa fronteira de maneira complexa.

A opinião geral sobre Israel encontra-se fortemente concentrada no centro da escala. Quarenta e dois por cento escolheram a posição intermediária, enquanto 30% ficaram nas duas categorias favoráveis e 29% nas duas desfavoráveis. O resultado não descreve um país claramente dividido em dois blocos. Há quase equilíbrio entre posições favoráveis e desfavoráveis, mas o maior segmento não se instala em nenhuma das extremidades.

Esse padrão reaparece em perguntas mais complexas. Diante da afirmação de que a criação de Israel pode ser entendida como movimento de autodeterminação nacional dos judeus, 44% concordam total ou parcialmente e 44% escolhem “nem concordo nem discordo”. Quando a criação do país é apresentada como um tipo de colonização em território já habitado, 41% concordam total ou parcialmente e novamente 44% permanecem na categoria intermediária. O resultado recomenda cautela diante de uma tentação frequente na interpretação de pesquisas de opinião. Nem toda resposta intermediária significa moderação ideológica. Às vezes ela expressa ausência de informação suficiente para escolher, em outros casos, pode representar ambivalência, dúvida, distância em relação ao tema ou simplesmente uma opinião ainda pouco consolidada.

Essa questão perpassa diversos blocos da pesquisa. Sessenta e três por cento desconhecem o significado de sionismo. Mais da metade não sabe dizer se o Brasil necessita de uma legislação específica para combater o antissemitismo. Cinquenta e um por cento não sabem se concordam ou discordam da adesão brasileira à acusação apresentada pela África do Sul contra Israel perante a Corte Internacional de Justiça. Quarenta e dois por cento não sabem indicar qual deveria ser a posição brasileira em relação a Israel. Não estamos, portanto, diante de uma população que possua necessariamente opiniões consolidadas sobre todas essas questões. Esse talvez seja um dos resultados mais relevantes do levantamento de 2026.

O debate público brasileiro sobre judeus, Israel e antissemitismo tornou-se intenso nos últimos anos, sobretudo depois dos ataques de 7 de outubro de 2023 e da guerra que se seguiu. Intensidade discursiva não significa necessariamente disseminação equivalente de conhecimento. Temas podem ocupar grande espaço na imprensa, nas redes sociais e na disputa política sem produzir conceitos claros entre aqueles que os recebem. A pesquisa permite observar essa distância apontando que noventa por cento dos entrevistados utilizam redes sociais. O Instagram aparece como a plataforma mais utilizada para informação cotidiana. Ao mesmo tempo, 49% dizem encontrar raramente ou nunca conteúdos sobre judeus e Israel na internet. Entre os conteúdos já vistos relacionados aos dois temas aparecem referências em filmes, séries, jogos ou músicas, além de notícias e materiais ligados às guerras contemporâneas.

O ambiente informacional não produz necessariamente conhecimento organizado, mas fragmentos sobre ele. Uma notícia sobre Gaza, uma referência bíblica, uma série sobre o Holocausto, uma fala religiosa, um vídeo sobre Israel, uma imagem de guerra, uma teoria conspiratória ou uma memória escolar podem participar simultaneamente da construção de uma representação.

Essa pesquisa não buscou determinar aquilo que os brasileiros “realmente pensam” como se existisse uma opinião nacional homogênea e plenamente formada. O que os dados permitem examinar são tendências de percepção, repertórios disponíveis, diferenças entre segmentos da população, níveis declarados de conhecimento, associações espontâneas e graus distintos de adesão a determinadas afirmações. Também interessa aquilo que os entrevistados não sabem responder. Em pesquisas sobre preconceito, o “não sei”, a resposta intermediária e a ausência de lembrança não constituem resíduos estatísticos que devem ser descartados para chegar às opiniões “verdadeiras”. Em determinados casos, são parte do resultado. Quando uma parcela expressiva da população não consegue

posicionar-se sobre determinado conceito ou acontecimento, isso informa algo sobre a circulação social daquele tema.

Essa perspectiva importa particularmente para a análise do Holocausto. Sessenta e sete por cento dizem conhecer ou já ter ouvido falar do genocídio dos judeus europeus. Entre aqueles que possuem alguma lembrança sobre o tema, a escola aparece como espaço fundamental de aprendizagem. Em contraste, 68% dizem não se recordar de ter aprendido algo sobre a comunidade judaica, e 97% nunca visitaram ou tiveram contato com instituições judaicas, sinagogas, museus relacionados ao Holocausto ou à Segunda Guerra, centros culturais ou escolas judaicas. A diferença é significativa. É possível conhecer o Holocausto sem conhecer os judeus.

Pode-se saber algo sobre a perseguição e o assassinato de judeus europeus durante o nazismo sem possuir conhecimento semelhante sobre judaísmo, história judaica, diversidade das comunidades judaicas ou vida judaica brasileira. O judeu pode então aparecer sobretudo como personagem da Bíblia, vítima do Holocausto ou sujeito relacionado ao Estado de Israel. Entre essas imagens, a experiência histórica e contemporânea dos judeus pode permanecer pouco conhecida.

A pesquisa também exige cuidado na interpretação sobre o antissemitismo.

“ O levantamento indica que não existe uma única matriz na manifestação do antissemitismo no Brasil, nem que todas as representações encontradas possuem a mesma origem.

O que aparece é uma combinação de repertórios religiosos, estereótipos tradicionais, desconhecimento, imagens positivas generalizantes, memórias do Holocausto, referências ao conflito israelo-palestino e conteúdos que circulam no ambiente digital.

A comparação com 2024 acrescenta outra dimensão ao problema. Algumas afirmações foram repetidas em 2026, permitindo observar mudanças nas respostas. A existência dessa série oferece uma oportunidade rara, mas exige prudência. O período entre as duas pesquisas foi marcado por acontecimentos relacionados a Israel, Gaza e ao debate internacional sobre o antissemitismo. Uma mudança percentual entre 2024 e 2026 não pode ser automaticamente atribuída a um único acontecimento. A pesquisa identifica a mudança, mas sua explicação exige interpretação e, quando necessário, o recurso a outras

fontes. Este dossiê mantém uma distinção permanente entre o que os dados mostram e aquilo que eles permitem levantar como hipótese.

Vale registrar, ainda, uma opção editorial deste dossiê: ao longo das Partes que seguem, um mesmo dado ou gráfico pode ser mobilizado mais de uma vez, sempre que ajudar a explicar o argumento em discussão. Essa escolha evita fragmentar resultados que dialogam entre si e permite que cada Parte seja lida de forma relativamente autônoma, sem exigir que o leitor volte às seções anteriores para reconstituir o raciocínio. Ao custo, assumido conscientemente, de alguma repetição pontual de números já apresentados.

“ Os números encontrados não descrevem um Brasil indiferente aos judeus, mas, também não descrevem uma sociedade que os conheça profundamente. Mostram um país no qual uma pequena população possui uma significativa presença religiosa, histórica e política no imaginário social.

Um país em que milhões de pessoas podem nunca ter conhecido pessoalmente um judeu e, ainda assim, dispor de imagens bastante definidas sobre aquilo que acreditam ser os judeus. Compreender de onde vêm essas imagens, como se combinam, onde se transformam em estereótipos e em que circunstâncias podem contribuir para formas de hostilidade constitui o problema que orienta esta análise.

Antes de medir a rejeição, portanto, é preciso compreender o reconhecimento. Antes de perguntar apenas quanto antissemitismo existe no Brasil, esta pesquisa propõe uma questão anterior e talvez mais difícil:

“ Quem são os judeus que o Brasil imagina conhecer?

NOTA METODOLÓGICA

A pesquisa *Percepções relacionadas ao antissemitismo e aos judeus no Brasil* foi concebida como um levantamento quantitativo de opinião pública para identificar percepções, associações, conhecimentos declarados e posicionamentos da população adulta brasileira sobre os judeus, o antissemitismo, o Estado de Israel, o Holocausto e temas correlatos. O trabalho de campo ocorreu entre 16 e 17 de julho de 2026, por meio de aplicativo mobile, com 2.006 pessoas maiores de 18 anos, de todas as regiões do país. O desenho amostral seguiu cotas definidas a partir da população brasileira, tendo como referência a PNAD Contínua 2025 e o Censo de 2022. O relatório técnico registra nível de confiança de 95% e margem de erro máxima de 2,2 pontos percentuais para o total da amostra.

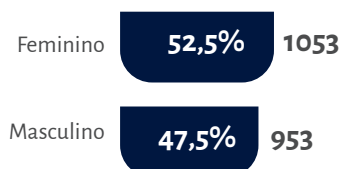
A amostra reproduziu características demográficas relevantes da população adulta. Mulheres somaram 52% dos entrevistados e homens, 48%. A distribuição etária reuniu 14% entre 18 e 24 anos, 20% entre 25 e 34, 21% entre 35 e 44 e 45% com 45 anos ou mais. Quanto à escolaridade, 3% haviam cursado até a 3ª série do ensino fundamental, 5% até a 4ª série, 12% completaram o ensino fundamental, 51% o ensino médio e 29% o ensino superior. Regionalmente, o Nordeste concentrou 26% dos participantes, o Sudeste 43%, o Sul 15%, o Norte 8% e o Centro-Oeste 8%.

O questionário registrou também diferenças de religião, raça ou cor e identidade de gênero. Católicos somaram 36% dos entrevistados, protestantes ou evangélicos 28%, adeptos de outras religiões 21%, pessoas sem religião ou ateus 14% e judeus aproximadamente 1%. Quanto à raça ou cor, 43% se declararam brancos, 42% pardos, 11% pretos e 4% pertencentes a outras categorias. Noventa por cento afirmaram identificar-se com o gênero registrado em sua certidão de nascimento; os demais se distribuíram entre outras respostas e a opção de não responder.

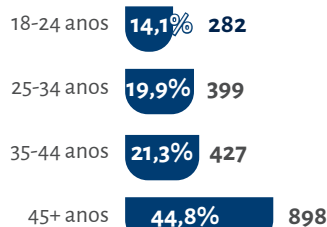
Essas variáveis sustentam parte da capacidade analítica da pesquisa. Religião, idade, escolaridade, região e contato pessoal com judeus associam-se a formas diferentes de perceber os temas investigados, de modo que a comparação entre esses segmentos organiza boa parte da leitura que se segue.

Detalhamento da amostra

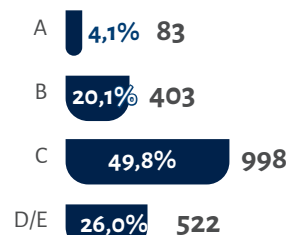
Gênero



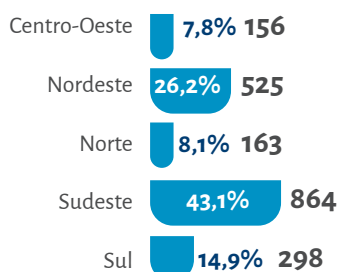
Idade



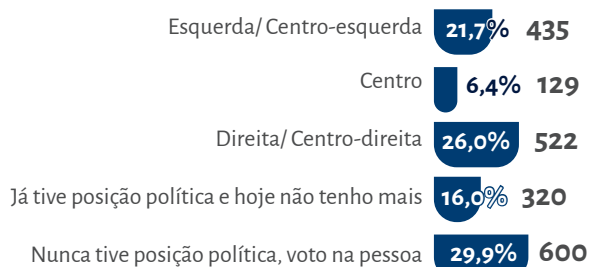
Classe



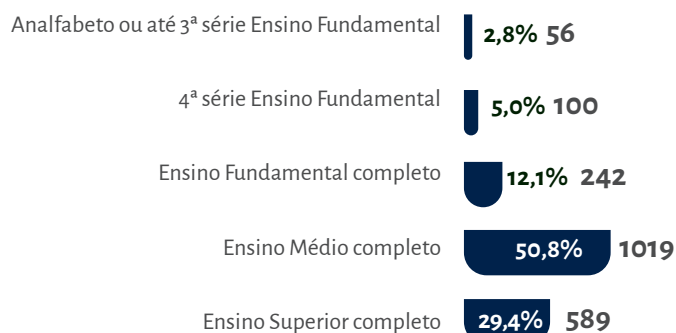
Região



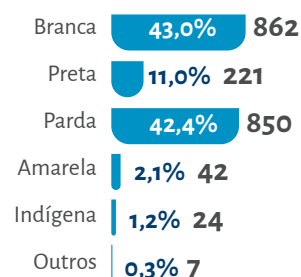
Posição política atual



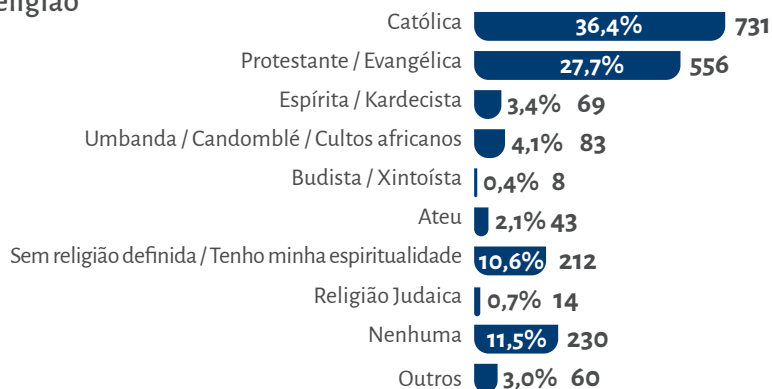
Escolaridade



Raça ou cor



Religião



A coleta por aplicativo mobile ampliou a agilidade do levantamento e alcançou respondentes em todas as regiões do país. Todos os questionários passaram por checagem de consistência. Uma limitação, como em qualquer coleta autoadministrada, foi o formato pressupor familiaridade com dispositivos digitais, o que pode moldar de forma sutil quem responde e como responde.

O questionário combina perguntas espontâneas e estimuladas. Nas espontâneas, o entrevistado responde sem receber um conjunto fechado de alternativas. É o caso das perguntas sobre a primeira palavra que vem à mente ao pensar em Israel ou ao ouvir o termo “judeu”. As respostas, colhidas junto aos 2.006 entrevistados, foram agrupadas posteriormente em categorias como “Religião/Bíblia/Crenças”, “Cristo/Deus/Fé/Jesus” e “Alemanha/Hitler/Holocausto”, entre outras.

Esse procedimento capta repertórios mais imediatos, menos condicionados pelas alternativas do questionário. A categorização posterior constitui, ainda assim, uma etapa analítica. Respostas distintas se reúnem sob rótulos comuns, e esses agrupamentos podem influenciar a interpretação final. Este dossiê explicita sempre o critério usado para agregar categorias espontâneas em conjuntos mais amplos e não apresenta uma soma construída posteriormente como se tivesse sido oferecida diretamente pelo entrevistado.

As perguntas estimuladas seguem uma lógica diferente. Os participantes escolhem entre opções ou indicam o grau de concordância com afirmações previamente formuladas, o que torna as respostas mais comparáveis e, ao mesmo tempo, mais sensíveis à redação da pergunta. Formulações distintas ativam enquadramentos diferentes, sobretudo em temas politicamente disputados ou pouco conhecidos pela população.

Esse efeito aparece com clareza nas perguntas sobre a criação do Estado de Israel. Os entrevistados reagiram a duas afirmações: uma apresenta a criação de Israel como movimento de autodeterminação nacional dos judeus; a outra a descreve como forma de colonização em um território já habitado. Nas duas questões, cerca de 44% escolheram a posição intermediária. Essa proximidade não equivale a uma divisão equilibrada entre duas narrativas históricas consolidadas. Pode refletir baixa familiaridade com o tema, ambivalência, desconhecimento conceitual, recusa em aderir a um enquadramento específico ou opiniões pouco cristalizadas.

Este dossiê atribui peso particular às respostas intermediárias, às opções “não sei dizer” e aos casos em que o entrevistado declara não conhecer determinado conceito. Pesquisas

de opinião costumam tratar essas categorias como simples ausência de posicionamento. Aqui, elas funcionam também como dado sobre o grau de circulação social dos temas investigados. Quando uma parcela expressiva dos entrevistados não sabe definir sionismo, não tem opinião sobre uma questão diplomática ou não se posiciona diante de uma formulação histórica, isso revela algo sobre os limites do conhecimento público disponível, e não apenas sobre preferências políticas.

A pesquisa usa também escalas de autopercepção. Convidado a indicar, numa escala de 1 a 5, quanto conhece sobre os judeus, o entrevistado produz uma medida de conhecimento declarado, não de conhecimento efetivamente demonstrado. Dez por cento se posicionaram no nível máximo e 11% no nível imediatamente inferior; 16% afirmaram conhecer pouco e 24%, nada. Esses valores não se convertem diretamente em medida objetiva de conhecimento histórico ou cultural.

O dossiê confronta, sempre que possível, o conhecimento declarado com outras variáveis: contato pessoal, lembrança de aprendizagem, reconhecimento de conceitos e adesão a determinados estereótipos. O objetivo é situar a autopercepção dos entrevistados diante de outros indicadores produzidos pela própria pesquisa.

Outro cuidado central envolve as inferências causais. O desenho da pesquisa é transversal: as informações foram coletadas em um período determinado e registram associações entre variáveis naquele momento. A pesquisa permite afirmar, por exemplo, que determinados grupos religiosos apresentam níveis diferentes de favorabilidade ao Estado de Israel ou que certas faixas etárias mencionam “guerra” com frequências distintas. Não permite demonstrar, por si só, que a religião causou determinada opinião ou que o consumo de redes sociais produziu uma associação específica.

Expressões como “provoca”, “leva a”, “faz com que” ou “é causado por” ficam fora do vocabulário deste dossiê, salvo quando sustentadas por evidências externas adicionais. A análise recorre a formulações como “está associado a”, “aparece com maior frequência entre”, “sugere”, “é compatível com a hipótese de” ou “merece investigação adicional”. Essa disciplina interpretativa importa sobretudo em um tema em que convicções políticas e posições normativas contaminam com facilidade a leitura dos números.

A comparação entre 2024 e 2026 constitui uma segunda etapa metodológica. Parte das afirmações sobre os judeus se repetiu nos dois levantamentos, o que permitiu construir uma série histórica. O relatório técnico registra bases de 2.073 entrevistados em 2024

e 2.006 em 2026 para esse conjunto de questões. A comparação identifica variações na distribuição das respostas e exige observar todas as categorias simultaneamente. Uma redução no número de entrevistados que escolhem “não sei dizer”, por exemplo, pode redistribuir respostas entre concordância, discordância e neutralidade sem representar, necessariamente, uma transformação ideológica simples.

Os dois levantamentos pertencem ao mesmo ciclo histórico, marcado pelas consequências dos ataques de 7 de outubro de 2023, pela guerra em Gaza, pela intensa circulação de imagens de violência e por fortes disputas políticas em torno de Israel, do antissemitismo e da questão palestina. Essa proximidade temporal torna a série especialmente relevante, mas não autoriza atribuir uma mudança encontrada a um único acontecimento. A pesquisa identifica variações, e explicar suas causas exige contextualização histórica e, em alguns casos, estudos complementares.

As respostas sobre estereótipos recebem tratamento igualmente cuidadoso. O questionário reúne afirmações de naturezas muito diferentes: “judeus são muito inteligentes”, “judeus controlam os bancos”, “judeus são o povo eleito”, “judeus foram responsáveis pela morte de Jesus”, “o Holocausto não existiu”. Esses enunciados não se somam indiscriminadamente em um único bloco. Guardam origens históricas, conteúdos e graus de hostilidade distintos.

Este dossiê os examina segundo famílias de representação, separando estereótipos religiosos de econômicos, morais, conspiratórios, políticos e negacionistas. O propósito é entender como tradições diversas de representação coexistem na sociedade brasileira e como diferentes grupos respondem de maneira distinta a cada uma delas.

A pesquisa não tem como propósito diagnosticar individualmente nenhum entrevistado como antissemita. Concordar com uma afirmação específica não equivale, por si só, a sustentar uma visão inteiramente estruturada sobre os judeus. Os dados permitem observar a circulação de determinadas ideias e a frequência com que grupos da população aderem a elas, as rejeitam ou não conseguem se posicionar diante delas.

Essa opção metodológica evita também um problema conceitual. O antissemitismo não é necessariamente um sistema coerente de crenças. Pode aparecer de forma fragmentada, contraditória ou circunstancial. Uma pessoa pode rejeitar uma teoria conspiratória econômica e, ao mesmo tempo, reproduzir uma acusação religiosa antiga. Pode demonstrar simpatia por Israel e aceitar uma representação essencializada dos judeus. Pode conde-

nar o negacionismo do Holocausto e continuar reproduzindo estereótipos sobre dinheiro ou poder.

A unidade central de análise deste dossiê não é “o antissemita”, entendido como um tipo humano fixo, mas a circulação social de representações sobre os judeus, Israel e o antissemitismo.

Os resultados registram o momento específico em que a pesquisa foi realizada. Opiniões sobre Israel, guerra, política internacional e antissemitismo podem mudar rapidamente diante de novos acontecimentos, enquanto representações religiosas ou culturais tendem a apresentar maior estabilidade. Essas duas temporalidades também compõem o próprio objeto investigado.

A análise segue três níveis complementares. Observa, primeiro, os resultados nacionais e as associações espontâneas. Examina, em seguida, cruzamentos capazes de revelar diferenças relevantes entre segmentos da população e interpreta, por último, os dados à luz de suas limitações, evitando atribuir causalidade onde há apenas correlação e distinguindo do conhecimento objetivo, autopercepção, opinião e representação social.

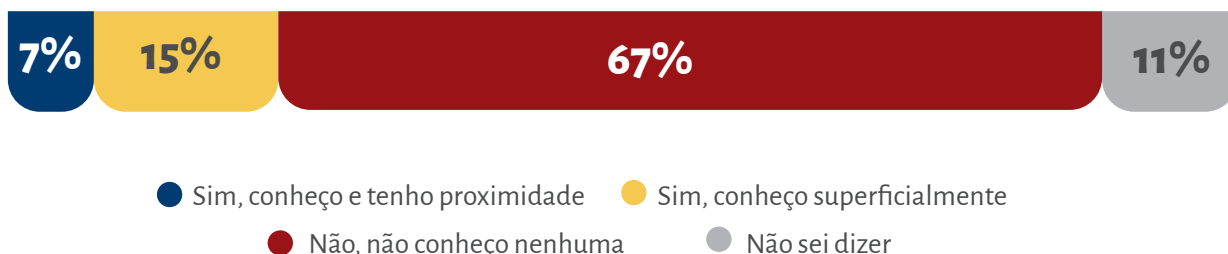
O propósito é aproveitar com rigor aquilo que os números efetivamente permitem conhecer. Lida sob essa chave, a pesquisa funciona como um retrato das formas pelas quais judeus, judaísmo, Israel, antissemitismo e memória histórica se tornam inteligíveis para diferentes parcelas da população brasileira em 2026.

O BRASIL CONHECE OS JUDEUS?

DO DESCONHECIMENTO AO ESTEREÓTIPO

De que forma os judeus estão presentes na experiência cotidiana da população brasileira? A resposta identificada pela pesquisa estabelece uma das chaves para a leitura de todo o levantamento. Quando perguntados se conhecem pessoalmente alguma pessoa judia, 67% dos entrevistados respondem que não. Outros 15% afirmam conhecer alguém apenas superficialmente e 7% dizem conhecer e possuir proximidade. Onze por cento não sabem responder. Em números absolutos da amostra, são 1.341 entrevistados sem contato pessoal declarado, 303 que relatam contato superficial e 137 que afirmam conhecer uma pessoa judia com proximidade.

CONHECE PESSOALMENTE ALGUMA PESSOA JUDIA?



Fonte: Você conhece pessoalmente alguma pessoa que seja judia? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

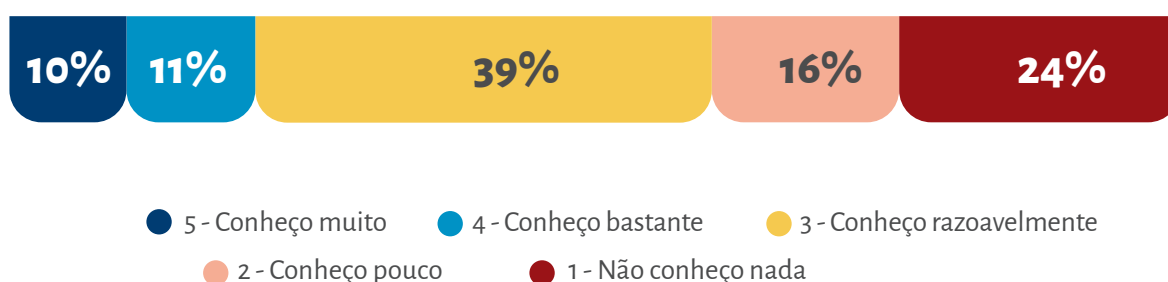
A primeira impressão poderia levar à conclusão de que judeus são pouco conhecidos pelos brasileiros porque constituem uma população numericamente pequena e concentrada em determinados espaços urbanos. Essa constatação é verdadeira, ainda que insuficiente para explicar os resultados seguintes.

“ O que interessa à pesquisa não é somente a distância entre a maioria da população e as comunidades judaicas. É compreender o que acontece quando uma minoria pouco presente na experiência cotidiana se torna, ao mesmo tempo, objeto de representações religiosas, históricas, políticas e culturais bastante difundidas.

A diferença entre presença social e presença simbólica é fundamental.

Dois terços dos entrevistados dizem não conhecer pessoalmente nenhuma pessoa judia, o que não significa ausência de referências sobre os judeus. Quando solicitados a avaliar o próprio conhecimento, 10% afirmam conhecer muito e 11% atribuem a si mesmos o nível imediatamente inferior. Na outra ponta da escala, 24% dizem não conhecer nada e 16% conhecer pouco. O maior contingente, 39%, ocupa a posição intermediária.

GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE OS JUDEUS



Fonte: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "Não conheço nada" e 5 significa "Conheço muito", o quanto você diria que conhece sobre os judeus: (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

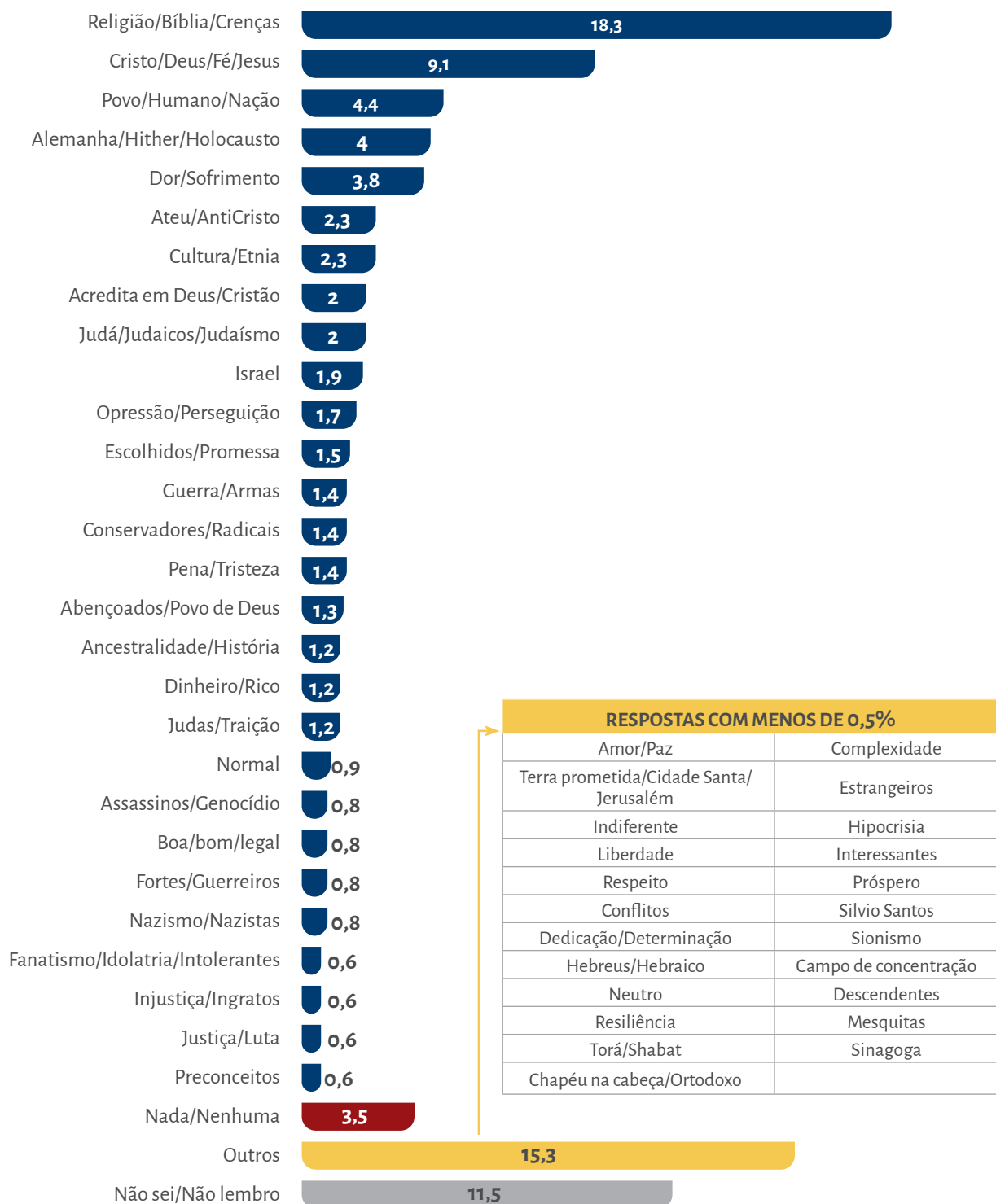
O resultado impede que “contato pessoal” e “conhecimento” sejam tratados como sinônimos. Uma pessoa pode acreditar que conhece bastante sobre os judeus sem conhecer pessoalmente alguém que se identifique como judeu. Da mesma maneira, conhecer uma pessoa judia não significa necessariamente possuir conhecimento sobre judaísmo, história judaica ou a diversidade das comunidades judaicas.

A análise individual das respostas confirma essa diferença. Entre aqueles que afirmam conhecer uma pessoa judia e possuir proximidade, o conhecimento autodeclarado é consideravelmente maior. Nesse grupo, cerca de 64% se colocam nos níveis 4 ou 5 da escala de conhecimento. Entre aqueles que dizem não conhecer nenhuma pessoa judia, essa proporção cai para aproximadamente 15%. A média da autopercepção de conhecimento também acompanha o contato: é de aproximadamente 2,4 entre aqueles que não conhecem nenhuma pessoa judia, sobe para 3,1 entre aqueles que conhecem superficialmente e alcança 3,9 entre quem declara possuir proximidade. Existe, portanto, uma associação clara entre conhecer judeus e acreditar conhecer mais sobre os judeus. O problema começa quando se pergunta o que significa esse conhecimento.

O judeu conhecido antes do encontro

A pergunta espontânea oferece um indício importante. Quando o entrevistado ouve a palavra “judeu”, a associação mais frequente não é com uma pessoa, uma comunidade brasileira, uma tradição cultural ou sequer com o judaísmo enquanto tal. O conjunto mais mencionado é “Religião/Bíblia/Crenças”, com 18,3%. Em seguida aparecem “Cristo/Deus/Fé/Jesus”, com 9,1%. “Povo/Humano/Nação” reúne 4,4%, “Alemanha/Hitler/Holocausto” aparece em 4% e “Dor/Sufrimento”, em 3,8%. A categoria diretamente relacionada a “Judeus/Judaicos/Judaísmo” corresponde a apenas 2% das respostas. Outros 11,5% não sabem ou não lembram o que associar ao termo. Essa distribuição ajuda a compreender como é possível possuir uma representação dos judeus sem experiência direta com a vida judaica.

PALAVRA QUE VEM À MENTE AO OUVIR O TERMO “JUDEU”



Fonte: Qual é a primeira palavra que vem à sua mente ao ouvir o termo “judeu”? Responda com apenas UMA palavra ou expressão. (ESPONTÂNEA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

A Bíblia, Jesus, o cristianismo, o Holocausto, Hitler, a Segunda Guerra Mundial, Israel e diferentes produtos da cultura de massa fornecem imagens sobre os judeus a pessoas que podem passar a vida inteira sem entrar em uma sinagoga, visitar uma instituição judaica ou conviver de maneira próxima com uma família judaica. A própria pesquisa reforça essa hipótese ao mostrar, em outro bloco, que 97% nunca visitaram ou tiveram contato com instituições da comunidade judaica. Há aqui uma diferença importante entre conhecer judeus e possuir referências sobre os judeus.

A primeira experiência pressupõe algum grau de contato com pessoas, instituições, práticas ou formas concretas de vida judaica. A segunda pode ser inteiramente mediada.

“ É possível formar uma imagem relativamente elaborada a partir da religião, da escola, da memória do Holocausto, da televisão, das redes sociais ou do debate sobre Israel. Essa condição torna os estereótipos socialmente eficientes. Eles não dependem da ausência absoluta de informação, mas da existência de uma informação previamente organizada, simplificada e generalizada, ocupando o lugar do conhecimento.

Essa mediação ajuda a explicar por que a associação espontânea com a religião pesa tanto. Para uma parcela expressiva da população brasileira, o judeu é inicialmente inteligível dentro de uma narrativa cristã. Jesus, a Bíblia, o “povo eleito”, a “Terra Prometida” e a responsabilidade pela morte de Cristo pertencem a esse mesmo universo de referências, embora produzam sentidos muito diferentes.

Os resultados sobre religião deixam isso evidente. Entre os evangélicos, 44,4% concordam total ou parcialmente que os judeus são “o povo eleito”. Entre os católicos, a proporção é de 23%. A concordância também varia segundo a idade, passando de 20,9% entre os entrevistados de 18 a 24 anos para 30% entre aqueles com 45 anos ou mais.

O dado não deve ser automaticamente classificado como antissemitismo. “Povo eleito” é uma categoria de origem religiosa cuja interpretação varia segundo a tradição em que é empregada. No cristianismo contemporâneo, pode inclusive sustentar discursos favoráveis aos judeus ou ao Estado de Israel. O interesse está em perceber que o reconhecimento do judeu ocorre, para parte dos entrevistados, por meio de uma “gramática teológica”. A situação muda quando observamos outra afirmação pertencente ao mesmo universo religioso. Vinte e sete por cento da amostra concordam total ou parcialmente que os judeus

foram responsáveis pela morte de Jesus. Entre católicos, a concordância chega a 24,2% e, entre evangélicos, a 33,8%.

Aqui estamos diante de uma representação com história bastante diferente. A acusação coletiva de deicídio desempenhou papel central no antijudaísmo cristão durante séculos. A sobrevivência dessa ideia entre uma parcela da população brasileira mostra como conteúdos históricos podem permanecer culturalmente disponíveis, mesmo quando aqueles que os reproduzem não os percebem necessariamente como manifestações de hostilidade e antissemitismo. Isso permite uma primeira distinção importante para o restante do dossiê. Nem toda representação generalizante sobre os judeus possui o mesmo conteúdo. A existência de representações positivas não elimina a presença de representações hostis; elas podem coexistir.

Uma pessoa pode considerar os judeus “povo eleito”, admirar aquilo que percebe como inteligência judaica, apoiar Israel e, simultaneamente, acreditar que os judeus foram responsáveis pela morte de Jesus. As categorias não se anulam porque não necessariamente pertencem, para o entrevistado, ao mesmo sistema de julgamento.

“ Medir antissemitismo exige, por isso, mais do que contar respostas negativas.

Quem nunca conheceu um judeu pensa diferente?

Seria razoável esperar que o contato pessoal com judeus estivesse associado a uma redução da adesão a estereótipos. Essa hipótese possui forte tradição nos estudos sobre preconceito. A convivência com integrantes de um grupo minoritário poderia substituir representações abstratas por experiências concretas e, com isso, reduzir generalizações. Não é esse o padrão simples encontrado nesta pesquisa. Quando os entrevistados são separados segundo o grau de contato pessoal declarado, aqueles que dizem conhecer judeus apresentam, em várias afirmações, maior concordância, e não menor.

Entre os entrevistados que afirmam não conhecer nenhuma pessoa judia, 9,3% concordam total ou parcialmente que “judeus controlam os bancos”. Entre aqueles que conhecem judeus superficialmente, o percentual sobe para 26,7%. Entre os que dizem conhecer judeus e possuir proximidade com eles, chega a aproximadamente 40%.

A afirmação de que “judeus controlam a imprensa” segue desenho semelhante ao da afirmação anterior. A concordância fica abaixo de 10% entre aqueles que não conhecem nenhuma pessoa judia, passa para aproximadamente 22% entre quem conhece superficialmente e alcança cerca de 38% entre os entrevistados que declaram proximidade.

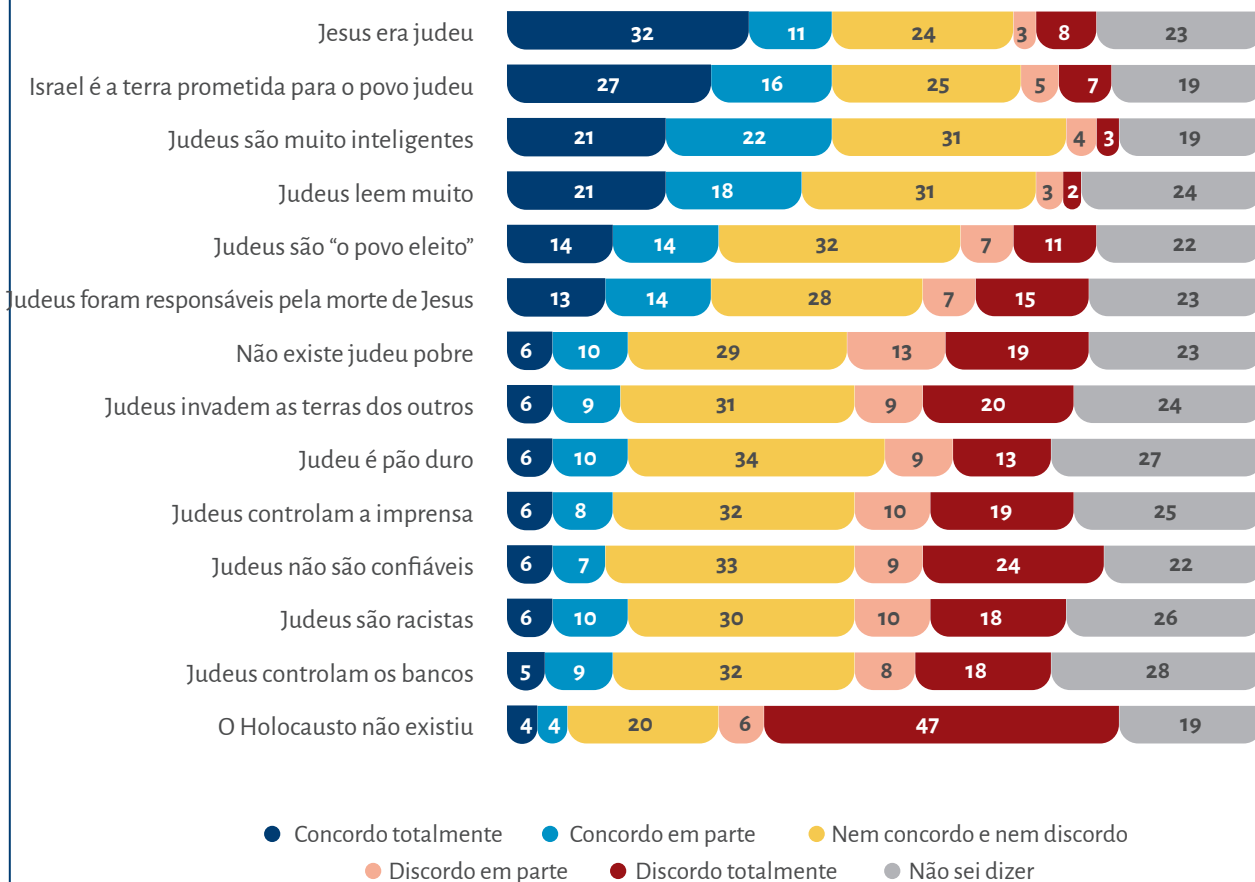
A antiga acusação religiosa reproduz a mesma diferença. Entre quem não conhece pessoalmente judeus, aproximadamente 24% concordam total ou parcialmente que os judeus foram responsáveis pela morte de Jesus. Entre aqueles que conhecem superficialmente, o percentual fica próximo de 37%. Entre os que relatam proximidade, chega a aproximadamente 47%.

O padrão reaparece em afirmações de outra natureza. A concordância com “judeus são racistas” passa de aproximadamente 14% entre aqueles sem contato para 26% entre os que conhecem superficialmente e cerca de 30% entre os que relatam proximidade. Para a afirmação “judeus invadem as terras dos outros”, os valores são aproximadamente 14%, 21% e 29%, respectivamente.

Até mesmo a negação do Holocausto, embora em patamares menores, não desaparece entre os entrevistados que dizem possuir contato pessoal. A concordância total ou parcial com “o Holocausto não existiu” fica em torno de 7% entre quem não conhece judeus e próxima de 20% no grupo que declara conhecer uma pessoa judia e possuir proximidade.

Esse último resultado exige cautela particular. A base dos entrevistados que relatam proximidade é de apenas 137 casos. Não se deve transformar esses percentuais em estimativas precisas para todos os brasileiros que possuem amigos ou conhecidos judeus. Ainda assim, a diferença é grande o suficiente para impedir uma conclusão que parecia intuitiva antes da análise dos microdados. Nesta pesquisa, o contato declarado não funciona como indicador automático de menor adesão a estereótipos.

CONCORDÂNCIA COM AS FRASES



Fonte: Agora, gostaria de saber o que você pensa sobre os judeus. Vou apresentar algumas afirmações e peço que você indique seu grau de concordância com cada uma delas: se concorda totalmente, concorda em parte, nem concorda nem discorda, discorda em parte ou discorda totalmente. Vamos lá: (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA POR LINHA)

Base: Total da amostra (2.006)

Não sabemos, por meio do questionário, quem é a pessoa judia que o entrevistado afirma conhecer, qual a natureza dessa relação, há quanto tempo ela existe ou o que o respondente entende por “proximidade”. Tampouco sabemos se a identificação dessa pessoa como judia deriva de autodeclaração, da percepção do entrevistado ou de pertencimento institucional. “Conhecer um judeu” pode significar experiências sociais bastante diferentes.

Há ainda outra possibilidade que os próprios microdados sugerem. Os entrevistados que declaram maior proximidade apresentam menor concentração de respostas intermediárias e maior disposição para concordar ou discordar das afirmações propostas. Considerando conjuntamente as 14 frases sobre os judeus, a escolha de “nem concordo nem discordo” aparece, em média, em cerca de 31% das respostas entre quem não conhece nenhuma pessoa judia. Entre aqueles que declaram conhecer e possuir proximidade, cai

para aproximadamente 14%. Esse dado muda a interpretação, pois o grupo que declara contato próximo com judeus não parece apenas “mais preconceituoso”, mas também mais opinativo.

O padrão persiste nas afirmações positivas ou factuais. Entre quem não conhece nenhuma pessoa judia, aproximadamente 40% concordam total ou parcialmente que “judeus são muito inteligentes”. Entre quem conhece superficialmente, são cerca de 59%. Entre aqueles que declaram proximidade, aproximadamente 72%. Na afirmação “judeus leem muito”, a diferença se repete: a concordância passa de aproximadamente 35% entre aqueles sem contato para 55% entre quem possui contato superficial e ultrapassa 70% entre aqueles que declaram proximidade. Na afirmação “Jesus era judeu”, a concordância cresce de cerca de 40% entre quem não conhece nenhuma pessoa judia para 54% entre quem conhece superficialmente e aproximadamente 63% entre aqueles que relatam proximidade.

O fenômeno encontrado não pode ser reduzido a “quanto mais contato, mais antissemitismo”. Os dados não sustentam uma conclusão tão simples.

“ O que eles mostram é que quanto maior o contato declarado, maior parece ser também a disposição para atribuir características aos judeus, sejam elas historicamente corretas, elogiosas, religiosas ou claramente estereotipadas.

Esse resultado é muito mais importante para mostrar a necessidade de ações educativas de letramento sobre questões que envolvam judeus e o judaísmo.

Quem conhece tem menos preconceitos?

Não encontramos evidência de que o simples fato de declarar conhecer uma pessoa judia esteja associado, nesta amostra, a menor adesão às afirmações estereotipadas. Quando isolamos um conjunto de nove afirmações de conteúdo predominantemente hostil ou historicamente associado a repertórios antissemitas – entre elas, controle dos bancos, controle da imprensa, inexistência de judeus pobres, avareza, responsabilidade pela morte de Jesus, negação do Holocausto, falta de confiabilidade, racismo e invasão de terras –, a proporção média de concordância aumenta entre os grupos conforme cresce o contato declarado.

Entre os que não conhecem nenhuma pessoa judia, a concordância média com esse conjunto fica em aproximadamente 13%. Entre aqueles que conhecem superficialmente, passa para cerca de 23%. Entre os entrevistados que afirmam conhecer e possuir proximidade, chega a aproximadamente 33%. Esse resultado não demonstra que o contato cause preconceito – isso seria um erro metodológico –, mas mostra que pessoas que possuem maior proximidade com judeus se sentem mais à vontade para expressar opiniões e, por desconhecimento ou mesmo pela falta de letramento sobre questões que envolvem judeus e judaísmo, repetem estereótipos presentes no imaginário social.

Não sabemos se existem diferenças de religião, idade, orientação política, escolaridade ou outros fatores entre os grupos capazes de explicar parte desse comportamento. Também não sabemos se as pessoas que se consideram mais conhecedoras do assunto respondem de maneira mais assertiva às perguntas, reduzindo o uso das categorias intermediárias. O que podemos afirmar é mais restrito e, ao mesmo tempo, relevante: a hipótese de que o contato pessoal, isoladamente, funciona como proteção contra a reprodução de estereótipos não é confirmada pelos dados brutos desta pesquisa.

Essa informação nos obriga a abandonar uma ideia confortável segundo a qual preconceitos existiriam apenas onde não existe contato. Isso porque as relações sociais reais podem coexistir com representações generalizantes.

“ Alguém pode possuir um amigo, colega ou conhecido judeu e continuar pensando “os judeus” como uma coletividade homogênea à qual atribui determinadas características.

Conhecer uma pessoa pertencente a um grupo não significa necessariamente deixar de estereotipar o grupo.

Existe também uma questão metodológica importante. A categoria “conheço um judeu” depende da capacidade do entrevistado de identificar alguém como judeu. Diferente de características imediatamente percebidas em determinadas situações sociais, a judeidade nem sempre é visível. O reconhecimento pode ocorrer porque a pessoa falou sobre sua identidade, porque participa de determinada instituição, porque utiliza algum símbolo, porque possui determinado sobrenome ou apenas porque o entrevistado a percebe dessa maneira. A pesquisa não permite distinguir essas possibilidades. Isso significa que o próprio ato de dizer “eu conheço um judeu” já pode estar relacionado à maneira pela qual o entrevistado imagina e identifica a judeidade. Essa hipótese não pode ser comprovada aqui, mas merece ser registrada para futuras investigações.

O paradoxo do conhecimento declarado

A análise da Parte I nos conduziu a um resultado aparentemente paradoxal. De um lado, existe pouco contato declarado: dois terços da amostra afirmam não conhecer pessoalmente nenhuma pessoa judia. De outro, encontram-se representações bastante definidas sobre quem são os judeus. E, entre aqueles que dizem possuir maior contato e maior conhecimento, não encontramos necessariamente menor adesão a generalizações.

O paradoxo desaparece quando distinguimos três dimensões que inicialmente pareciam equivalentes: contato, conhecimento e representação não são a mesma coisa. O contato informa que o entrevistado acredita conhecer alguém que seja judeu. O conhecimento autodeclarado informa quanto ele considera saber sobre os judeus. A representação informa quais características, imagens, histórias e juízos ele mobiliza quando pensa nesse grupo. Nesse sentido, as três dimensões podem se relacionar sem coincidir.

É possível conhecer uma pessoa judia e conhecer pouco sobre judaísmo. É possível nunca ter conhecido um judeu e possuir amplo conhecimento histórico. É possível considerar-se profundamente informado e reproduzir estereótipos. É possível também reproduzir um estereótipo positivo sem perceber que está generalizando uma população extremamente diversa.

A pesquisa de 2026 começa a apontar justamente essas sobreposições. Há um dado adicional que reforça essa leitura: o conhecimento do Holocausto não acompanha perfeitamente o conhecimento declarado sobre os judeus. Sul e Centro-Oeste aparecem com os maiores percentuais de conhecimento ou reconhecimento do Holocausto, enquanto a Região Norte registra o maior percentual de entrevistados que afirmam “conhecer muito” sobre os judeus. Isso é importante porque impede transformar uma única pergunta em indicador geral de conhecimento.

“Conhecer os judeus”, conhecer o Holocausto, conhecer uma pessoa judia e conhecer a história judaica são experiências distintas.

Do desconhecimento ao estereótipo

Os resultados desta primeira parte recusam a hipótese de que o problema brasileiro se resume ao desconhecimento dos judeus. O desconhecimento existe. Aparece no baixo contato pessoal, na autopercepção modesta de parte expressiva dos entrevistados

e, como o dossiê mostrará mais adiante, na dificuldade de reconhecer conceitos como judaísmo, sionismo e antissemitismo. Ao lado dele, existe uma ampla disponibilidade de representações. O judeu brasileiro imaginado carrega a Bíblia, Jesus, o Holocausto, o sofrimento, a inteligência, os livros, o dinheiro, os bancos, a imprensa, o “povo eleito”, a Terra Prometida, a morte de Cristo. Nem toda essa carga pesa da mesma forma. Parte vem da história, parte da religião, parte assume a forma de elogio e outra parte carrega séculos de hostilidade. O que fornece unidade a essas peças tão diferentes é a generalização. Aqui, desconhecimento e estereótipo se opõem e passam a se explicar mutuamente. O estereótipo oferece exatamente aquilo que falta ao desconhecimento: uma resposta pronta, reduzindo a diversidade a traços reconhecíveis e transformando um grupo heterogêneo em “personagem social”.

A pesquisa não separa o Brasil entre quem conhece os judeus e quem os desconhece. Descreve, isso sim, formas diferentes de conhecimento, construídas pela experiência, pela religião, pela memória histórica, pela escola, pela cultura de massa e pelo ambiente informacional. E afirma que a experiência pessoal, sozinha, não desmonta representações coletivas já formadas. Esse é, talvez, o indicador central desta primeira parte.

“ Não é apenas que grande parte do Brasil conhece poucos judeus, é que os judeus podem ser socialmente conhecidos antes de serem pessoalmente encontrados.

O indivíduo em si, real, chega depois de uma longa história de imagens, e essas imagens raramente desaparecem quando o encontro finalmente acontece.

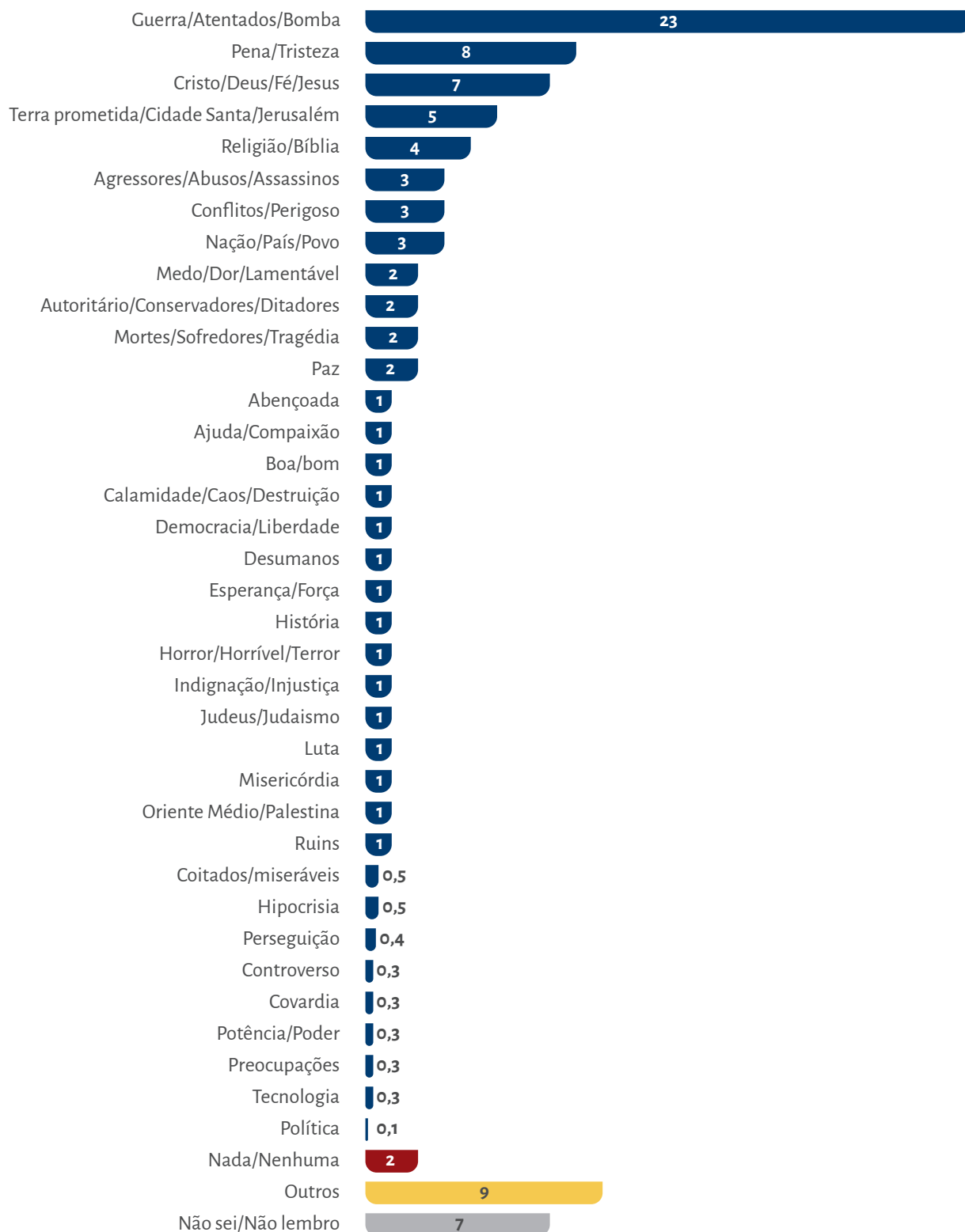
2

O ISRAEL IMAGINADO PELOS BRASILEIROS

“ Se a palavra “judeu” conduziu grande parte dos entrevistados a um repertório religioso, a palavra “Israel” produziu uma configuração bastante diferente.

A mudança é importante porque mostra que os dois objetos, embora relacionados, não ocupam o mesmo lugar no imaginário dos brasileiros. Quando perguntados sobre a primeira palavra ou expressão que lhes vem à mente ao pensar no Estado de Israel, 23% respondem “Guerra/Atentados/Bomba”; essa é, com larga vantagem, a associação mais frequente. Em seguida aparecem “Pena/Tristeza”, com 8%, “Cristo/Deus/Fé/Jesus”, com 7%, “Terra prometida/Cidade Santa/Jerusalém”, com 5%, “Religião/Bíblia”, com 4%, e “Agressores/Assassinos”, também com 4%. Apenas 1% menciona diretamente “Judeus/Judaísmo”.

PALAVRA QUE VEM À MENTE AO PENSAR EM ISRAEL



Fonte: Qual é a primeira palavra que vem à sua mente ao pensar em Israel (o Estado de Israel)? Responda com apenas UMA palavra ou expressão. (ESPONTÂNEA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

A diferença em relação à Parte I é expressiva. Quando o termo apresentado era “judeu”, predominavam religião, Bíblia e crenças. Diante do Estado de Israel, a guerra assume o primeiro plano. O judeu é inicialmente reconhecido por uma gramática religiosa; Israel é reconhecido, sobretudo, por uma gramática do conflito. Essa diferença não significa o desaparecimento da religião: Cristo, Deus, fé, Jesus, Terra Prometida, Cidade Santa, Jerusalém e Bíblia permanecem entre as associações relevantes. O que muda de fato é a hierarquia, pois a dimensão religiosa passa a conviver com um repertório fortemente produzido pelo presente.

Israel aparece, assim, sobreposto por temporalidades diferentes. Há o Israel bíblico, relacionado às Escrituras e à Terra Santa. Há o Estado criado em 1948, objeto de posições políticas e interpretações históricas, e há o Israel das notícias, associado às guerras, aos atentados, às bombas e às imagens de sofrimento que circulam cotidianamente. Esses diferentes *Israéis* não precisam ser claramente separados pelos entrevistados, pois estão sobrepostos.

Um país visto através da guerra

A força da associação espontânea entre Israel e guerra não pode ser ignorada. Ao mesmo tempo, ela não autoriza afirmar que 23% dos brasileiros consideram Israel essencialmente violento ou responsabilizam o país pelos conflitos em que está envolvido. A categoria “Guerra/Atentados/Bomba” registra uma associação, não uma atribuição de responsabilidade. Uma pessoa pode mencionar guerra pensando nos ataques sofridos por Israel, nas operações militares israelenses, no conflito israelo-palestino ou simplesmente na presença recorrente do país no noticiário internacional.

Essa distinção é particularmente importante diante do contexto no qual o levantamento foi realizado. A pesquisa de campo ocorreu em julho de 2026, depois de quase três anos de intensa exposição pública aos acontecimentos iniciados com os ataques do Hamas em 7 de outubro de 2023 e à guerra subsequente. A própria pesquisa mostra que 67% conhecem ou já ouviram falar do Hamas e 63% conhecem ou já ouviram falar dos ataques de 7 de outubro. Entre aqueles que conhecem o acontecimento, 85% desaprovam o ataque. Portanto, a associação de Israel com guerra emerge em um ambiente informacional no qual conflito e violência ocupam grande espaço.

CONHECE OU OUVIU FALAR DO HAMAS?



Fonte: Você conhece ou já ouviu falar no Hamas? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)
Base: Total da amostra (2.006)

CONHECE OU OUVIU FALAR NO ATAQUE DO HAMAS NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2023 A ISRAEL?



Fonte: No dia 7 de outubro de 2023, o Hamas invadiu o sul de Israel. O ataque resultou na morte de mais de 1.200 israelenses e estrangeiros, além de 251 pessoas feitas reféns. Você conhece ou já ouviu falar no ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 a Israel? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)
Base: Total da amostra (2.006)

NÍVEL DE APOIO AO ATAQUE DO HAMAS EM 7 DE OUTUBRO DE 2023 A ISRAEL



Fonte: Você aprova ou desaprova o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 a Israel? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)
Base: Quem viu, leu ou ouviu falar sobre o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 (1.255)

Ainda assim, não podemos demonstrar apenas com esses dados que a cobertura jornalística ou as redes sociais sejam a causa da associação encontrada. A pesquisa informa que 37% dos entrevistados veem sempre ou frequentemente notícias ou imagens sobre guerras e que a tristeza é o principal sentimento despertado por esse conteúdo, mencionada

por 67%. Isso torna plausível investigar a relação entre exposição midiática e percepção de Israel, mas não permite estabelecer uma cadeia causal.

Os cruzamentos demográficos acrescentam uma informação relevante. “Guerra/Atentados/Bomba” é a associação mais frequente em todos os níveis de escolaridade, mas aparece em 17,8% entre entrevistados com ensino fundamental, 24,5% entre aqueles com ensino médio e 25,1% entre os que possuem ensino superior. No grupo de menor escolaridade, as referências a “Cristo/Deus/Fé/Jesus” alcançam 9,5%, contra 5,8% entre os entrevistados com ensino superior. A idade produz outro gradiente importante: a associação com guerra alcança 29,1% entre os jovens de 18 a 24 anos e diminui progressivamente até chegar a 20% entre aqueles com 45 anos ou mais.

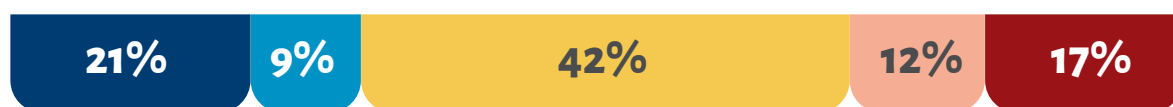
Os dois resultados sugerem diferenças no repertório utilizado para reconhecer Israel. Entre os mais jovens e os mais escolarizados, o país aparece com maior frequência relacionado ao conflito. Entre segmentos de menor escolaridade, referências religiosas possuem peso relativamente maior. Não é possível determinar com o levantamento por que isso acontece, mas uma hipótese possível está nas diferentes formas de acesso à informação, na experiência geracional e no peso relativo da socialização religiosa. Outra possibilidade é que pessoas mais escolarizadas e mais jovens estejam mais expostas ao debate político internacional. Em síntese, a imagem espontânea de Israel varia segundo idade e escolaridade, embora a guerra permaneça como associação dominante em todos esses grupos.

Entre apoio, rejeição e ausência de posição

Quando a pesquisa abandona a associação espontânea e solicita uma avaliação do Estado de Israel, a distribuição muda. Vinte e um por cento se dizem muito favoráveis e 9% favoráveis. Na direção oposta, 12% são desfavoráveis e 17% muito desfavoráveis. A posição intermediária reúne 42% dos entrevistados. A soma produz quase equilíbrio entre os polos. Trinta por cento encontram-se no campo favorável e 29% no desfavorável.

Mais do que uma divisão equilibrada entre posições favoráveis e desfavoráveis a Israel, os dados indicam a predominância de uma posição intermediária, já que quatro em cada dez entrevistados se situam no centro da escala. A análise segura dos dados nos levaria a substituir a ideia de “neutralidade” por “baixa definição de posição”, isso de fato seria mais preciso.

OPINIÃO SOBRE O ESTADO DE ISRAEL



● 5 - Muito favorável ● 4 - Favorável ● 3 - Nem favorável nem desfavorável
● 2 - Desfavorável ● 1 - Muito desfavorável

Fonte: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito desfavorável" e 5 significa "Muito favorável", qual é a sua opinião sobre o Estado de Israel? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

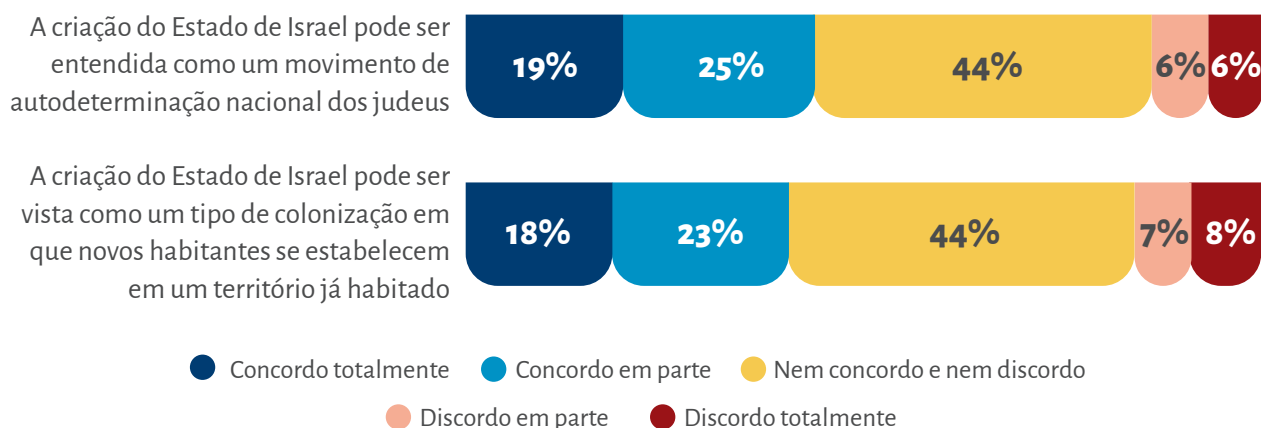
Base: Total da amostra (2.006)

Essa baixa definição reaparecerá diversas vezes ao longo da pesquisa e talvez seja uma característica importante da relação de parte dos brasileiros com Israel. Apesar da enorme presença do país no debate político e religioso, uma parcela expressiva da população não parece organizar sua percepção segundo uma divisão simples entre apoio e rejeição e isso fica ainda mais evidente quando a pergunta exige que o entrevistado se posicione diante de interpretações históricas.

Autodeterminação ou colonização?

A pesquisa apresentou duas afirmações sobre a criação do Estado de Israel. Na primeira, o processo é definido como movimento de autodeterminação nacional dos judeus. Na segunda, como um tipo de colonização na qual novos habitantes se estabeleceram em território já habitado. Diante da primeira formulação, 18,8% concordam totalmente e, somadas as duas categorias de concordância, chega-se a aproximadamente 44%. Outros 44,2% não concordam nem discordam. Apenas cerca de 12% discordam parcial ou totalmente. Na formulação sobre colonização, 17,7% concordam totalmente e aproximadamente 41% concordam total ou parcialmente. Outros 43,8% permanecem na posição intermediária e cerca de 15% discordam parcial ou totalmente.

CONCORDÂNCIA COM AFIRMAÇÕES SOBRE O ESTADO DE ISRAEL



Fonte: Em que medida você concorda com as seguintes afirmações sobre a criação do Estado de Israel? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)
 Base: Total da amostra (2.006)

À primeira vista, o resultado parece surpreendente, considerando que duas interpretações histórica e politicamente tensionadas apresentem níveis bastante semelhantes de concordância. A explicação mais simples seria atribuir essa proximidade ao tamanho da categoria intermediária. Há alguma verdade nisso, pois, em ambas as perguntas, cerca de 44% dos entrevistados evitam aderir ou rejeitar as formulações apresentadas.

Entretanto, os microdados acrescentam uma informação importante: segundo a análise individual das respostas já incorporada ao documento de trabalho, 63,5% dos entrevistados escolheram exatamente a mesma posição da escala para as duas afirmações. Mais de um terço, 34,1%, marcou “nem concordo nem discordo” em ambas. E 11,1% concordaram totalmente tanto com a definição de autodeterminação quanto com a de colonização. As duas proposições não são necessariamente incompatíveis em termos lógicos. Uma pessoa pode considerar que o sionismo representa uma forma de autodeterminação nacional judaica e, ao mesmo tempo, avaliar que sua realização envolveu colonização, imigração e estabelecimento de população em um território habitado por outra população. Concordar com as duas afirmações pode expressar ambivalência, desconhecimento ou baixa atenção, mas pode igualmente refletir uma interpretação histórica na qual os dois processos coexistem. Nesse sentido, as duas formulações não funcionaram para a maioria da amostra como polos perfeitamente excludentes.

“ O debate público frequentemente organiza a história de Israel por meio de narrativas concorrentes. Uma enfatiza perseguição, sionismo, autodeterminação e construção nacional judaica. Outra privilegia colonização, deslocamento palestino e relações assimétricas de poder. Na arena política, essas narrativas podem funcionar como argumentos antagônicos. Para grande parte dos entrevistados brasileiros, porém, elas aparentemente não formam uma oposição tão nítida.

Claro que isso pode decorrer de baixo conhecimento histórico mas, também, decorre da possibilidade de considerar as duas interpretações simultaneamente válidas. Pode decorrer ainda da pouca familiaridade com os próprios conceitos de “autodeterminação” e “colonização”.

A religião organiza diferenças que a média nacional esconde

Quando os resultados são separados segundo a religião, a aparente semelhança nacional começa a se desfazer. Entre evangélicos, 25,4% concordam totalmente que a criação de Israel representou autodeterminação nacional dos judeus. Entre católicos, são 16,8%; entre ateus, 14%. Na formulação sobre colonização, ocorre um movimento diferente. A concordância total chega a 19,2% entre evangélicos, 15,2% entre católicos e 32,6% entre ateus.

Entre os evangélicos, a diferença aparece também na rejeição: apenas 3,6% discordam totalmente da interpretação da autodeterminação, enquanto 9,2% discordam totalmente da interpretação da colonização.

A religião parece, portanto, participar da organização das percepções sobre Israel, e isso se torna ainda mais visível na pergunta sobre favorabilidade. Entre evangélicos ou protestantes, 33,5% atribuem ao Estado de Israel a nota máxima de favorabilidade. Entre católicos, o percentual é de 16,7%; entre ateus, 9,3%. O conjunto desses resultados é compatível com a importância que Israel adquiriu em determinados segmentos do cristianismo evangélico brasileiro. Ainda assim, a pesquisa não mede diretamente a adesão ao chamado sionismo cristão. Seria excessivo afirmar que os 33,5% de evangélicos muito favoráveis a Israel são sionistas cristãos ou que sua opinião deriva necessariamente de uma interpretação escatológica.

A identificação religiosa está associada a diferenças relevantes na maneira de avaliar Israel e interpretar sua criação.

O Israel bíblico e o Israel político

Os resultados permitem então identificar duas grandes portas de entrada para Israel no imaginário brasileiro: I: Religiosa; II. Política e midiática.

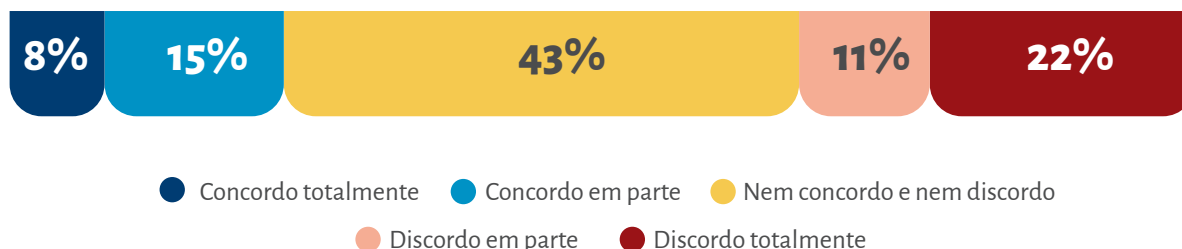
- I. Está presente nas referências espontâneas a Cristo, Deus, fé, Jesus, Terra Prometida, Cidade Santa, Jerusalém, religião e Bíblia. Aparece também na maior favorabilidade encontrada entre evangélicos e na maior adesão desse segmento à interpretação da autodeterminação;
- II. Aparece na associação dominante com guerra, atentados e bombas, na presença de palavras relacionadas a sofrimento e violência e no conhecimento relativamente elevado dos acontecimentos posteriores a 7 de outubro de 2023.

Um mesmo entrevistado pode interpretar Israel simultaneamente como Terra Santa e Estado envolvido em uma guerra. Pode atribuir significado bíblico ao país e discordar de seu governo. Pode ser favorável à existência de Israel e condenar suas ações militares. Pode defender os palestinos e reconhecer a autodeterminação judaica.

Favorabilidade a Israel não é percepção dos judeus

Existe ainda uma separação conceitual indispensável e sensível de que a opinião sobre o Estado de Israel não pode ser utilizada automaticamente como medida de atitude diante dos judeus. A própria pesquisa colocou essa relação à prova ao perguntar se “as ações de Israel influenciam minha opinião sobre judeus”. Trinta e três por cento discordam da afirmação e 43% não concordam nem discordam.

CONCORDÂNCIA COM A FRASE “AS AÇÕES DE ISRAEL INFLUENCIAM MINHA OPINIÃO SOBRE JUDEUS”



Fonte: Qual o seu grau de concordância com a seguinte frase: “As ações de Israel influenciam minha opinião sobre judeus”? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

Esse resultado será analisado em profundidade quando tratarmos dos conflitos, mas ele já serve como advertência metodológica. Israel e judeus encontram-se relacionados no imaginário social, porém não podem ser fundidos analiticamente. Essa distinção protege a pesquisa de dois erros opostos: i. considerar qualquer crítica a Israel uma manifestação de antissemitismo; ii. supor que discursos sobre Israel jamais possam mobilizar representações antissemitas sobre judeus. Os dados desta parte mostram justamente que “judeu” e “Israel” ativam repertórios espontâneos diferentes. Quando a palavra é “judeu”, religião e Bíblia ocupam o primeiro lugar. Quando é “Israel”, guerra, atentados e bombas dominam as associações.

Um Israel imaginado

A expressão “Israel imaginado” procura compreender, nesta pesquisa, a imagem de Israel que surge quando os brasileiros são convidados a falar sobre o país sem que lhes seja oferecida previamente uma definição. Nesse momento, antes das perguntas mais específicas e das alternativas apresentadas pelo questionário, são as referências disponíveis no repertório de cada entrevistado que organizam a resposta. É justamente aí que a pesquisa encontra um de seus resultados mais interessantes. Quando Israel é evocado espontaneamente, a guerra ocupa o primeiro plano. Ao redor dela aparecem sofrimento, religião, Jesus, Jerusalém, Terra Prometida, agressão e outras referências que pertencem a universos bastante distintos, mas convivem na maneira como o país é percebido.

Há, portanto, diferentes camadas sobrepostas: o Israel das narrativas bíblicas, o Estado contemporâneo, o território associado às religiões e o país que chega diariamente ao pú-

blico por meio das notícias sobre guerras e conflitos. Em contraste, referências à sociedade israelense, à diversidade de sua população, às suas instituições, à cultura, à economia ou às experiências da vida cotidiana aparecem com muito menos força.

“ É dessa distância entre a complexidade de uma sociedade e o conjunto relativamente concentrado de imagens mobilizadas para representá-la que nasce, aqui, a ideia de um “Israel imaginado”.

Não se trata de opor imaginação e realidade, mas de observar quais imagens se tornam disponíveis quando Israel precisa ser pensado e nomeado. O país que emerge das respostas espontâneas é, assim, simultaneamente lugar bíblico, Estado nacional, presença recorrente no noticiário e parte de um conflito que passou a ocupar parcela importante de sua representação pública.

Essa multiplicidade de referências ajuda a compreender um aspecto que, à primeira vista, poderia parecer contraditório nos resultados. Os entrevistados não respondem necessariamente ao mesmo “Israel” ao longo de todo o questionário, porque a própria palavra pode mobilizar repertórios diferentes conforme a maneira como a pergunta é formulada. Quando Israel é mencionado sem qualificações, a guerra aparece com força entre as associações espontâneas. Quando a questão passa a falar em “autodeterminação nacional dos judeus”, o entrevistado é conduzido a pensar o país a partir de uma determinada narrativa histórica. A introdução do termo “colonização” oferece outra chave de leitura. Já uma pergunta sobre favorabilidade exige algo diferente: um julgamento mais amplo sobre o Estado de Israel. Em alguma medida, portanto, cada formulação não apenas recolhe uma opinião existente, mas também delimita o objeto sobre o qual se pede ao entrevistado que se posicione.

É nesse ponto que alguns dos números mais interessantes desta parte da pesquisa ganham outra dimensão. Mais do que os 30% que se mostram favoráveis ao Estado de Israel ou os 29% que se declaram desfavoráveis, como apresentado há pouco, chama atenção a presença recorrente de entrevistados que não se acomodam facilmente nos polos oferecidos pelo debate. São 42% no centro da escala de favorabilidade, aproximadamente 44% que não concordam nem discordam das duas interpretações apresentadas sobre a criação de Israel e, sobretudo, 63,5% que escolhem exatamente a mesma posição diante de duas formulações históricas distintas. Vistos em conjunto, esses resultados sugerem que uma parcela importante dos entrevistados não organiza sua percepção de Israel segundo as fronteiras que costumam estruturar os debates políticos mais especializados ou polarizados.

Isso não significa ausência de posições definidas. Pelo contrário, elas existem e aparecem com clareza em diferentes segmentos da amostra, assim como são perceptíveis diferenças entre grupos religiosos e entre entrevistados mais favoráveis ou mais críticos a Israel. O que os dados acrescentam a esse quadro é a existência de uma zona considerável em que essas posições parecem menos consolidadas. Nela podem conviver hesitação, baixa familiaridade com as categorias apresentadas e até interpretações que, no debate público, costumam ser tratadas como incompatíveis. Em vez de enxergar essa faixa apenas como indecisão, vale tomá-la como parte do próprio fenômeno que a pesquisa procura compreender: Israel é muito visível no Brasil, mas essa visibilidade não produz, por si só, uma imagem única, coerente e estabilizada do país.

Talvez esteja aí uma das chaves para compreender o “Israel imaginado” que perpassa esta pesquisa.

“ Israel chega aos entrevistados por caminhos diferentes e nem sempre convergentes. Está nas referências bíblicas e religiosas, nas imagens de Jerusalém e da Terra Santa, mas também no noticiário internacional, nas guerras, no conflito com os palestinos e nas disputas políticas que cercam sua história e seu presente.

Esses repertórios se encontram no momento da resposta e ajudam a explicar por que uma mesma pessoa pode reconhecer argumentos associados à autodeterminação judaica e, em outra formulação, não rejeitar uma interpretação baseada na colonização. Não há necessariamente aí uma contradição a ser corrigida. Há, antes, indícios de que categorias muito demarcadas no debate especializado podem chegar à população de maneira sobreposta, incompleta ou recombinação.

3

O ANTISSEMITISMO CULTURAL – OS ESTEREÓTIPOS QUE SOBREVIVEM

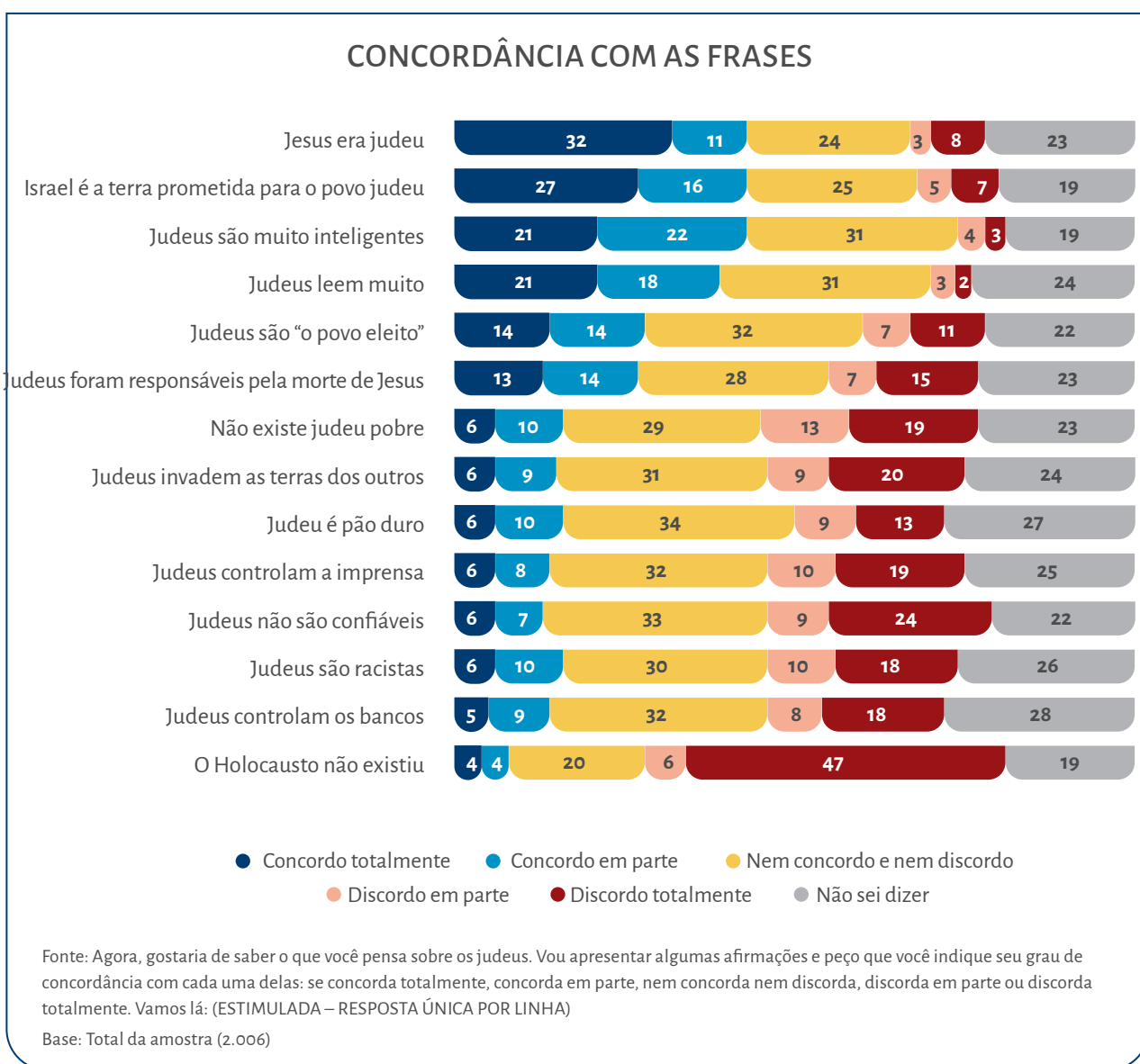
O antissemitismo raramente começa com uma declaração de ódio. Começa, na maioria das vezes, com uma frase familiar demais para causar estranhamento: judeus são ricos; judeus são inteligentes; judeus sabem lidar com dinheiro; judeus controlam bancos; judeus são pão-duros; judeus formam um povo particularmente instruído; judeus possuem poder sobre a imprensa; judeus foram responsáveis pela morte de Jesus.

Nem todas essas afirmações carregam o mesmo peso. Algumas soam hostis já na primeira leitura. Outras circulam disfarçadas de elogios. Algumas vêm de tradições religiosas antigas; outras nasceram ou ganharam corpo dentro de teorias conspiratórias modernas. Há ainda aquelas cuja imagem foi reformulada pelas disputas contemporâneas em torno de Israel. O que aproxima frases tão diferentes não é um conteúdo antissemita comum, mas um mecanismo: o indivíduo concreto desaparece diante de um conjunto de traços atribuídos a “os judeus” como massa homogênea.

A pesquisa de 2026 registra a sobrevivência desse mecanismo em escala nacional. Diante de quatorze afirmações, os entrevistados indicaram diferentes graus de concordância, discordância ou ausência de posição. Nenhum desses resultados desenha uma população uniformemente hostil aos judeus, e nenhum autoriza somar as respostas em um único percentual nacional de antissemitismo. As respostas são mais fragmentadas e exigem um olhar mais detalhado.

A afirmação com maior concordância entre as que atribuem características coletivas é “judeus são muito inteligentes”: 21% concordam totalmente e 22% em parte, somando 43%.

Logo depois vem “judeus leem muito”, com 39% de concordância total ou parcial. Vinte e oito por cento consideram os judeus “o povo eleito” e 27% concordam que foram responsáveis pela morte de Jesus. Num patamar mais baixo aparecem “não existe judeu pobre” e “judeu é pão-duro”, ambas com 16%; “judeus são racistas”, também com 16%; “judeus invadem as terras dos outros”, com 15%; “judeus controlam a imprensa” e “judeus controlam os bancos”, cada uma com 14%; e “judeus não são confiáveis”, com 13%. A negação do Holocausto fecha a lista, com 8% de concordância total ou parcial.



Lidos isoladamente, esses números podem passar uma falsa impressão da realidade. Os 43% que concordam que judeus são inteligentes não carregam o mesmo peso histórico que os 14% que concordam que judeus controlam bancos. Acreditar que Jesus era judeu não pertence ao mesmo universo de atribuir aos judeus, coletivamente, a responsabilidade por sua morte.

“ O antissemitismo que a pesquisa encontra não fala uma única língua. Ele aparece em repertórios distintos, que se sobrepõem e, por vezes, se contradizem, e é por isso que neste dossiê falaremos em “famílias de representações”.

A permanência do antijudaísmo religioso

A pesquisa confirma, nas perguntas estimuladas, o que as associações espontâneas já haviam sugerido: os judeus são lidos, no Brasil, sobretudo por uma chave religiosa. “Religião/Bíblia/Crenças” foi a primeira palavra que veio à cabeça de 18,3% dos entrevistados diante do termo “judeu”; Cristo, Deus, fé e Jesus, para outros 9,1%. Quarenta e três por cento concordam total ou parcialmente que Jesus era judeu, a mesma proporção que considera Israel a Terra Prometida para o povo judeu. Vinte e oito por cento aceitam a ideia de “povo eleito”. A primeira resposta tem lastro histórico; as outras duas pertencem a um vocabulário religioso capaz de significar coisas muito diferentes conforme quem o usa. A expressão “povo eleito”, em particular, nasceu na tradição judaica e foi reapropriada de formas diversas pelo cristianismo.

A mesma chave religiosa, porém, também abre a acusação de deicídio. Treze por cento concordam totalmente que os judeus foram responsáveis pela morte de Jesus, e outros 14% concordam em parte. Isso significa que 27% da amostra reproduzem, com algum grau de adesão, uma das imputações coletivas mais antigas já dirigidas a um povo. Não é mais uma opinião religiosa genérica, mas a sobrevivência de uma acusação que atravessou séculos de antijudaísmo cristão, responsabilizando gerações inteiras por um crime que nenhuma delas cometeu.

Os cruzamentos aprofundam o desconforto quando apontam que, entre católicos, a concordância chega a 24,2%; entre evangélicos, a 33,8%. Entre pessoas sem religião definida, permanece em 22,1%, praticamente o mesmo patamar dos católicos, apesar da ausência de vínculo doutrinário. A idade pesa menos: a concordância passa de 20,2% entre os jovens de 18 a 24 anos para 28,4% entre aqueles com 45 anos ou mais. A crença sobreviver fora da igreja é o dado que importa aqui. Uma acusação nascida em disputa teológica se desprende, com o tempo, do território que a produziu e passa a circular como herança cultural, repetida por quem já não conhece, e talvez nunca tenha conhecido, sua genealogia.

É a esse fenômeno que este dossiê está chamando de antissemitismo cultural. Não é a convicção doutrinária de um grupo religioso específico, mas o resíduo de séculos de

doutrina que continua ativo depois que a doutrina se esvaziou. Afirmar isso não equivale a diagnosticar 27% dos brasileiros como antissemitas; a pesquisa não autoriza esse salto. O que ela legítima dizer é que uma das representações centrais do antijudaísmo histórico segue disponível e encontra concordância em cerca de um quarto da amostra.

O estereótipo positivo também é estereótipo

Os maiores percentuais encontrados no bloco não estão nas afirmações abertamente hostis, mas em duas características aparentemente elogiosas: 43% concordam que judeus são muito inteligentes e 39% dizem que “judeus leem muito”. O mecanismo do estereótipo independe, em parte, da valência positiva ou negativa atribuída à característica. Dizer que um grupo inteiro é especialmente inteligente transforma uma população heterogênea em portadora de uma qualidade coletiva presumida. A generalização pode funcionar como admiração, expectativa social ou ponto de partida para outras associações.

Não há evidência, a partir desses dados, de que a valorização de características como inteligência ou hábito de leitura conduza necessariamente à adesão a estereótipos sobre riqueza, influência ou controle. Essas representações devem ser analisadas separadamente, porque possuem histórias e sentidos distintos. O que a pesquisa permite observar é que imagens positivas e negativas sobre os judeus coexistem no mesmo espaço social. De um lado, aparecem associações com inteligência, leitura e competência; de outro, persistem ideias relacionadas à riqueza, ao poder econômico e ao controle de instituições. Essa coexistência mostra que o imaginário sobre os judeus não se organiza de forma linear nem coerente, mas reúne representações distintas que podem circular simultaneamente sem que uma seja consequência necessária da outra.

Essa distinção é importante porque o preconceito contra judeus possui, historicamente, a característica peculiar de não depender sempre da representação de inferioridade. O judeu também pode ser imaginado como excessivamente competente, rico, instruído, organizado ou influente. O elogio aparente pode conservar uma lógica de excepcionalização. Em determinadas circunstâncias, aquilo que parece admiração pode alimentar suspeita. A pesquisa não demonstra que cada entrevistado realize esse percurso, nem permite estabelecer uma relação causal entre essas representações, mas mostra que os diferentes elementos que historicamente tornaram possíveis essas narrativas continuam socialmente reconhecíveis e disponíveis.

Dinheiro, riqueza e avareza

Entre as representações que atravessaram com maior persistência a história do antissemitismo está a associação dos judeus ao dinheiro. Na pesquisa de 2026, ela aparece em formulações distintas e com intensidades relativamente próximas. Dezesseis por cento dos entrevistados concordam total ou parcialmente que “não existe judeu pobre”, a mesma proporção considera que “judeu é pão-duro” e 14% afirmam que judeus controlam os bancos. Embora pertençam a um mesmo campo de representações, essas afirmações não dizem exatamente a mesma coisa e, sobretudo, não possuem o mesmo peso. A primeira generaliza uma suposta condição econômica; a segunda transforma essa associação em atributo moral, vinculando os judeus à avareza; enquanto a terceira introduz um elemento diferente, ao atribuir ao grupo poder sobre uma instituição central da vida econômica.

Essa diferença é importante porque permite acompanhar as diversas formas assumidas por um mesmo repertório histórico. A associação entre judeus e dinheiro possui uma longa trajetória na cultura europeia e cristã e não pode ser compreendida como resultado de alguma característica inerente às comunidades judaicas. Sua formação esteve ligada a processos históricos concretos, entre eles as restrições impostas aos judeus no acesso à terra, às corporações de ofício e a determinadas atividades profissionais, bem como sua participação, em contextos específicos, no comércio, no crédito e em atividades financeiras. Com o passar do tempo, circunstâncias produzidas por sociedades determinadas foram separadas de seus contextos e transformadas em características supostamente próprias dos judeus. A questão financeira foi apresentada como expressão de uma natureza coletiva, o que permitiu ao estereótipo sobreviver às circunstâncias que contribuíram para sua formação.

A força dessa representação esteve também em sua capacidade de assumir sentidos diferentes conforme o contexto. A associação ao dinheiro podia aparecer como riqueza generalizada, avareza ou habilidade econômica e, em sua forma mais radical, transformar-se numa narrativa sobre poder. É nesse último movimento que a afirmação de que “judeus controlam os bancos” se distingue das demais. Já não se trata apenas de imaginar que judeus sejam ricos ou excessivamente apegados ao dinheiro, mas de atribuir a uma coletividade heterogênea uma capacidade coordenada de controlar uma instituição fundamental da sociedade. O estereótipo econômico aproxima-se, nesse ponto, da estrutura conspiratória.

Os resultados de 2026 dimensionam a presença dessa representação no imaginário brasileiro. Diante da afirmação de que judeus controlam os bancos, 14% concordam total ou parcialmente, enquanto 26% discordam em algum grau, 32% permanecem na posição intermediária e 28% dizem não saber responder. A distribuição aponta para uma crença minoritária, mas socialmente significativa, pois aproximadamente um em cada sete entrevistados considera plausível uma afirmação que pertence a um dos repertórios mais persistentes do antissemitismo conspiratório moderno, enquanto uma parcela ainda maior permanece entre a hesitação e a ausência de posição definida.

A relevância desse percentual se torna mais clara quando ele é observado ao lado das demais associações envolvendo dinheiro, riqueza e avareza. Em conjunto, elas mostram a permanência de um repertório no qual características econômicas continuam disponíveis para descrever coletivamente os judeus, embora assumam sentidos e intensidades diferentes. A ideia de que “não existe judeu pobre”, a imagem do “judeu pão-duro” e a crença no controle dos bancos pertencem a registros distintos, mas compartilham uma longa história de associação entre judaísmo, dinheiro e poder. Ao sobreviver a diferentes contextos históricos, esse repertório foi adquirindo novas formas e incorporando novos significados. A imagem cotidiana da riqueza e da avareza pôde conviver, assim, com construções mais abrangentes sobre influência econômica e controle institucional. É justamente essa capacidade de adaptação que ajuda a explicar sua permanência, pois o vocabulário se transforma enquanto determinadas associações fundamentais continuam reconhecíveis.

Quando o estereótipo se torna conspiração

A associação histórica entre judeus e dinheiro adquire outra dimensão quando deixa o terreno das características atribuídas ao grupo e passa a explicar a presença judaica em termos de poder e controle. A distância entre afirmar que judeus seriam ricos e sustentar que controlam bancos ou a imprensa é significativa. No primeiro caso, projeta-se sobre uma coletividade uma condição econômica presumida. No segundo, atribui-se a essa mesma coletividade capacidade de dirigir instituições fundamentais da sociedade. É nesse movimento que o estereótipo econômico se encontra com uma das estruturas mais persistentes do pensamento conspiratório moderno.

Os dados de 2026 permitem dimensionar a presença dessa representação. Quatorze por cento dos entrevistados concordam total ou parcialmente que judeus controlam os bancos, e a mesma proporção considera que judeus controlam a imprensa. As duas afirma-

ções compartilham um elemento decisivo, expresso pelo próprio verbo utilizado na pergunta. A ideia de “controle” introduz uma interpretação da realidade na qual a presença de indivíduos judeus em determinados espaços pode ser convertida em evidência de uma ação coletiva, articulada e orientada para o exercício do poder.

Historicamente, essa operação ocupou um lugar central no desenvolvimento das teorias conspiratórias antissemitas. Seu funcionamento depende da transformação de uma população profundamente diversa em um sujeito coletivo dotado de interesses comuns e capacidade de agir de maneira coordenada. Pessoas com trajetórias, posições políticas, atividades profissionais, nacionalidades e experiências sociais distintas passam a ser reunidas sob uma mesma vontade presumida. A presença de alguns indivíduos em instituições econômicas, culturais ou políticas deixa então de ser interpretada como parte das dinâmicas ordinárias da sociedade e passa a servir como indício de uma influência exercida pelo grupo em seu conjunto.

É justamente essa estrutura que diferencia as afirmações sobre controle de bancos e imprensa de estereótipos aparentemente positivos, como a ideia de que judeus seriam especialmente inteligentes ou teriam maior hábito de leitura. Embora todas essas formulações generalizem características para uma coletividade, elas operam em registros diferentes. A narrativa conspiratória acrescenta uma explicação sobre o funcionamento da própria sociedade, atribuindo a um grupo específico a capacidade de agir sobre instituições e acontecimentos. Por essa razão, sua análise exige tratamento próprio, preservando as diferenças históricas e conceituais entre os vários tipos de representação encontrados pela pesquisa.

A referência à imprensa torna esse mecanismo particularmente visível. Bancos remetem diretamente ao repertório econômico que acompanhou o antissemitismo moderno, enquanto a imprensa acrescenta outra dimensão, relacionada à produção e à circulação pública da informação. A crença de que judeus controlam os meios de comunicação oferece uma chave explicativa para notícias, opiniões e interpretações consideradas indesejáveis, atribuindo sua existência à influência de um grupo que agiria nos bastidores. A força desse tipo de narrativa reside justamente em sua capacidade de transformar a complexidade das instituições sociais em uma explicação aparentemente simples, organizada em torno da intenção e do poder de um agente coletivo.

Ao longo do tempo, essa estrutura demonstrou grande capacidade de adaptação. Jornais, bancos e mercados financeiros ocuparam posições centrais em diferentes versões his-

tóricas do imaginário conspiratório antissemita, acompanhando as transformações das próprias sociedades em que essas narrativas circulavam. No presente, novos espaços de poder econômico, comunicacional e tecnológico oferecem condições para que estruturas semelhantes sejam reelaboradas, embora a pesquisa de 2026 tenha medido especificamente as percepções relativas aos bancos e à imprensa. São essas duas respostas que sustentam a análise e permitem identificar a permanência contemporânea de uma forma clássica de representação conspiratória.

Os 14% encontrados em ambas as afirmações descrevem, portanto, uma posição minoritária, porém claramente mensurável na população pesquisada. Mais importante do que ampliar esse resultado para além do que foi efetivamente perguntado é compreender o que ele aponta em seus próprios termos. Uma parcela dos brasileiros ainda considera plausível interpretar instituições centrais da vida econômica e informacional a partir da ideia de um poder judaico coletivo. A permanência dessa representação mostra como um antigo repertório conspiratório continua encontrando condições de reconhecimento no presente, mesmo depois das profundas transformações históricas das sociedades e das instituições às quais originalmente esteve associado.

Desconfiança e atribuição moral

Outra dimensão desse repertório aparece quando a generalização se distancia das ideias de competência, riqueza ou poder e passa a definir os judeus a partir de características morais presumidas. Na pesquisa de 2026, 13% dos entrevistados concordam total ou parcialmente com a afirmação de que “judeus não são confiáveis”, enquanto 16% atribuem aos judeus a característica de serem “pão-duro”. Embora as duas formulações possuam pesos distintos, ambas operam por um mecanismo semelhante, transformando comportamentos ou atributos individuais em traços que supostamente identificariam uma coletividade.

Nesse terreno, o estereótipo produz uma fronteira social particularmente importante. A questão já não está centrada naquilo que os judeus supostamente possuem, na posição econômica que ocupariam ou na influência que exerceriam sobre determinadas instituições. O julgamento passa a incidir sobre quem seriam essas pessoas e sobre como se poderia esperar que agissem nas relações cotidianas. A desconfiança, quando atribuída coletivamente, converte pertencimento em indício de comportamento. Antes mesmo do encontro com o indivíduo, uma característica moral já lhe foi antecipadamente atribuída.

Esse mecanismo possui uma força própria porque dispensa construções conspiratórias mais elaboradas. A crença de que “judeus não são confiáveis” pode circular sem qualquer narrativa sobre bancos, imprensa ou formas coordenadas de poder. Sua lógica é mais cotidiana e, justamente por isso, pode encontrar meios ordinários de transmissão. Comentários familiares, piadas, expressões populares, referências religiosas ou experiências particulares transformadas em explicações sobre um grupo inteiro ajudam a conservar imagens que passam a ser percebidas como conhecimento adquirido sobre o comportamento dos outros. Uma experiência individual, real ou imaginada, ganha alcance coletivo e passa a funcionar como expectativa para encontros futuros.

A expressão “pão-duro” participa de uma dinâmica semelhante, embora preserve sua ligação histórica com o repertório econômico. A avareza atribuída aos judeus converte a antiga associação com o dinheiro em julgamento de caráter. O que poderia aparecer como uma representação sobre riqueza ou sucesso econômico passa a dizer algo sobre a maneira pela qual o indivíduo supostamente se relacionaria com seus recursos e com as outras pessoas. O dinheiro adquire sentido moral, aproximando riqueza, apego material e avareza dentro de uma mesma imagem coletiva.

É nesse nível cotidiano que parte do antissemitismo cultural encontra condições particularmente duradouras de circulação. Suas representações podem sobreviver fora dos discursos políticos mais explícitos e das formulações conspiratórias mais reconhecíveis, incorporadas a formas aparentemente banais de classificação social. A força dessas imagens reside também na familiaridade com que podem ser transmitidas. Repetidas como observações sobre “como os judeus são”, elas transformam generalizações historicamente construídas em descrições que parecem decorrer da experiência comum, apagando o processo que lhes deu origem.

Os percentuais encontrados pela pesquisa ajudam a dimensionar esse espaço. A concordância de 13% com a ideia de que judeus não são confiáveis e de 16% com a representação do judeu como “pão-duro” descreve segmentos minoritários, mas suficientemente expressivos para indicar a permanência dessas categorias no imaginário social. O que interessa aqui é perceber a continuidade de uma linguagem moral por meio da qual indivíduos podem ser previamente classificados a partir de seu pertencimento.

É justamente nessa passagem do indivíduo para o grupo que a generalização adquire sua força social.

“ Uma característica atribuída a algumas pessoas transforma-se em expectativa sobre todas as demais, fazendo do pertencimento judaico uma espécie de informação antecipada sobre caráter e comportamento.

A pesquisa alcança, assim, uma camada do preconceito que circula como conhecimento social naturalizado, transmitido e repetido até adquirir a aparência de uma descrição evidente da realidade.

Uma nova família de representações produzida pelo conflito?

Duas afirmações introduzem uma dimensão diferente no conjunto de estereótipos medidos pela pesquisa. Quinze por cento dos entrevistados concordam total ou parcialmente que “judeus invadem as terras dos outros”, enquanto 16% atribuem aos judeus a característica de serem “racistas”. Aqui, o repertório se afasta das imagens historicamente mais conhecidas sobre dinheiro, avaréza, controle institucional ou responsabilidade pela morte de Jesus e se aproxima de uma linguagem fortemente presente nas controvérsias políticas contemporâneas envolvendo Israel e o conflito israelo-palestino.

A diferença merece atenção porque modifica o conteúdo da generalização. Nas representações anteriores, os judeus apareciam associados a determinadas características econômicas, morais ou religiosas. Nessas duas formulações, passam a ser definidos por práticas e comportamentos de natureza política. A invasão de terras remete a território, ocupação e disputa por soberania, enquanto a acusação de racismo remete às relações entre grupos, direitos e formas de discriminação. São categorias que circulam intensamente no debate sobre Israel, ainda que a pergunta da pesquisa tenha escolhido outro sujeito para as frases. Em ambos os casos, o enunciado se refere a judeus.

É justamente essa escolha que torna os resultados importantes. Israel é um Estado, com governo, instituições, forças armadas, partidos, movimentos políticos e uma sociedade marcada por profundas diferenças internas. Judeus, por sua vez, constituem uma coletividade muito mais ampla e diversa, distribuída por diferentes países e formada por indivíduos com posições políticas igualmente diversas. Quando uma ação territorial ou uma característica política é atribuída genericamente a “judeus”, essas distinções são comprimidas e uma categoria coletiva passa a carregar atributos que pertencem a outro campo de discussão.

Os dados sugerem, portanto, a existência do que podemos chamar de estereótipos político-territoriais contemporâneos, uma família de representações que merece ser distinguida das formas religiosas, econômicas e conspiratórias analisadas anteriormente. A categoria ajuda a identificar uma possível atualização do repertório disponível para pensar os judeus no Brasil. Se algumas imagens possuem uma genealogia de séculos, outras podem adquirir força a partir dos acontecimentos do presente e incorporar ao julgamento sobre os judeus palavras, acusações e conflitos originalmente formulados em torno de atores políticos específicos.

A relação com o conflito israelo-palestino aparece como uma hipótese interpretativa plausível, sobretudo quando esses resultados são lidos ao lado da centralidade que Israel e a guerra adquiriram em outras partes da pesquisa. A formulação das perguntas, porém, registra o resultado com maior precisão do que qualquer tentativa de reconstruir a intenção de cada respondente. Sabemos que 15% concordaram, em algum grau, que “judeus invadem as terras dos outros” e que 16% concordaram que “judeus são racistas”. A pesquisa registra a aceitação dessas generalizações, enquanto a motivação que levou cada entrevistado a aceitá-las permanece aberta.

No capítulo dedicado ao conflito, analisamos que uma parcela dos entrevistados reconhece explicitamente que as ações de Israel influenciam sua opinião sobre judeus. Aquele resultado já indica que, para parte da população, as fronteiras entre Estado de Israel e coletividade judaica podem tornar-se permeáveis. As afirmações sobre invasão de terras e racismo permitem observar essa questão por outro ângulo. Nelas, o próprio enunciado coloca os judeus na posição de sujeitos de ações ou características que fazem parte do vocabulário das disputas políticas contemporâneas em torno de Israel.

Esse movimento ajuda a pensar uma transformação nas formas pelas quais os estereótipos podem ser produzidos e atualizados. O antissemitismo possui uma história longa, mas seus repertórios nunca permaneceram inteiramente imóveis. As acusações dirigidas aos judeus foram sendo reformuladas de acordo com as linguagens políticas, religiosas e sociais disponíveis em cada período. O presente pode acrescentar novas camadas a esse processo, especialmente quando acontecimentos relacionados a Israel passam a fornecer categorias por meio das quais judeus, inclusive aqueles sem qualquer relação com decisões do Estado israelense, são percebidos e julgados.

A questão central está, portanto, na mudança do sujeito da atribuição. Uma crítica dirigida a uma política de governo, a uma operação militar, à ocupação de determinado territó-

rio ou às ações de grupos específicos pertence ao campo legítimo da controvérsia política. Quando características e ações desse universo são atribuídas aos “judeus” como coletividade, a crítica passa a operar por generalização identitária. O foco deixa de recair sobre atores, decisões e responsabilidades determinadas e passa a alcançar pessoas reunidas por pertencimento religioso, cultural ou étnico.

Os resultados de 2026 tornam visível essa fronteira justamente porque registram a aceitação de enunciados nos quais “judeus” aparecem como sujeitos de acusações de natureza política e territorial. Os percentuais de 15% e 16% indicam que essa forma de generalização encontra reconhecimento em uma parcela minoritária, mas mensurável, da população pesquisada. Sua importância está também na possibilidade de estarmos diante de uma camada mais recente do imaginário social, formada no encontro entre antigos mecanismos de atribuição coletiva e um conflito contemporâneo que tornou Israel ainda mais presente no debate público brasileiro.

O Holocausto não desapareceu da disputa

Entre todas as afirmações apresentadas aos entrevistados, a negação do Holocausto ocupa um lugar particular. Trata-se de uma proposição historicamente verificável, diferente das demais formulações do bloco, que procuram captar estereótipos, julgamentos morais ou representações sobre poder. Em 2026, 4% dos entrevistados concordam totalmente que “o Holocausto não existiu” e outros 4% concordam em parte. Na direção contrária, 6% discordam parcialmente e 47% discordam totalmente, enquanto 20% permanecem entre concordância e discordância e 19% dizem não saber responder.

A distribuição das respostas mostra que a rejeição ao negacionismo constitui a posição predominante, reunindo 53% da amostra, enquanto a concordância alcança 8%. Embora minoritário, esse percentual corresponde a aproximadamente oito em cada cem entrevistados dispostos a aceitar, em algum grau, uma afirmação que nega um dos acontecimentos históricos mais documentados do século XX.

Há, contudo, outra dimensão dos resultados que merece atenção, especialmente quando a questão é pensada a partir da educação histórica. Somados, os 20% que não concordam nem discordam e os 19% que dizem não saber responder formam uma extensa zona de indefinição diante de uma afirmação negacionista explícita. Essas duas categorias possuem significados diferentes e precisam permanecer distintas na interpretação. A posição

intermediária pode expressar hesitação, baixa convicção ou comportamento de resposta, enquanto o “não sei” indica outra relação com a pergunta. Em conjunto, porém, elas revelam que uma parcela expressiva da amostra não recorreu às categorias de discordância diante da negação do Holocausto.

O problema educacional aparece precisamente nesse espaço. A existência do Holocausto pertence ao domínio do conhecimento histórico sustentado por um conjunto amplo de documentos, testemunhos, vestígios materiais, registros administrativos, fotografias, processos judiciais e pesquisas acumuladas ao longo de décadas. A hesitação diante de sua existência, qualquer que seja sua origem, aponta para uma relação frágil com esse conhecimento. O bloco posterior sobre educação e memória permitirá compreender melhor essa questão, especialmente quando a resposta for colocada ao lado do percentual de entrevistados que afirmam conhecer ou já ter ouvido falar do Holocausto e dos lugares nos quais dizem ter aprendido sobre ele.

A série histórica acrescenta outra dimensão ao problema. Em 2024, 32% diziam não saber responder à afirmação de que o Holocausto não existiu. Em 2026, são 19%. O movimento acompanha uma transformação que atravessa praticamente toda a bateria de estereótipos e constitui um dos achados mais consistentes da comparação entre os dois levantamentos.

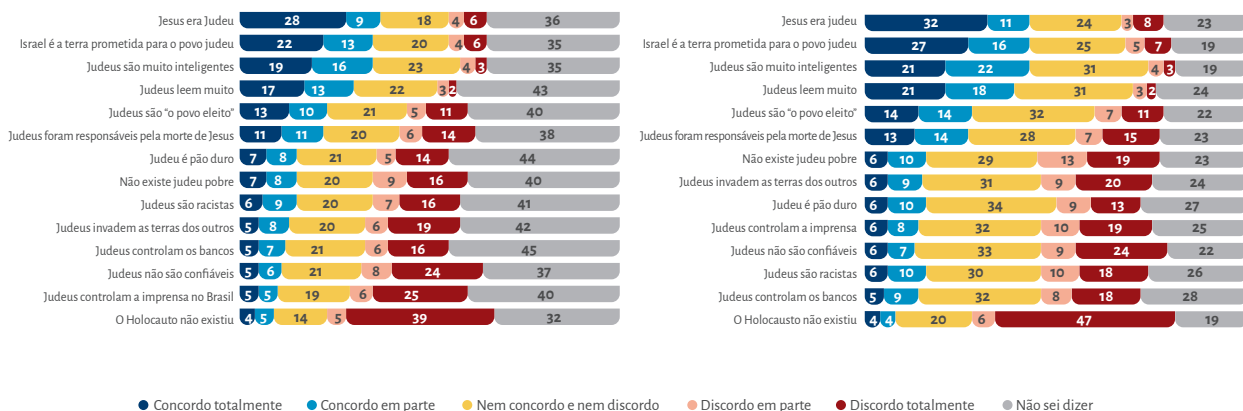
Entre 2024 e 2026, diminuiu a indefinição

A possibilidade de comparar 2024 e 2026 permite observar com mais profundidade algumas questões de suma importância para nossas inferências. Em quase todas as afirmações, diminuiu de maneira expressiva a proporção de entrevistados que escolhem “não sei dizer”. Na ideia de que “judeus leem muito”, essa resposta passa de 43% para 24%. Na afirmação sobre os judeus como “povo eleito”, recua de 40% para 22%. Na responsabilização pela morte de Jesus, passa de 38% para 23%. Diante da ideia de que judeus controlam os bancos, cai de 45% para 28%, e na afirmação sobre o controle da imprensa, de 40% para 25%. Na negação do Holocausto, como vimos, a redução vai de 32% para 19%.

SÉRIE HISTÓRICA: CONCORDÂNCIA COM AS FRASES

2024

2026



Fonte: Agora, gostaria de saber o que você pensa sobre os judeus. Vou apresentar algumas afirmações e peço que você indique seu grau de concordância com cada uma delas: se concorda totalmente, concorda em parte, nem concorda nem discorda, discorda em parte ou discorda totalmente. Vamos lá: (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA POR LINHA)

Base: Total da amostra (2.073) (2024) / Total da amostra (2.006) (2026)

A repetição do mesmo movimento em afirmações tão diferentes sugere uma mudança mais ampla na maneira pela qual os entrevistados se relacionam com o tema. Entre 2024 e 2026, diminuiu o espaço ocupado pelo desconhecimento declarado e aumentou a disposição para assumir alguma posição diante de frases sobre judeus, antissemitismo e Holocausto. Essa transformação atravessa estereótipos aparentemente positivos, representações religiosas, acusações morais, narrativas conspiratórias e uma afirmação negacionista. A direção assumida por essas respostas varia. Na afirmação de que judeus são muito inteligentes, a concordância total ou parcial passa de 35% para 43%, enquanto o “não sei” recua de 35% para 19%. Na ideia de que judeus leem muito, a concordância sobe de 30% para 39%, acompanhada pela queda do desconhecimento declarado de 43% para 24%. Já na afirmação de que judeus não são confiáveis, a concordância apresenta uma variação menor, de 11% para 13%, enquanto o “não sei” diminui de 37% para 22%.

A série histórica aponta, assim, para uma redução da indefinição mais consistente do que qualquer movimento uniforme de crescimento ou retração do preconceito. Os brasileiros pesquisados em 2026 assumem posições com maior frequência do que aqueles entrevistados em 2024, mas essa maior disponibilidade para responder distribui-se entre concordância, discordância e posições intermediárias.

O intervalo entre os dois levantamentos coincide, evidentemente, com um período de grande exposição pública de Israel, do conflito israelo-palestino e do próprio antissemitismo depois de outubro de 2023. Esse contexto oferece uma hipótese importante para compreender a maior familiaridade com o tema, embora a comparação entre duas pesquisas não estabeleça, por si mesma, uma relação causal. O que os dados registram com segurança é a redução generalizada do desconhecimento declarado. O que aconteceu entre esses dois momentos para produzi-la exige uma investigação própria.

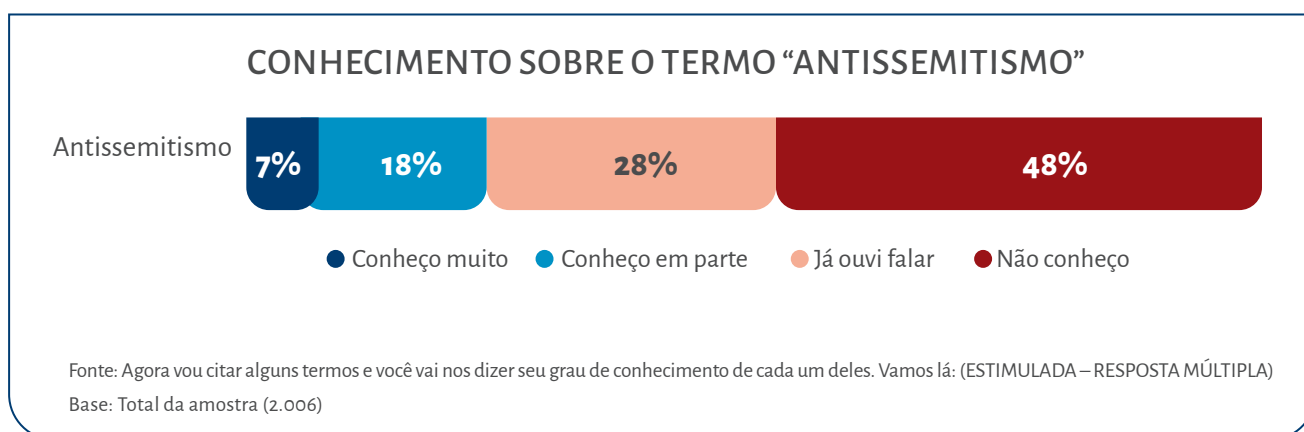
Essa distinção é especialmente importante porque a circulação de informação e a qualidade do conhecimento descrevem processos diferentes.

“ Uma sociedade mais exposta a determinado assunto pode ampliar seu conhecimento histórico, mas também pode tornar-se mais familiarizada com estereótipos, explicações simplificadas e narrativas conspiratórias. A maior presença pública dos judeus e de Israel pode produzir solidariedade, hostilidade, curiosidade, conhecimento ou preconceito, muitas vezes simultaneamente.

Talvez a série histórica esteja começando a captar justamente essa transformação. O tema se tornou mais disponível e, com ele, também aumentou a disponibilidade de respostas.

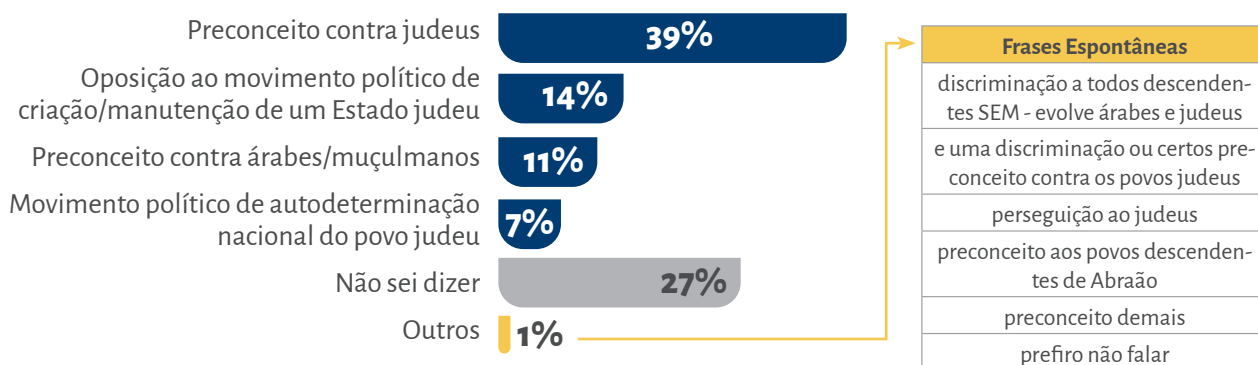
O paradoxo do reconhecimento do antissemitismo

Essa maior disposição para opinar convive com uma dificuldade importante de nomeação. Quando perguntados diretamente sobre o termo “antissemitismo”, 48% dos entrevistados afirmam não conhecê-lo. Apenas 7% dizem conhecê-lo muito, 18% afirmam conhecer em parte e 28% relatam já ter ouvido falar.



A distância entre reconhecer a palavra e compreender seu significado torna-se mais evidente entre os 1.046 entrevistados que dizem conhecer ou já ter ouvido falar em antissemitismo. Dentro desse grupo, 39% escolhem “preconceito contra judeus” como a definição que melhor corresponde ao termo. Outros 14% o associam à oposição ao movimento político de criação ou manutenção de um Estado judeu, 11% o identificam como preconceito contra árabes ou muçulmanos, 7% o relacionam ao movimento político de autodeterminação nacional do povo judeu e 27% dizem não saber responder.

O QUE MELHOR DEFINE ANTISSEMITISMO?

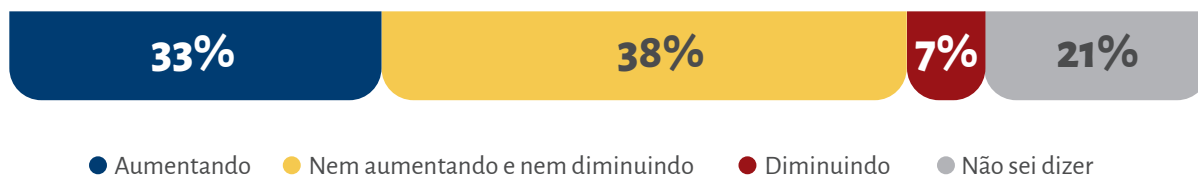


Fonte: Qual das opções abaixo melhor define “antissemitismo” na sua opinião? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Quem conhece/ouviu falar sobre antissemitismo (1.046)

A percepção sobre o crescimento do antissemitismo acrescenta uma última peça a esse quadro. Essa pergunta foi apresentada apenas aos 412 entrevistados que declararam conhecer ou ter ouvido falar do termo e, na sequência, escolheram a definição considerada adequada pela pesquisa. Dentro desse grupo específico, 33% consideram que o antissemitismo está aumentando no Brasil, 38% avaliam que permanece no mesmo nível, 7% acreditam que está diminuindo e 21% não sabem responder.

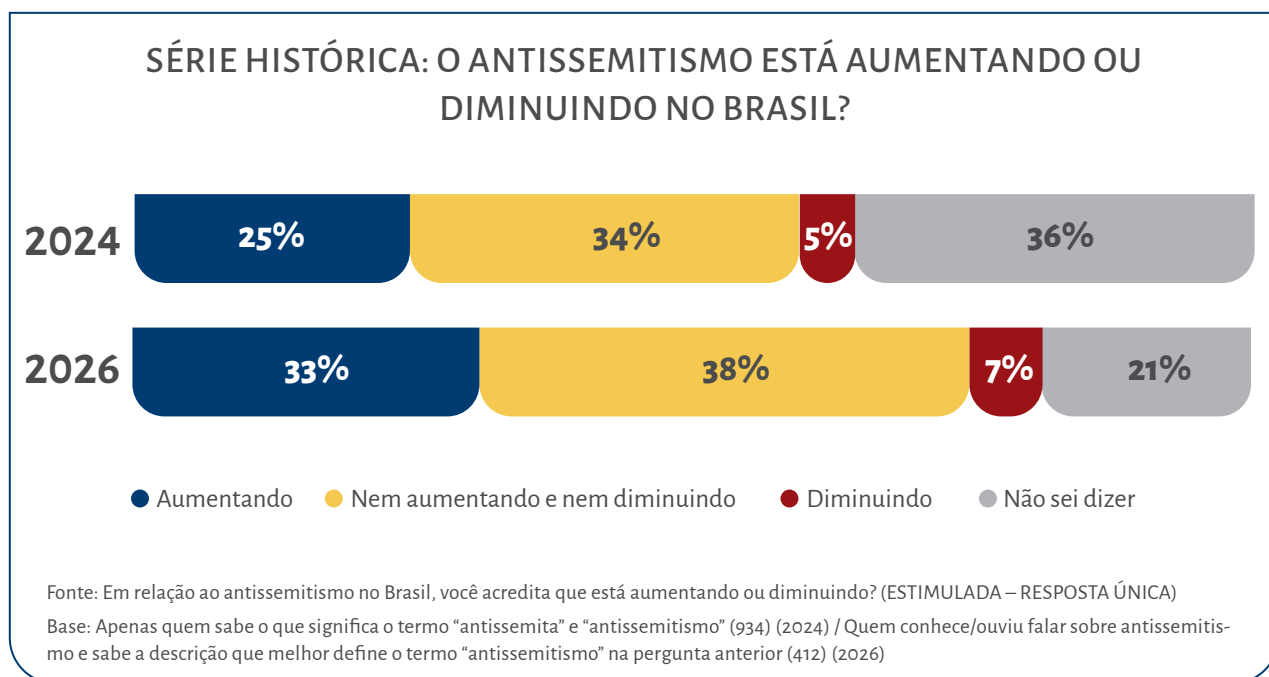
O ANTISSEMITISMO ESTÁ AUMENTANDO OU DIMINUINDO NO BRASIL?



Fonte: Em relação ao antissemitismo no Brasil, você acredita que está aumentando ou diminuindo? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Quem conhece/ouviu falar sobre antissemitismo e sabe a descrição que melhor define o termo “antissemitismo” na pergunta anterior (412)

Na comparação com 2024, a percepção de aumento passa de 25% para 33%, enquanto o “não sei” recua de 36% para 21%. As bases são diferentes e restritas, com 934 respondentes em 2024 e 412 em 2026, o que recomenda que a comparação seja lida como movimento observado dentro desses subconjuntos, preservando as diferenças entre eles. O Brasil pesquisado em 2026 parece mais disposto a formular julgamentos sobre antissemitismo e sobre os judeus, mesmo quando o domínio dos conceitos permanece desigual.

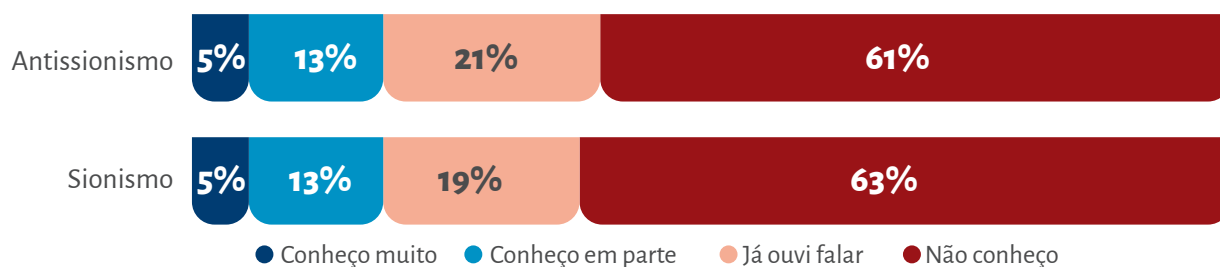


Sionismo e antissionismo: o paradoxo se aprofunda

O baixo conhecimento declarado sobre o termo sionismo convive com opiniões relativamente definidas sobre Israel, sua criação, o conflito e o direito à autodeterminação judaica. Isso sugere que muitos entrevistados possuem posições sobre questões relacionadas historicamente ao sionismo sem necessariamente organizar essas posições a partir do conceito ou conhecer seu significado histórico. Por essa razão, seria pouco rigoroso interpretar automaticamente críticas a Israel como antissionismo, assim como seria inadequado identificar simpatia por Israel como adesão consciente ao sionismo.

“ A pesquisa mostra justamente que Israel, judaísmo, sionismo e antissemitismo ocupam campos que se cruzam, mas permanecem conceitualmente distintos.

CONHECIMENTO SOBRE OS TERMOS “SIONISMO” E “ANTISSIONISMO”



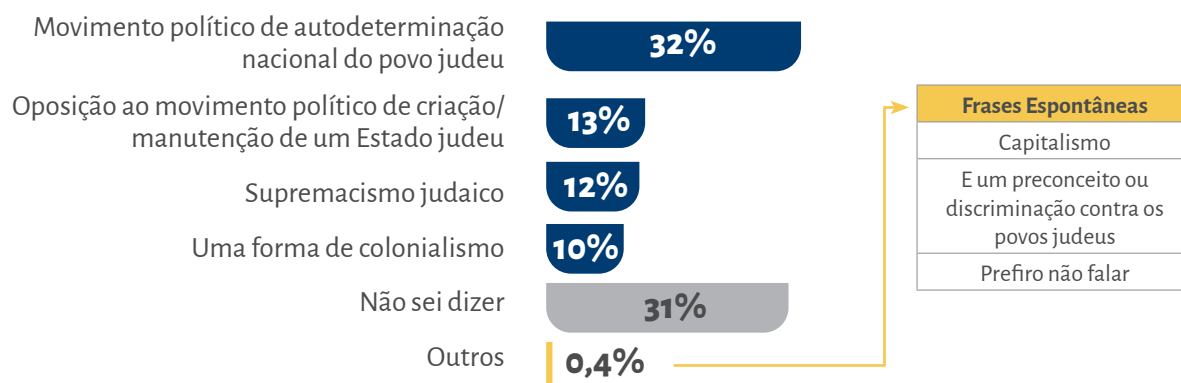
Fonte: Agora vou citar alguns termos e você vai nos dizer seu grau de conhecimento de cada um deles. Vamos lá: (ESTIMULADA – RESPOSTA MÚLTIPLA)

Base: Total da amostra (2.006)

Os números confirmam essa distância. Sionismo e antissionismo são, entre os termos testados pela pesquisa, os menos reconhecidos pelos entrevistados. Sessenta e três por cento declaram não conhecer “sionismo”: apenas 5% dizem conhecer muito, 13% conhecer em parte e 19% já ter ouvido falar. O quadro do “antissionismo” se repete quase ponto a ponto. Sessenta e um por cento declaram não conhecer o termo, 5% conhecem muito, 13% conhecem em parte e 21% já ouviram falar.

A dificuldade está além de saber ou não saber. Entre os 734 entrevistados que dizem conhecer ou já ter ouvido falar em “sionismo”, 32% escolhem a definição mais próxima do conceito, como “movimento político de autodeterminação nacional do povo judeu”. Treze por cento escolhem, em vez disso, a opção que melhor define antissionismo, “oposição ao movimento político de criação ou manutenção de um Estado judeu”.

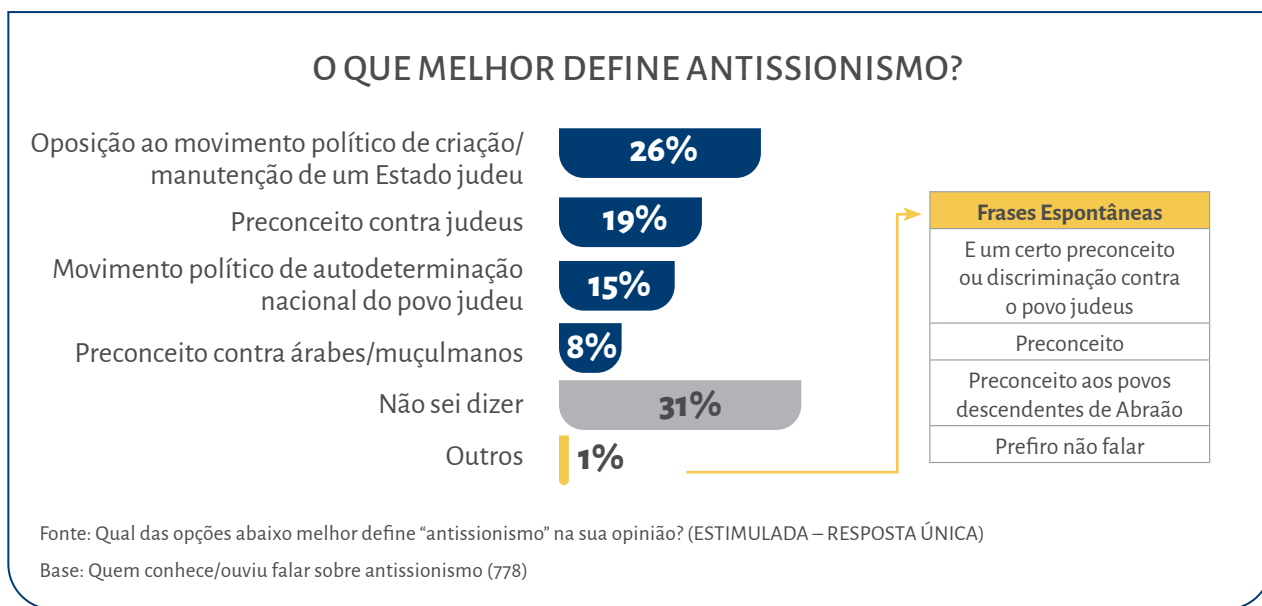
O QUE MELHOR DEFINE SIONISMO?



Fonte: Qual das opções abaixo melhor define “sionismo” na sua opinião? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Quem conhece/ouviu falar sobre sionismo (734)

O mesmo ocorre no sentido inverso, entre os 778 entrevistados que declaram conhecer o conceito “antissionismo”, 26% escolhem a definição que melhor corresponde ao termo, enquanto 15% escolhem a definição de sionismo e 19% escolhem “preconceito contra judeus”, a definição de antissemitismo. Ou seja, uma parcela relevante de quem afirma familiaridade com esses termos não apenas desconhece seu significado preciso, como também os confunde entre si.



Diante desse cenário, leituras que tratam sionismo e antissionismo como posições claramente compreendidas e mutuamente excludentes na opinião pública brasileira encontram pouco amparo nos dados apresentados.

“ O que a pesquisa indica é um território conceitual pouco conhecido, internamente confuso e, ainda assim, carregado de posições e associações prévias, exatamente a combinação que também explica a permanência de outros estereótipos identificados neste dossiê.

Um antissemitismo de famílias, não um bloco

Quando todas essas respostas são colocadas lado a lado, o antissemitismo que emerge da pesquisa se apresenta menos como um conjunto uniforme de crenças e mais como a coexistência de diferentes famílias de representação. Permanecem elementos do antijudaísmo cristão, especialmente na responsabilização coletiva pela morte de Jesus. Sobrevivem estereótipos econômicos associados à riqueza e à avareza, ao lado de imagens

aparentemente positivas relacionadas à inteligência e à leitura. Narrativas conspiratórias atribuem aos judeus controle sobre bancos e imprensa, enquanto julgamentos morais os descrevem como pouco confiáveis. Outras formulações, relacionadas à invasão de terras e ao racismo, parecem incorporar ao imaginário sobre os judeus uma linguagem mais próxima das controvérsias contemporâneas em torno de Israel. Em outro registro, uma parcela minoritária ainda aceita, em algum grau, a negação da existência do Holocausto.

Essas famílias possuem genealogias, intensidades e significados diferentes. Algumas remontam a séculos de antijudaísmo religioso, outras se consolidaram no contexto do antissemitismo político e racial moderno, enquanto algumas parecem adquirir novos sentidos diante dos conflitos do presente. Sua coexistência constitui um dos resultados mais importantes do levantamento, porque mostra a capacidade das representações sobre os judeus de atravessar épocas distintas e continuar disponíveis dentro de um mesmo imaginário social. Essa disponibilidade também ajuda a compreender as aparentes contradições encontradas ao longo da pesquisa. A crença nos judeus como “povo eleito” pode conviver com sua responsabilização pela morte de Jesus. A atribuição de inteligência ao grupo pode aparecer no mesmo universo social em que circulam teorias sobre controle financeiro. A simpatia por Israel pode coexistir com antigos estereótipos econômicos, assim como a crítica às políticas israelenses pode aparecer acompanhada de rejeição às representações antissemitas apresentadas pelo questionário. Cada uma dessas combinações possui sentido próprio, e os dados ganham mais capacidade explicativa quando preservamos essas diferenças.

É justamente por isso que a ideia de um único índice de antissemitismo teria dificuldade para expressar aquilo que o levantamento encontrou. A soma indiscriminada de respostas sobre inteligência, deicídio, avareza, bancos, imprensa, Holocausto e conflito contemporâneo colocaria numa mesma escala representações historicamente distintas e produziria uma unidade que os próprios dados não oferecem. O material permite enxergar camadas de permanência, compostas por representações que podem ser aceitas, recusadas ou combinadas de maneiras diferentes pelos entrevistados.

O que permanece através do tempo é, portanto, menos um catálogo intacto de crenças do que uma capacidade de adaptação. As imagens mudam de linguagem, encontram novos acontecimentos aos quais podem se associar e convivem com formas de admiração, proximidade religiosa, desconhecimento histórico e posições políticas contemporâneas. Uma representação pode perder parte de sua antiga força e continuar disponível como piada; outra pode abandonar sua linguagem religiosa e reaparecer como explicação política;

uma terceira pode incorporar acontecimentos relacionados a Israel e projetá-los sobre judeus que vivem em outros países e não possuem qualquer participação nas decisões do Estado israelense.

É nessa capacidade de sobrevivência fragmentada que a ideia de antissemitismo cultural encontra sua maior força explicativa para esta pesquisa. Ela permite compreender por que a permanência de um repertório antissemita depende menos da adesão consciente a uma doutrina completa do que da disponibilidade social de algumas de suas imagens. Essas imagens podem permanecer adormecidas, circular como senso comum ou adquirir novos significados quando acontecimentos políticos, religiosos ou sociais oferecem condições para sua reativação.

A série histórica reforça essa interpretação. Entre 2024 e 2026, diminuiu de maneira consistente o número de entrevistados que dizem não saber responder às afirmações apresentadas. Isso significa que um número maior de pessoas passou a ocupar algum lugar diante dessas representações, concordando, discordando ou escolhendo posições intermediárias. Ao mesmo tempo, quase metade da população pesquisada ainda declara desconhecer a própria palavra “antissemitismo”, e o reconhecimento adequado do conceito diminui ainda mais quando se observa a sequência das perguntas.

“ No Brasil de 2026, o vocabulário do antissemitismo parece menos conhecido do que algumas das representações que historicamente lhe deram forma.

O problema apontado pela pesquisa está nessa distância entre nome e reconhecimento, porque ideias podem circular antes de serem identificadas, estereótipos podem sobreviver sem que sua história seja conhecida e antigas imagens podem continuar oferecendo respostas prontas para explicar quem seriam “os judeus”. O antissemitismo cultural encontra sua longevidade nesse repertório disponível, capaz de atravessar gerações, mudar de linguagem e incorporar os conflitos do presente sem precisar reaparecer como uma doutrina única e coerente.

4

O PESO DO CONFLITO

A guerra ocupa um lugar desproporcional na imagem contemporânea de Israel entre os brasileiros. Esse resultado já havia aparecido na Parte II, quando “Guerra/Atentados/Bomba” surgiu como a associação espontânea mais frequente ao Estado de Israel, reunindo 23% das respostas. O bloco dedicado ao conflito permite compreender melhor o que existe por trás dessa associação e mostra que ela ultrapassa a simples lembrança de acontecimentos recentes. Assim, a guerra participa da maneira como Israel é reconhecido, produz julgamentos morais sobre suas ações, interfere nas posições sobre a política externa brasileira e, para uma parcela dos entrevistados, alcança também a percepção sobre os próprios judeus. É nesse sentido que o conflito se torna uma dimensão central da pesquisa, porque oferece um terreno particularmente fértil para observar como conhecimento, informação, emoção e julgamento político se encontram.

A primeira evidência dessa centralidade está na ampla circulação pública alcançada pelo Hamas e pelos acontecimentos de 7 de outubro de 2023. Como visto, 67% dos entrevistados afirmam conhecer ou já ter ouvido falar do Hamas, enquanto 63% dizem o mesmo sobre o ataque de 7 de outubro. Esses percentuais adquirem outro significado quando comparados ao desconhecimento registrado em relação a conceitos fundamentais para compreender parte do debate contemporâneo. Quase metade da amostra afirma não conhecer o termo antissemitismo e 63% dizem desconhecer o significado de sionismo. O contraste sugere uma assimetria importante na maneira como o conflito chega à sociedade brasileira. O acontecimento possui circulação mais ampla do que parte do vocabulário histórico e político necessário para interpretá-lo, fazendo com que imagens, notícias e

episódios concretos possam ser reconhecidos mesmo quando os conceitos que ajudariam a situá-los permanecem pouco familiares.

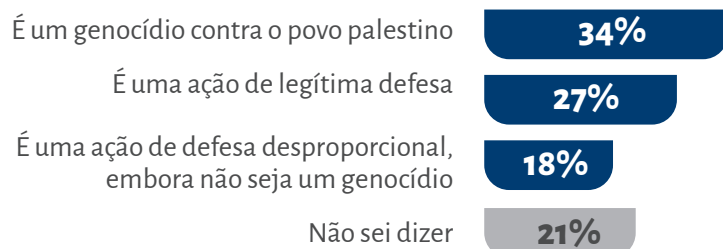
Essa diferença entre conhecer um acontecimento e dispor de instrumentos para interpretá-lo acompanha todo o capítulo. A guerra chega rapidamente ao público porque possui personagens identificáveis, imagens de grande impacto e uma sucessão de acontecimentos acompanhados diariamente pelo noticiário e pelas redes sociais. Sua compreensão histórica exige um percurso muito mais complexo, envolvendo o conflito, a história do sionismo, a questão nacional palestina, as transformações políticas de Israel, a ocupação dos territórios palestinos, a história do Hamas e as diferentes guerras que atravessaram a região. A pesquisa permite inferir que os brasileiros se deparam com os acontecimentos antes de encontrar os instrumentos conceituais para organizá-los de forma crítica e com informações verificáveis.

O 7 de outubro e a resposta israelense

Entre os 1.255 entrevistados que viram, leram ou ouviram falar sobre o ataque de 7 de outubro, 85% afirmam desaprová-lo, enquanto 4% dizem aprová-lo e 11% não sabem responder. Trata-se de um dos resultados mais definidos de todo o levantamento. Entre aqueles que conhecem o episódio, a condenação ao ataque do Hamas alcança uma maioria muito ampla e estabelece um ponto de partida importante para interpretar as respostas seguintes, porque a avaliação da reação militar israelense apresenta uma distribuição bastante diferente.

Quando esse mesmo universo é convidado a escolher a frase que melhor descreve a resposta militar de Israel em Gaza, 34% afirmam que ela constitui “um genocídio contra o povo palestino”, 27% a definem como “uma ação de legítima defesa”, 18% consideram que se trata de “uma ação de defesa desproporcional, embora não seja um genocídio”, e 21% dizem não saber responder. A ampla convergência observada na condenação ao 7 de outubro dá lugar, portanto, a uma distribuição muito mais fragmentada quando o objeto passa a ser a atuação israelense. Os entrevistados conseguem condenar de maneira muito expressiva o ataque do Hamas e, ao mesmo tempo, divergir sobre a natureza e os limites da resposta de Israel.

QUAL FRASE MELHOR DESCREVE A RESPOSTA MILITAR DE ISRAEL EM GAZA?



Fonte: Qual das frases abaixo melhor descreve a sua visão sobre a resposta militar de Israel em Gaza após os ataques em 7 de outubro de 2023? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Quem viu, leu ou ouviu falar sobre o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 (1.255)

Essa distinção se confirma quando a pergunta abandona as categorias utilizadas para caracterizar a resposta e solicita diretamente uma avaliação das ações militares israelenses contra o Hamas. Nesse caso, 37% aprovam e 36% desaprovam, enquanto 27% não sabem responder. A quase equivalência entre aprovação e desaprovação contrasta fortemente com os 85% de rejeição ao ataque de 7 de outubro e mostra que a opinião pública pesquisada não organiza necessariamente os dois acontecimentos como partes de uma única escolha política. A condenação do Hamas pode conviver com a crítica à condução da guerra por Israel, assim como a condenação do ataque pode coexistir com a compreensão da resposta israelense como legítima defesa.

NÍVEL DE APOIO ÀS AÇÕES MILITARES DE ISRAEL CONTRA O HAMAS



Fonte: Você aprova ou desaprova as ações militares de Israel contra o Hamas como resposta aos ataques em 7 de outubro de 2023? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

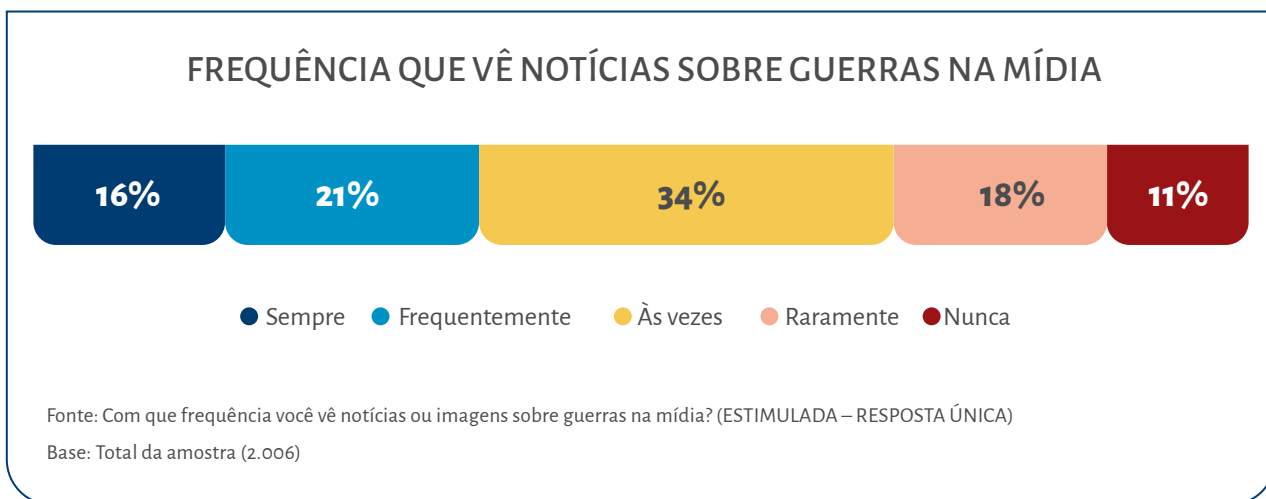
Base: Quem viu, leu ou ouviu falar sobre o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 (1.255)

Há ainda uma diferença importante entre classificar uma ação e declarar apoio a ela. A palavra “genocídio”, a ideia de “legítima defesa” e a categoria intermediária de “defesa desproporcional” oferecem aos entrevistados formas distintas de interpretar a natureza da resposta militar, enquanto aprovação e desaprovação mobilizam um julgamento polí-

tico mais abrangente. Essas dimensões podem se combinar de maneiras variadas. Os dados agregados não permitem reconstruir todas as combinações individuais sem recorrer aos microdados, mas são suficientes para mostrar que a percepção brasileira do conflito possui mais gradações do que uma divisão entre dois campos rigidamente definidos.

A guerra como imagem de Israel

A centralidade do conflito aparece com ainda mais força quando os resultados são colocados ao lado das associações espontâneas e do consumo de notícias. “Guerra/Atentados/Bomba” é a primeira associação a Israel para 23% dos entrevistados. Ao mesmo tempo, 16% dizem ver sempre notícias ou imagens sobre guerras na mídia, 21% frequentemente e 34% às vezes. Somadas essas três frequências, 71% da amostra relata algum grau recorrente de exposição a conteúdos relacionados à guerra.

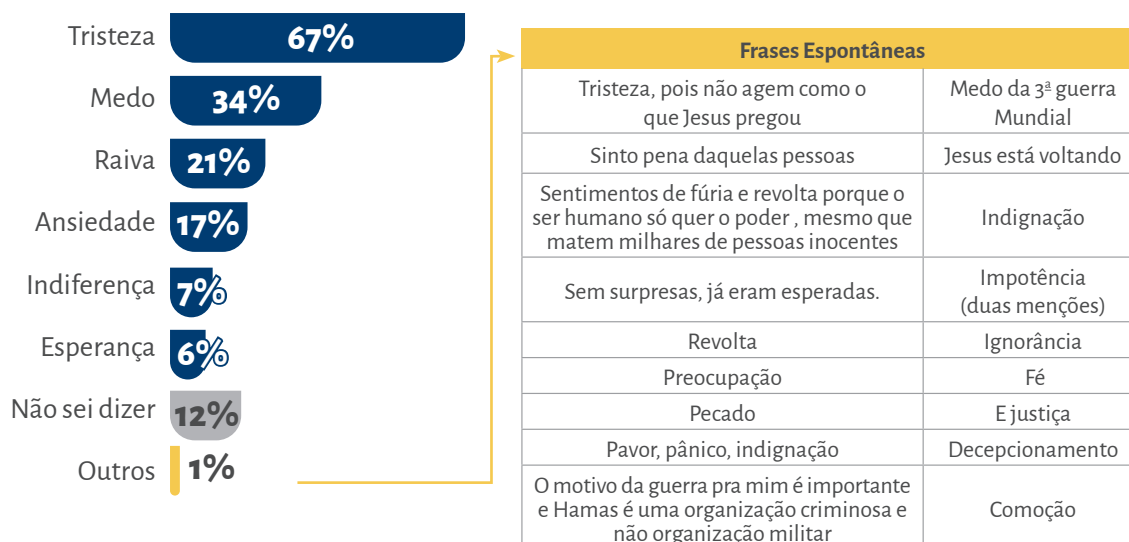


Esse ambiente ajuda a compreender a força adquirida pelo conflito na construção da imagem pública de Israel.

“ Para uma parcela dos brasileiros, aspectos da sociedade israelense, de sua diversidade cultural, de sua vida cotidiana ou de suas disputas políticas internas podem permanecer distantes, enquanto a guerra chega repetidamente por meio de imagens de bombardeios, destruição urbana, soldados, reféns, mortos, feridos e deslocamentos de população. O resultado é uma assimetria entre aquilo que pode ser pouco conhecido sobre o país e aquilo que se torna intensamente visível a seu respeito.

Israel passa a ser encontrado reiteradamente no espaço público brasileiro em situações de violência, e essa repetição contribui para fazer do conflito uma de suas referências mais imediatamente disponíveis.

QUAIS SENTIMENTOS NOTÍCIAS DE GUERRA DESPERTAM?



Fonte: Quais sentimentos as notícias sobre guerras despertam em você? (ESTIMULADA – RESPOSTA MÚLTIPLA)
Base: Total da amostra (2.006)

A dimensão emocional desse processo aparece quando a pesquisa pergunta sobre os sentimentos provocados pelas notícias de guerra. Tristeza é mencionada por 67% dos entrevistados, medo por 34%, raiva por 21% e ansiedade por 17%, enquanto indiferença aparece em 7% e esperança em 6%. A predominância da tristeza é significativa porque sugere que a recepção das imagens de guerra começa, para grande parte da população, pela percepção do sofrimento humano antes de adquirir necessariamente uma posição política definida. As respostas espontâneas reforçam essa diversidade ao registrar referências a impotência, indignação, preocupação, fé, revolta e medo de uma “terceira guerra mundial”.

A guerra é, portanto, simultaneamente informação e experiência afetiva. Essa combinação ajuda a explicar sua capacidade de ocupar rapidamente o imaginário público. Uma pessoa pode desconhecer aspectos fundamentais da história do conflito e, ainda assim, reagir intensamente a uma imagem de destruição, à morte de civis ou ao relato de um refém. A emoção, nesse caso, não substitui necessariamente o julgamento político, mas participa de sua formação. O mesmo acontecimento pode ser compreendido por meio de repertórios humanitários, políticos, religiosos ou históricos, e a pesquisa encontra justamente essa sobreposição. Para alguns entrevistados, a guerra aparece como injustiça;

para outros, como ameaça; para outros ainda, pode adquirir significado religioso. A imagem de Israel que emerge desse processo é produzida pela combinação entre informação disponível, experiências anteriores e formas distintas de atribuir sentido ao sofrimento.

A entrada do genocídio no repertório público

Dentro desse ambiente, a presença da palavra “genocídio” merece atenção particular. Entre aqueles que conhecem o ataque de 7 de outubro, 34% escolhem a formulação segundo a qual a resposta militar israelense em Gaza constitui “um genocídio contra o povo palestino”. O dado registra uma percepção dos entrevistados e deve ser interpretado exatamente nesse plano. Sua importância para a pesquisa está em mostrar que uma das categorias jurídicas, históricas e morais mais graves do vocabulário contemporâneo passou a integrar, de maneira significativa, o repertório mobilizado por parte da população brasileira para interpretar a atuação de Israel em Gaza.

O percentual ganha maior dimensão quando observado ao lado das outras duas interpretações apresentadas pelo questionário. Enquanto 34% classificam a resposta como genocídio, 27% a entendem como legítima defesa e 18% reconhecem o direito de defesa de Israel, mas consideram sua execução desproporcional. Configuram-se, assim, três enquadramentos concorrentes, cada um organizando o conflito a partir de uma chave distinta. Um enfatiza a gravidade da violência contra a população palestina e a interpreta por meio da categoria de genocídio; outro privilegia o direito de Israel de responder ao ataque sofrido; e um terceiro procura conciliar o reconhecimento desse direito com uma avaliação crítica sobre a proporcionalidade da resposta. A coexistência dessas três leituras oferece uma descrição mais precisa da opinião pública pesquisada do que a divisão habitual entre posições simplesmente “pró-Israel” ou “anti-Israel”.

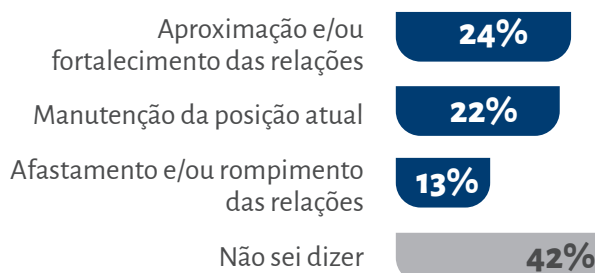
Essa fragmentação também ajuda a compreender por que a condenação ao Hamas e uma avaliação crítica das ações de Israel podem coexistir sem contradição para os mesmos entrevistados. O ataque de 7 de outubro e a guerra que se seguiu são acontecimentos relacionados, mas não constituem necessariamente um único objeto de julgamento. Uma pessoa pode reconhecer e condenar de maneira inequívoca a violência praticada contra civis israelenses e, ao mesmo tempo, avaliar as ações posteriores de Israel segundo outros critérios, como a proteção da população civil, a proporcionalidade da resposta ou as consequências humanitárias da operação militar. Os dados sugerem, portanto, que a opinião sobre o conflito não se organiza necessariamente como uma escolha entre dois campos

inteiramente fechados. Ela pode reunir julgamentos diferentes sobre acontecimentos diferentes, produzindo combinações que uma leitura binária tende a ocultar.

Do conflito à política externa brasileira

Quando a pesquisa passa da avaliação da guerra para a política externa, a definição das posições diminui consideravelmente. Perguntados sobre o que o governo brasileiro deveria fazer em relação a Israel, 42% não sabem responder, 24% defendem aproximação ou fortalecimento das relações, 22% preferem a manutenção da posição atual e 13% apoiam afastamento ou rompimento. A intensidade emocional da guerra e a capacidade dos entrevistados de avaliar determinadas ações não se traduzem, portanto, com a mesma clareza em uma orientação sobre a conduta diplomática do Brasil.

QUAL DEVE SER A POSIÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO A ISRAEL?



Fonte: Pensando nos interesses do Brasil, qual deve ser a posição do governo em relação a Israel? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

Esse resultado sugere que julgamento moral, avaliação militar e preferência diplomática ocupam planos distintos. Uma pessoa pode considerar a atuação israelense desproporcional e, ainda assim, defender a manutenção das relações diplomáticas entre os dois países. Pode reconhecer o direito de Israel à legítima defesa e, ao mesmo tempo, preferir a manutenção da posição brasileira. Pode também utilizar a palavra “genocídio” para interpretar o que ocorre em Gaza sem, por isso, defender o rompimento das relações com Israel. A pesquisa ganha capacidade explicativa justamente quando essas dimensões permanecem separadas, porque a opinião pública raramente apresenta a coerência absoluta que o debate político costuma atribuir a ela.

A indefinição cresce ainda mais quando a questão envolve a adesão brasileira à acusação apresentada pela África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça. Cinquenta e

um por cento dos entrevistados dizem não saber se concordam ou discordam da posição brasileira, enquanto 22% concordam e 26% discordam. Aqui, torna-se especialmente visível a distância entre a ampla circulação pública da guerra e o conhecimento sobre seus desdobramentos jurídicos internacionais. A questão exige familiaridade com a posição adotada pelo governo brasileiro, com o processo em curso na Corte, com o direito internacional e com o próprio conceito jurídico de genocídio. A complexidade desse conjunto de informações ajuda a compreender a dimensão alcançada pela resposta “não sei” e reforça um padrão já observado ao longo da pesquisa: acontecimentos altamente visíveis podem ser acompanhados por um conhecimento limitado sobre as categorias e os processos necessários para interpretá-los.

CONCORDÂNCIA COM O POSICIONAMENTO DO BRASIL EM ADERIR À ACUSAÇÃO DE GENOCÍDIO NA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA



Fonte: O Brasil aderiu à acusação da África do Sul na Corte Internacional de Justiça de que Israel comete genocídio em Gaza. Você concorda ou discorda desse posicionamento do Brasil? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

O Hamas e o 7 de outubro são amplamente reconhecidos, a guerra produz sentimentos intensos e um terço daqueles familiarizados com o ataque escolhe a categoria genocídio para caracterizar a resposta israelense, mas a disputa jurídica concreta envolvendo essa mesma categoria permanece distante de grande parte dos entrevistados.

“ O conflito chega, portanto, em diferentes níveis de profundidade. A imagem da guerra possui enorme circulação, os grandes enquadramentos políticos também encontram espaço, enquanto aspectos institucionais e jurídicos mais específicos produzem uma zona muito maior de desconhecimento.

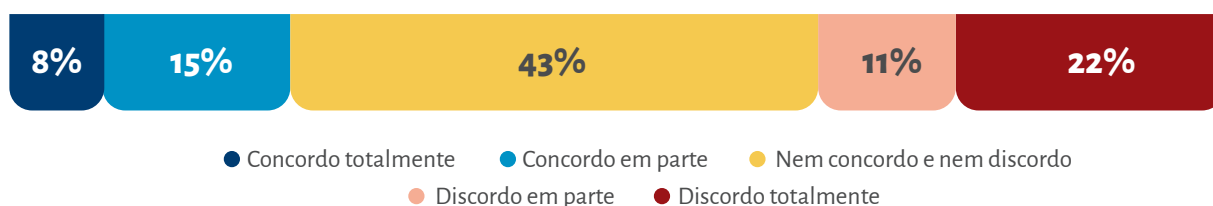
Quando Israel interfere na percepção sobre os judeus

A pergunta mais sensível desta parte surge quando a pesquisa aproxima diretamente o Estado de Israel e os judeus. Diante da afirmação “As ações de Israel influenciam minha opinião sobre judeus”, 8% concordam totalmente e 15% concordam em parte, totalizando 23%. Outros 43% não concordam nem discordam, enquanto 11% discordam em parte e 22% discordam totalmente. Quase um quarto da amostra reconhece, portanto, algum grau de influência das ações de Israel sobre a maneira como percebe os judeus.

O sentido dessa influência, contudo, permanece em aberto, uma vez que a pergunta não indica se as ações israelenses melhoram ou pioram a opinião dos entrevistados. O dado relevante está na própria existência da associação. Para 23% da amostra, Israel e os judeus não aparecem como objetos inteiramente independentes.

“ Ou seja, aquilo que um Estado faz pode interferir na percepção de uma coletividade religiosa, cultural e étnica muito mais ampla, formada por pessoas de diferentes nacionalidades, posições políticas e relações com o próprio Estado israelense.

CONCORDÂNCIA COM A FRASE “AS AÇÕES DE ISRAEL INFLUENCIAM MINHA OPINIÃO SOBRE JUDEUS”



Fonte: Qual o seu grau de concordância com a seguinte frase: “As ações de Israel influenciam minha opinião sobre judeus”? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

Essa passagem é particularmente importante para uma pesquisa sobre antissemitismo porque permite observar um dos mecanismos pelos quais acontecimentos internacionais podem alcançar minorias que vivem em outros contextos nacionais. Israel possui uma relação histórica evidente com a experiência judaica contemporânea, mas Estado, governo, sociedade israelense e judeus constituem categorias distintas. Quando essas fronteiras se tornam menos nítidas, decisões tomadas por autoridades políticas ou militares podem

participar da formação de julgamentos sobre indivíduos cuja ligação com essas decisões decorre apenas de uma identidade atribuída ou compartilhada.

Os próprios resultados apresentados em outras partes da pesquisa tornam essa questão ainda mais relevante. Quando 15% concordam que “judeus invadem as terras dos outros” e 16% que “judeus são racistas”, encontramos formulações nas quais acusações presentes no debate político sobre Israel aparecem atribuídas aos “judeus” como coletividade. O questionário não permite reconstruir o caminho individual que conduz a essas respostas, mas a proximidade entre os dois conjuntos de dados permite formular uma hipótese importante.

“ O conflito pode funcionar, para uma parcela da população, como uma ponte simbólica entre aquilo que se pensa sobre Israel e aquilo que se atribui aos judeus.

O dado mais seguro está na constatação de que 23% dos entrevistados reconhecem alguma influência das ações israelenses sobre sua percepção dos judeus. A pesquisa também mostra que guerra, atentados e bombas constituem a principal associação espontânea a Israel e que as imagens de conflitos alcançam ampla exposição. Juntos, esses resultados indicam a existência de condições para uma transferência de atributos entre objetos distintos, na qual acontecimentos relacionados a Israel podem participar da construção de imagens sobre judeus. A direção, a intensidade e as consequências dessa transferência precisam ser examinadas nos cruzamentos e, quando possível, nos microdados.

O conflito e a reorganização da imagem pública de Israel

A pergunta sobre quanto a guerra transformou a imagem de Israel exige uma última cautela temporal. A pesquisa de 2026 registra um país fortemente associado a guerra, atentados e bombas, conhecimento relativamente elevado do Hamas e do 7 de outubro, ampla condenação do ataque e profunda divisão em torno da resposta militar israelense. Todos esses resultados pertencem a um contexto marcado pelos acontecimentos iniciados em outubro de 2023 e pela exposição continuada à guerra que se seguiu.

A formulação historicamente mais segura consiste, portanto, em reconhecer que o conflito ocupa em 2026 uma posição central na imagem pública de Israel e que essa centralidade é registrada depois de quase três anos em que Israel, Gaza e a guerra permaneceram

intensamente presentes no noticiário e nas disputas públicas. Essa centralidade talvez seja mais importante do que descobrir se os brasileiros escolheram um lado. Os resultados sugerem justamente que muitos não o fizeram de maneira binária frequentemente pressuposta pelo debate político. Entre aqueles que conhecem o 7 de outubro, 85% desaprovam o ataque do Hamas, enquanto a avaliação das ações militares israelenses divide-se praticamente ao meio, com 37% de aprovação e 36% de desaprovação. A condenação do ataque contra civis israelenses pode conviver com uma avaliação severa da guerra em Gaza, assim como a crítica à proporcionalidade da resposta pode coexistir com o reconhecimento do direito de Israel à defesa.

O efeito mais profundo da guerra sobre o universo pesquisado parece estar, assim, na reorganização do campo a partir do qual Israel é percebido. O conflito oferece imagens, emoções, palavras e categorias de julgamento que passam a ocupar o espaço público com uma intensidade difícil de ser alcançada pela história, pela cultura ou pela vida cotidiana de uma sociedade distante. Israel se torna mais visível, mas uma parte importante dessa visibilidade é produzida pela violência. Gaza também adquire enorme presença simbólica, enquanto categorias como terrorismo, legítima defesa, desproporcionalidade e genocídio passam a organizar as formas pelas quais os acontecimentos são interpretados.

É nesse ambiente que se encontra a questão que liga este capítulo ao restante da pesquisa. A guerra não permanece confinada à percepção de um Estado estrangeiro. Para uma parcela dos entrevistados, ela alcança também a maneira de perceber os judeus, tornando mais permeável a fronteira entre as decisões de Israel e os atributos imputados a uma coletividade muito mais ampla.

“ O peso do conflito recai justamente nessa capacidade de produzir referências que ultrapassam o acontecimento militar e passam a organizar a percepção de Israel e, em alguma medida, dos próprios judeus.

A distinção entre esses sujeitos torna-se, por isso, uma das questões centrais para compreender como a guerra é recebida no Brasil e quais efeitos ela pode produzir muito além do território em que acontece

5 EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E CONHECIMENTO HISTÓRICO

Os dados sobre educação e memória ajudam a compreender a tensão que encontramos em diferentes partes desta pesquisa.

“ Os brasileiros parecem reconhecer com muito mais facilidade determinados acontecimentos associados à história dos judeus do que a experiência judaica como realidade histórica, social e cultural.

Essa diferença se torna particularmente visível quando comparamos aquilo que os entrevistados se recordam de ter aprendido sobre a comunidade judaica com aquilo que conhecem, ou ao menos reconhecem, sobre o Holocausto. Apenas 32% afirmam lembrar de algum aprendizado sobre a comunidade judaica, enquanto 68% dizem não possuir essa lembrança. A pergunta abrangia diferentes possibilidades de aprendizagem e não estava limitada à escola ou à educação formal, o que torna o resultado ainda mais significativo. Para mais de dois terços da amostra, a comunidade judaica não aparece como objeto claramente reconhecível de uma experiência anterior de aprendizagem.

MEMÓRIA DE APRENDIZAGEM SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA

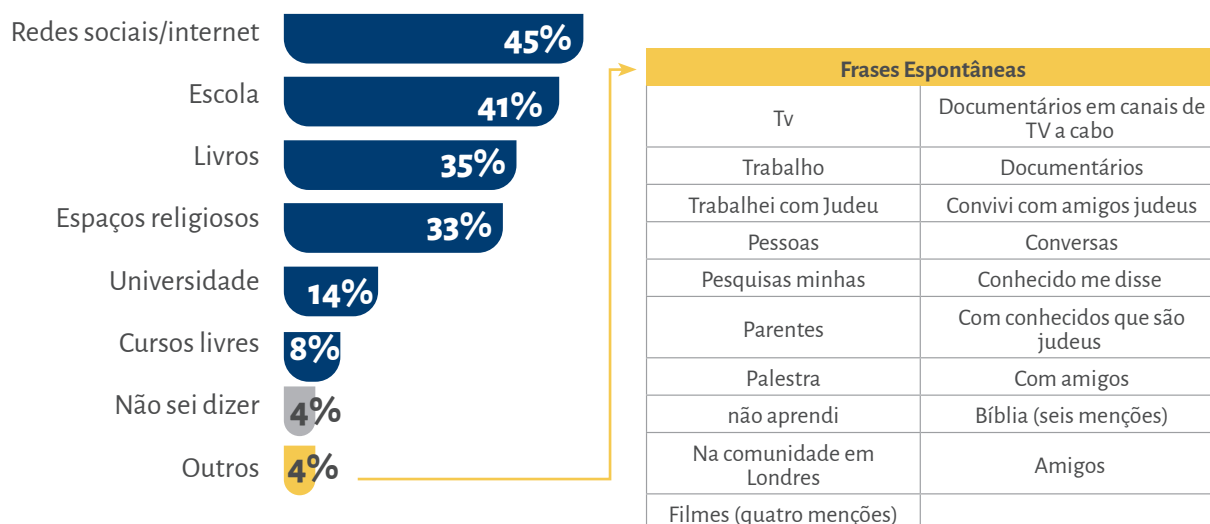


Fonte: Você se recorda de já ter aprendido algo sobre a comunidade judaica? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

Quando observamos os 637 entrevistados que se recordam de ter aprendido algo, a dispersão das fontes ajuda a compreender como esse conhecimento é formado. Redes sociais e internet aparecem em primeiro lugar, mencionadas por 45%, seguidas pela escola, com 41%, pelos livros, com 35%, e pelos espaços religiosos, com 33%. A Universidade e cursos livres ocupam posições menores, com 14% e 8%. O dado nos permite identificar um circuito heterogêneo de aprendizagem no qual a educação formal participa de maneira importante, mas divide espaço com ambientes digitais, religiosos e culturais. A presença expressiva dos espaços religiosos dialoga, inclusive, com aquilo que encontramos nas primeiras partes da pesquisa, quando referências bíblicas e cristãs apareciam de maneira recorrente na forma pela qual os entrevistados reconheciam os judeus.

LUGAR DE APRENDIZAGEM SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA



Fonte: Onde você aprendeu sobre a comunidade judaica? (ESTIMULADA – RESPOSTA MÚLTIPLA)

Base: Apenas para quem se recorda de já ter aprendido algo sobre a comunidade judaica (637)

O quadro se modifica quando a pergunta deixa de tratar genericamente da comunidade judaica e se volta para o Holocausto. Nesse caso, 67% dos entrevistados afirmam conhecer ou já ter ouvido falar do acontecimento. Entre aqueles que reconhecem o Holocausto, a escola é mencionada como espaço de aprendizagem por 57%, seguida por redes sociais e internet, com 44%; livros, com 41%; e espaços religiosos, com 23%. A comparação entre as duas perguntas demonstra uma assimetria que será identificada toda esta parte. O Holocausto possui uma presença muito mais consolidada na memória dos entrevistados e uma ligação mais forte com a experiência escolar, enquanto o conhecimento sobre a comunidade judaica se apresenta de maneira mais dispersa e depende, em maior medida, de fontes exteriores à educação formal.

CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE O HOLOCAUSTO



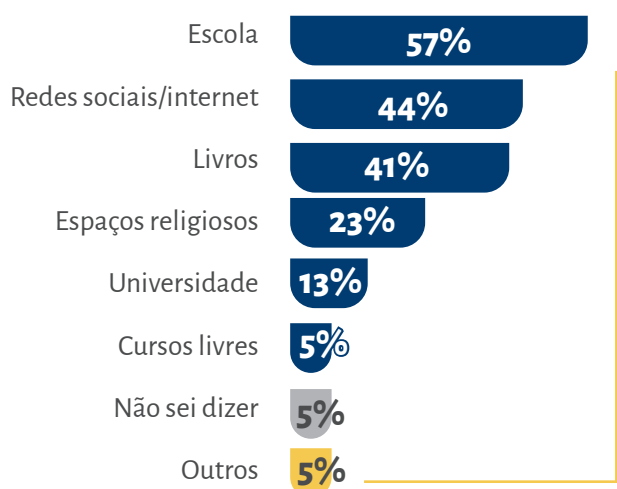
Fonte: Você conhece ou já ouviu falar a respeito do Holocausto? (ESTIMULADA – RESPOSTA ÚNICA)
Base: Total da amostra (2.006)

Essa diferença permite formular uma das questões centrais da pesquisa.

“ A escola brasileira parece ter deixado uma marca mais reconhecível na transmissão do Holocausto como acontecimento histórico do que na apresentação dos judeus como coletividade diversa.

Trata-se de uma constatação produzida pela memória declarada dos entrevistados, e é nesse plano que deve ser compreendida. O questionário não avaliou currículos, materiais didáticos, práticas docentes ou a qualidade do ensino recebido por cada participante, cujas trajetórias escolares pertencem a gerações muito diferentes. Quando os brasileiros procuram lembrar onde aprenderam sobre o Holocausto, a escola aparece com força, mas quando procuram lembrar onde aprenderam sobre a comunidade judaica, a experiência é muito mais fragmentada.

LUGAR DE APRENDIZAGEM SOBRE O HOLOCAUSTO



Frases Espontâneas	
Um judeu me contou	Vídeos
Primeira vez que soube foi através de filme, e depois em vídeos	Documentários
Filmes	Internet
Não lembro, mais acho que foi em assuntos de família	Igreja
Não lembro	Google
Fui ao museu do holocausto	Escola
Minha avó era judia	Livros
Em pesquisas, livros e mídias impressas e digital	Novela
Jornal	Cinema
Jogos	Bíblia

Fonte: Onde você aprendeu sobre o Holocausto? (ESTIMULADA – RESPOSTA MÚLTIPLA)
Base: Apenas para quem conhece ou já ouviu falar a respeito do Holocausto (1.346)

Essa assimetria ajuda a compreender algumas aparentes contradições encontradas ao longo do levantamento. Uma pessoa pode reconhecer Hitler, Auschwitz, perseguição e Holocausto e possuir, ao mesmo tempo, referências muito limitadas sobre judaísmo, diversidade judaica, história dos judeus no Brasil ou formas contemporâneas de vida comunitária. O acontecimento histórico pode ser conhecido com maior facilidade do que os sujeitos cuja destruição esteve em seu centro. Surge, assim, um desafio importante para o ensino do Holocausto.

“ Quando a perseguição ocupa quase todo o espaço disponível para falar sobre os judeus, existe o risco de que a vítima se torne mais visível do que o sujeito histórico e de que a destruição seja mais conhecida do que a sociedade que foi destruída.

Os dados não descrevem diretamente o que acontece em cada sala de aula brasileira, mas mostram uma diferença de memória social suficientemente forte para que essa questão seja levada a sério.

A escola e a memória do Holocausto

O lugar ocupado pela escola torna-se ainda mais importante quando consideramos que 57% daqueles que conhecem ou já ouviram falar do Holocausto a mencionam como uma das fontes de aprendizagem. Como a pergunta permitia respostas múltiplas, os percentuais descrevem presença, e não exclusividade. O mesmo entrevistado pode ter conhecido o tema inicialmente na escola, aprofundado sua compreensão por meio de livros e, posteriormente, encontrado documentários, vídeos ou outros conteúdos na internet. A pesquisa capta precisamente essa sobreposição de circuitos, dentro da qual a escola permanece como a fonte mais citada, seguida pelas redes sociais e pela internet, com 44%, e pelos livros, com 41%.

Essa combinação entre escola, livros e ambiente digital já aponta para uma transformação importante na formação da memória histórica. O conhecimento sobre o Holocausto já não circula, se é que algum dia circulou, por um único espaço. A educação formal oferece, em princípio, condições para contextualização, sequência histórica, mediação docente e articulação entre causas e consequências. O ambiente digital opera segundo outra lógica, marcada pela multiplicidade de produtores, linguagens e níveis de qualidade. Nele podem circular excelentes projetos educativos, arquivos digitalizados, testemunhos, museus, cursos

e materiais produzidos por especialistas, ao mesmo tempo que aparecem simplificações, comparações historicamente frágeis, conteúdos descontextualizados e desinformação.

O estudante que encontra o Holocausto na escola não permanece dentro dela quando continua formando sua compreensão sobre o acontecimento. Aquilo que aprendeu passa a conviver com imagens, vídeos, debates políticos, séries, filmes, influenciadores e conteúdos produzidos para redes sociais. A função da escola, nesse ambiente, deixa de ser apenas transmitir informações que o estudante desconhece e passa também a oferecer critérios históricos capazes de organizar uma quantidade crescente de informações recebidas por outras vias.

Essa questão adquire ainda mais importância quando retornamos à comunidade judaica. Entre aqueles que se lembram de ter aprendido algo sobre ela, redes sociais e internet aparecem com 45%, ligeiramente acima dos 41% que mencionam a escola. A diferença percentual é pequena, mas o desenho geral é significativo. A memória do Holocausto possui uma mediação escolar mais claramente identificável, enquanto a imagem dos judeus se forma dentro de um espaço no qual internet, escola, livros e religião concorrem de maneira mais equilibrada.

Isso ajuda a compreender como o conhecimento do genocídio pode coexistir com representações religiosas, econômicas e conspiratórias identificadas em outras partes da pesquisa. Saber que milhões de judeus foram assassinados pelo nazismo pertence a um campo de conhecimento diferente daquele que organiza expectativas sobre como seriam os judeus, quais características possuiriam ou que papel exerceriam na sociedade. A memória da perseguição pode produzir empatia e reconhecimento histórico sem alcançar necessariamente estereótipos formados em outros ambientes de socialização. A educação sobre o Holocausto ganha, por isso, maior capacidade de enfrentamento ao antissemitismo quando consegue estabelecer pontes entre a história do genocídio, as tradições anteriores de hostilidade aos judeus e as formas pelas quais essas representações continuam circulando no presente.

Conhecer o Holocausto e compreender sua história

Os 67% que afirmam conhecer ou já ter ouvido falar do Holocausto precisam ser interpretados a partir da formulação exata da pergunta. O indicador mede reconhecimento ou familiaridade declarada com o acontecimento, e não domínio de sua história. Uma pessoa

pode reconhecer a palavra “Holocausto” e possuir conhecimentos muito diferentes sobre suas causas, cronologia, agentes, mecanismos de perseguição, diversidade das vítimas ou especificidade do genocídio dos judeus europeus. A distância entre reconhecimento nominal e conhecimento histórico aparece de maneira particularmente importante quando esse resultado é comparado à afirmação negacionista apresentada anteriormente.

Naquela pergunta, 8% concordaram total ou parcialmente que o Holocausto não existiu, enquanto 59% utilizaram alguma das categorias de discordância. Outros 20% permaneceram na posição intermediária e 19% disseram não saber responder. A comparação não permite converter automaticamente as diferenças entre essas perguntas em uma medida de negacionismo, porque elas possuem formatos e objetivos distintos. Ela revela, contudo, uma questão educacional importante. Reconhecer o nome de um acontecimento e possuir segurança suficiente para rejeitar explicitamente sua negação pertencem a níveis diferentes de relação com o conhecimento histórico.

É precisamente nessa distância que a educação adquire uma função que ultrapassa a transmissão da memória. O Holocausto tornou-se uma referência cultural poderosa presente em filmes, museus, cerimônias, livros didáticos e discursos públicos. Essa ampla presença pode produzir reconhecimento sem necessariamente produzir compreensão histórica. Imagens de campos de concentração, deportações, suásticas e câmaras de gás são capazes de permanecer na memória mesmo quando os processos que tornaram possível o genocídio são conhecidos de maneira fragmentada.

A distinção entre memória e história torna-se fundamental nesse ponto da pesquisa. Uma sociedade pode reconhecer Auschwitz sem compreender a transformação gradual da perseguição antissemita em política de extermínio; pode condenar Hitler sem conhecer a longa história do antijudaísmo europeu; pode recordar os seis milhões de judeus assassinados sem conhecer a extraordinária diversidade das comunidades destruídas; pode reconhecer a figura da vítima e saber muito pouco sobre a vida política, religiosa, cultural e intelectual que existia antes da perseguição.

É justamente nesse ponto que a diferença encontrada pela pesquisa entre conhecimento do Holocausto e aprendizagem sobre a comunidade judaica ganha maior densidade. Ensinar o genocídio envolve também reconstruir aquilo que existia antes da destruição. Varsóvia, Vilna, Salônica, Amsterdã e tantas outras cidades não podem aparecer apenas como lugares dos quais judeus foram deportados. Eram espaços de vida judaica, atravessados por diferenças de classe, religião, língua, política e cultura, nos quais conviviam ortodoxos e

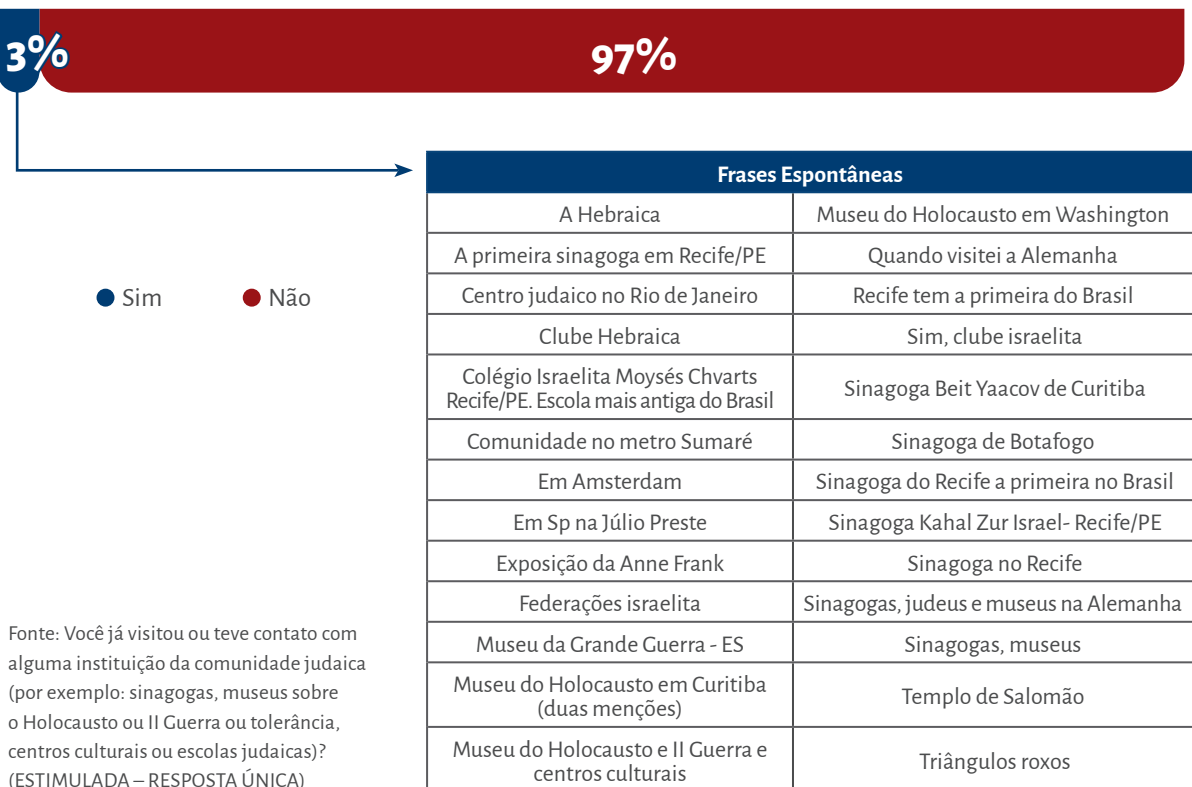
secularizados, sionistas e antissionistas, socialistas, liberais, comerciantes, trabalhadores, intelectuais e famílias cujas experiências não cabem na condição posterior de vítimas.

Quando essa história anterior desaparece, a perseguição corre o risco de ocupar retrospectivamente toda a existência daqueles que foram perseguidos. O ensino historicamente consistente do Holocausto precisa, por isso, preservar a vida dentro da história da destruição. A compreensão daquilo que foi perdido é parte da própria compreensão do genocídio.

Aprender sobre os judeus sem encontrá-los

A predominância de formas mediadas de conhecimento torna-se ainda mais evidente quando observamos a relação dos entrevistados com instituições judaicas. Noventa e sete por cento afirmam nunca ter visitado ou tido contato com uma instituição da comunidade judaica, incluindo sinagogas, centros culturais, escolas judaicas e museus relacionados ao Holocausto ou à Segunda Guerra Mundial. Apenas 3% relatam alguma experiência desse tipo.

VISITOU OU TEVE CONTATO COM INSTITUIÇÕES DA COMUNIDADE JUDAICA?



Esse resultado se articula a outros dois dados já encontrados na pesquisa. Sessenta e sete por cento afirmam não conhecer pessoalmente nenhuma pessoa judia e 68% não se recordam de ter aprendido algo sobre a comunidade judaica. Quando essas três dimensões são observadas em conjunto, aparece um cenário consistente de distância social e institucional. Para uma parcela ampla da população, o conhecimento sobre os judeus é produzido principalmente por mediações. Escola, internet, livros, igrejas, televisão, cinema, notícias, redes sociais e conversas cotidianas tornam-se os espaços nos quais a imagem de uma comunidade pouco encontrada diretamente é construída.

A mediação faz parte de qualquer processo de conhecimento histórico e social. Seu significado, neste caso, está na distância entre a baixa experiência direta e a relativa abundância de representações encontradas ao longo da pesquisa. Muitos entrevistados possuem poucas relações pessoais ou institucionais com judeus e, ao mesmo tempo, reconhecem referências claras sobre Holocausto, religião, Israel, dinheiro, inteligência, leitura, poder ou responsabilidade pela morte de Jesus. O imaginário pode, assim, apresentar uma densidade muito maior do que a experiência concreta que o sustenta.

Observar esse descompasso ajuda a compreender por que os canais de aprendizagem possuem tanta importância. Quando a experiência direta é limitada, a qualidade das mediações ganha peso ainda maior. Uma representação encontrada em um sermão, um vídeo, uma reportagem, uma aula ou uma conversa familiar pode participar da construção de uma imagem sobre pessoas que o indivíduo talvez nunca tenha encontrado. É também nesse ambiente que estereótipos conseguem circular com relativa autonomia, porque a ausência de contato cotidiano reduz as oportunidades de confrontar generalizações com a diversidade concreta das experiências individuais.

As diferenças regionais e os limites do conhecimento declarado

A distribuição regional acrescenta outros aspectos à análise. No levantamento, o Sul registra 72,1% de conhecimento ou reconhecimento do Holocausto e o Centro-Oeste 71,2%, enquanto o Sudeste aparece com 65,4%. As diferenças precisam ser consideradas em conjunto com o tamanho das respectivas subamostras e não oferecem, isoladamente, uma explicação para o padrão encontrado. Ainda assim, dizem que a presença do Holocausto na memória declarada dos entrevistados varia regionalmente.

O resultado se torna especialmente interessante quando comparado ao conhecimento autodeclarado sobre os judeus. Naquela pergunta, a Região Norte aparecia com níveis mais elevados de familiaridade percebida, enquanto Sul e Centro-Oeste se destacam quando o objeto é especificamente o Holocausto. Conhecer ou ter ouvido falar do Holocausto, considerar-se conhecedor sobre judeus e possuir experiências concretas com pessoas ou instituições judaicas medem dimensões diferentes e não devem ser utilizadas como equivalentes.

Essa separação também impede que o Holocausto funcione como atalho para medir conhecimento sobre judaísmo ou vida judaica. O genocídio constitui um acontecimento fundamental da história contemporânea e seu ensino possui enorme relevância histórica e cívica, mas a familiaridade com esse acontecimento não resume aquilo que uma pessoa conhece sobre os judeus. A própria pesquisa mostra que a memória do Holocausto pode estar relativamente disseminada em uma sociedade na qual grande parte da população se recorda pouco de ter aprendido sobre a comunidade judaica.

A memória como educação contra o antissemitismo

Tal constatação conduz a uma questão que acompanha há décadas as políticas de memória do Holocausto. A lembrança do genocídio é frequentemente associada à prevenção do antissemitismo, como se o conhecimento da catástrofe produzisse por si mesmo uma barreira contra a reprodução de preconceitos. A pesquisa de 2026 recomenda uma compreensão mais complexa dessa relação. O levantamento registra ampla familiaridade declarada com o Holocausto e, simultaneamente, encontra a permanência de estereótipos religiosos, econômicos, morais e conspiratórios sobre os judeus.

Essa coexistência ajuda a definir melhor o papel da educação. O ensino do Holocausto possui enorme importância, mas sua contribuição para o enfrentamento do antissemitismo depende também da capacidade de relacionar a história da perseguição às representações que a antecederam e às formas pelas quais algumas delas continuaram circulando depois de 1945. A acusação de deicídio, as imagens de avareza, as narrativas sobre poder financeiro e controle da imprensa possuem histórias anteriores ao nazismo. Conhecer o desfecho extremo da perseguição sem compreender essas genealogias pode produzir uma memória moralmente poderosa, porém insuficiente para reconhecer manifestações menos explícitas do preconceito no presente.

O desafio pedagógico está, portanto, em articular memória, história e capacidade de interpretação. Isso envolve compreender como o antissemitismo foi historicamente construído, reconhecer as mudanças de linguagem pelas quais atravessou e distinguir entre acontecimentos, agentes e coletividades. Envolve também apresentar os judeus como sujeitos de sua própria história, e não apenas como objetos da hostilidade de outros. Quanto mais ampla for essa perspectiva, maior a possibilidade de que o Holocausto deixe de aparecer como uma catástrofe inexplicável que começa com Hitler e termina em 1945, passando a ser compreendido dentro de processos históricos mais longos.

O Brasil conhece melhor a destruição do que a vida judaica?

Quando os diferentes resultados são reunidos, uma assimetria se torna difícil de ignorar. Sessenta e sete por cento dos entrevistados conhecem ou já ouviram falar do Holocausto, enquanto apenas 32% se recordam de ter aprendido algo sobre a comunidade judaica. Entre aqueles familiarizados com o genocídio, a escola é mencionada por 57% como fonte de aprendizagem. Entre os que recordam algum aprendizado sobre a comunidade judaica, redes sociais e internet aparecem com 45%, ligeiramente acima da escola, com 41%. Além disso, 97% jamais tiveram contato com uma instituição judaica.

Esses dados descrevem um ambiente no qual o genocídio do povo judeu parece possuir maior visibilidade histórica do que a experiência judaica em sua diversidade. O Holocausto tornou-se uma importante porta de entrada para a história dos judeus, enquanto o conhecimento sobre suas culturas, tradições, conflitos internos, experiências brasileiras e formas contemporâneas de pertencimento permanece muito mais disperso entre escola, religião, internet, livros e cultura de massa.

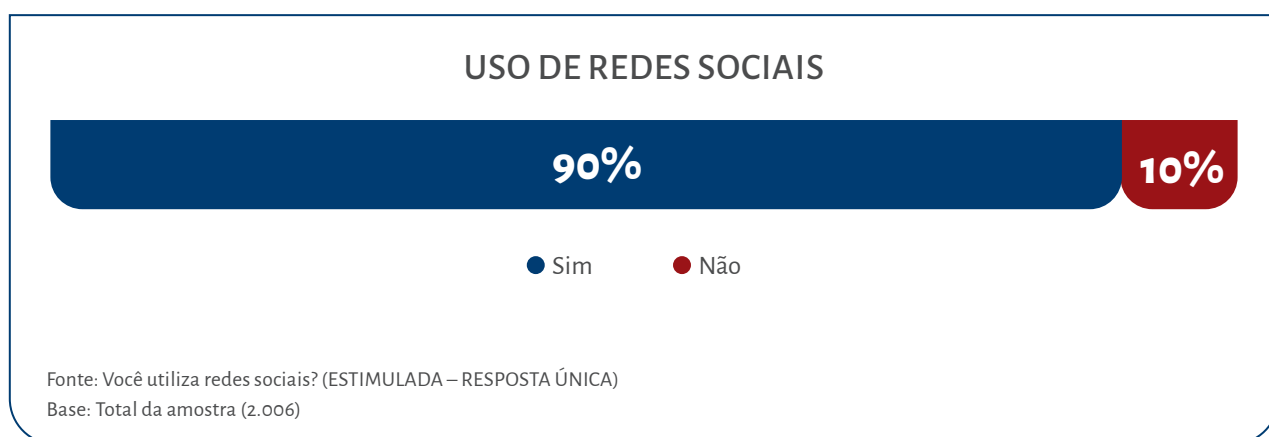
A questão educacional que emerge desse quadro ultrapassa a ampliação da quantidade de conteúdos sobre o Holocausto. Ela envolve a maneira como esses conteúdos são inseridos em uma história mais ampla e como se relacionam com aquilo que os estudantes aprendem sobre os próprios judeus.

“ Ensinar a perseguição juntamente com a vida que a precedeu, apresentar a diversidade judaica, historicizar os estereótipos e oferecer instrumentos para reconhecer suas atualizações contemporâneas pode aproximar memória e conhecimento histórico de maneira mais consistente.

O Brasil pesquisado em 2026 parece conhecer melhor a história das perseguições e dos processos de destruição dos judeus do que a vida judaica, e essa distância ajuda a compreender por que uma memória relativamente difundida do Holocausto pode coexistir com pouco contato social, escassa lembrança de aprendizagem sobre a comunidade judaica e a permanência de representações construídas em outros espaços.

O ANTISSEMITISMO DIGITAL – CIRCULAÇÃO, MEDIAÇÃO E RECONHECIMENTO

Compreender como representações sobre judeus, Israel e antissemitismo circulam no Brasil contemporâneo exige considerar o ambiente digital como parte de um sistema mais amplo de formação das percepções sociais. A pesquisa de 2026 oferece elementos importantes para essa análise, embora o próprio desenho do levantamento estabeleça com clareza seus limites. O questionário registra hábitos de uso, frequência de exposição, reconhecimento de determinados conteúdos e canais utilizados pelos entrevistados para se informar. Os dados permitem observar o espaço ocupado pelas redes na circulação de representações sobre os judeus e identificar alguns dos formatos por meio dos quais referências históricas, culturais, políticas e estereotipadas chegam aos usuários.

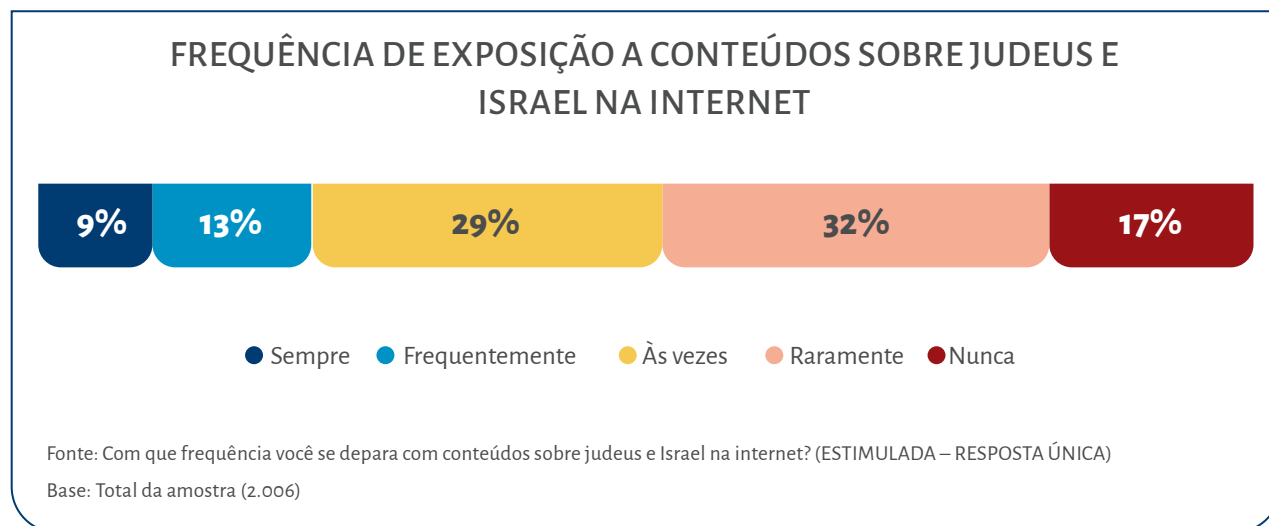


A dimensão desse ambiente aparece imediatamente quando 90% dos entrevistados afirmam utilizar redes sociais. A importância do percentual se torna mais evidente quando ele é colocado em relação com os resultados da parte anterior. Entre aqueles que se recordam de ter aprendido algo sobre a comunidade judaica, 45% mencionam redes sociais e

internet, percentual ligeiramente superior aos 41% que citam a escola. O digital participa, portanto, daquilo que os próprios entrevistados reconhecem como experiência de aprendizagem e ocupa um espaço particularmente relevante em um contexto no qual 68% da amostra não se recorda de ter aprendido sobre a comunidade judaica e 97% nunca visitaram uma instituição judaica.

“ Para uma população cuja experiência direta com a vida judaica é relativamente limitada, aquilo que circula nas telas adquire uma importância adicional na formação das imagens disponíveis sobre o grupo.

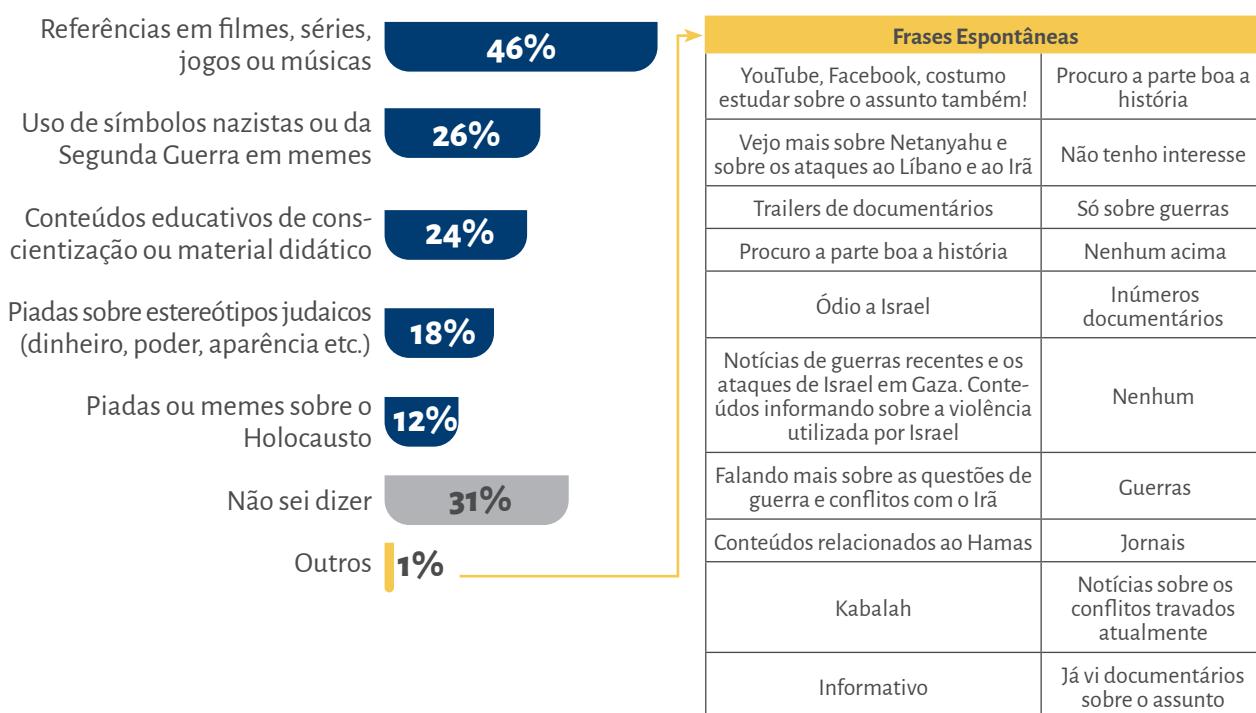
Quando perguntados sobre a frequência com que encontram conteúdos relacionados aos judeus e a Israel na internet, 9% respondem “sempre”, 13% “frequentemente” e 29% “às vezes”, enquanto 32% relatam encontrá-los raramente e 17% nunca. Temos, assim, 51% que reconhecem algum contato pelo menos ocasional e 49% que descrevem contato raro ou inexistente. A distribuição ajuda a dimensionar o fenômeno. Judeus e Israel constituem temas reconhecíveis no ambiente digital de uma parcela importante da população, mas sua presença varia intensamente segundo os usuários e não corresponde a uma exposição uniforme.



Quarenta e seis por cento dos entrevistados afirmam já ter visto referências aos judeus ou a Israel em filmes, séries, jogos ou músicas, 26% recordam símbolos nazistas ou referências à Segunda Guerra Mundial utilizados em memes, 24% mencionam conteúdos educativos ou de conscientização, 18% relatam piadas sobre estereótipos judaicos relacionados a dinheiro, poder ou aparência e 12% dizem ter encontrado piadas ou memes sobre o Holocausto. Outros 31% não sabem identificar os tipos de conteúdo com os quais tiveram contato.

A distribuição mostra um ecossistema muito mais heterogêneo do que uma oposição simples entre informação e preconceito. Cultura de massa, memória histórica, educação, humor, política e estereótipos circulam dentro dos mesmos ambientes e chegam ao usuário frequentemente por meio das mesmas plataformas.

TIPOS DE CONTEÚDO QUE JÁ VIU RELACIONADOS AOS JUDEUS E A ISRAEL



Fonte: Assinale os tipos de conteúdos listados abaixo que você já viu relacionados aos judeus e a Israel na internet? (ESTIMULADA – RESPOSTA MÚLTIPLA)

Base: Total da amostra (2.006)

Um filme sobre o Holocausto pode aparecer no mesmo dispositivo em que circula uma piada sobre dinheiro, uma reportagem sobre Israel, uma referência bíblica, um vídeo educativo ou um meme com símbolos nazistas. O ambiente digital reúne conteúdos produzidos originalmente em contextos muito diferentes, retira alguns deles de suas mediações anteriores e os reinsere em novos circuitos de circulação. Essa característica ajuda a compreender por que sua importância não pode ser medida apenas pela quantidade de informações disponíveis. O problema está também nas formas de reconhecimento produzidas por essa convivência entre registros tão distintos.

Quando o estereótipo vira conteúdo

Dezoito por cento dos entrevistados afirmam já ter encontrado piadas relacionadas a estereótipos judaicos sobre dinheiro, poder ou aparência, enquanto 12% relatam contato com piadas ou memes sobre o Holocausto. Esses percentuais dialogam diretamente com as representações identificadas na Parte III, em que dinheiro, avareza, poder e controle institucional permanecem como elementos reconhecíveis do imaginário sobre os judeus. A relação entre os dois conjuntos de dados está na circulação de repertórios semelhantes em registros diferentes. A bateria de estereótipos mede a concordância com determinadas afirmações, enquanto o bloco digital registra o reconhecimento de conteúdos que mobilizam algumas dessas mesmas associações.

O humor modifica as condições dessa circulação porque transforma a forma pela qual a representação chega ao público. Uma associação historicamente hostil pode reaparecer como brincadeira, ironia, montagem ou referência compartilhada, cuja compreensão depende justamente de o estereótipo já ser culturalmente reconhecível. A piada sobre judeus e dinheiro só funciona quando existe algum repertório anterior capaz de tornar inteligível a associação. O humor pode alterar o sentido, produzir crítica ou simplesmente utilizar uma referência conhecida, mas também pode naturalizar determinadas imagens ao incorporá-las às linguagens ordinárias da comunicação.

“ A circulação de uma imagem não depende da adesão consciente a uma doutrina completa. Um estereótipo pode atravessar gerações justamente porque encontra novas linguagens nas quais continuar sendo reconhecido. No ambiente digital, piadas, montagens, vídeos curtos e memes oferecem formas particularmente rápidas de condensação, nas quais uma associação histórica complexa pode ser reduzida a poucos segundos, uma imagem ou uma frase.

O levantamento registra o reconhecimento desta presença, permitindo observar como alguns repertórios anteriormente analisados encontram novos suportes culturais.

Entre o meme e a memória

Essa questão se torna ainda mais sensível quando o conteúdo mobilizado pertence à história do nazismo e do Holocausto. Vinte e seis por cento dos entrevistados relatam ter encontrado símbolos nazistas ou referências à Segunda Guerra Mundial utilizados em

memes, percentual próximo aos 24% que mencionam materiais educativos ou de conscientização sobre judeus e Israel. A proximidade entre os dois resultados aponta para a diversidade dos usos contemporâneos da história. Uma mesma referência histórica pode aparecer como conteúdo pedagógico, crítica política, humor, provocação ou banalização, dependendo da forma como é empregada e do contexto em que circula.

A formulação da pergunta não distingue essas possibilidades, e é justamente por isso que os 26% precisam ser interpretados como reconhecimento da circulação de símbolos históricos em memes. Suásticas, imagens de Hitler, uniformes, campos de concentração ou outras referências à Segunda Guerra Mundial possuem grande capacidade de condensação simbólica e podem ser mobilizados para finalidades muito diferentes. Sua presença em formatos digitais mostra que elementos centrais da memória histórica continuam circulando para além dos espaços institucionais dedicados ao seu ensino e à sua preservação.

Ao lado da Parte V, esse resultado ganha densidade. A escola é a principal fonte de aprendizagem sobre o Holocausto entre aqueles que conhecem ou já ouviram falar do acontecimento, enquanto o ambiente digital constitui um dos lugares em que suas imagens continuam sendo encontradas posteriormente. O mesmo símbolo apresentado em uma aula, dentro de uma narrativa histórica, pode reaparecer em uma rede social separado daquela mediação, incorporado a uma comparação política, uma brincadeira ou uma referência cujo sentido depende de outro contexto. A educação histórica contemporânea passa, assim, a lidar também com os usos posteriores do passado. Ensinar o significado de um símbolo envolve preparar o estudante para reconhecer o que acontece quando ele é retirado de seu contexto, reutilizado e associado a acontecimentos completamente diferentes.

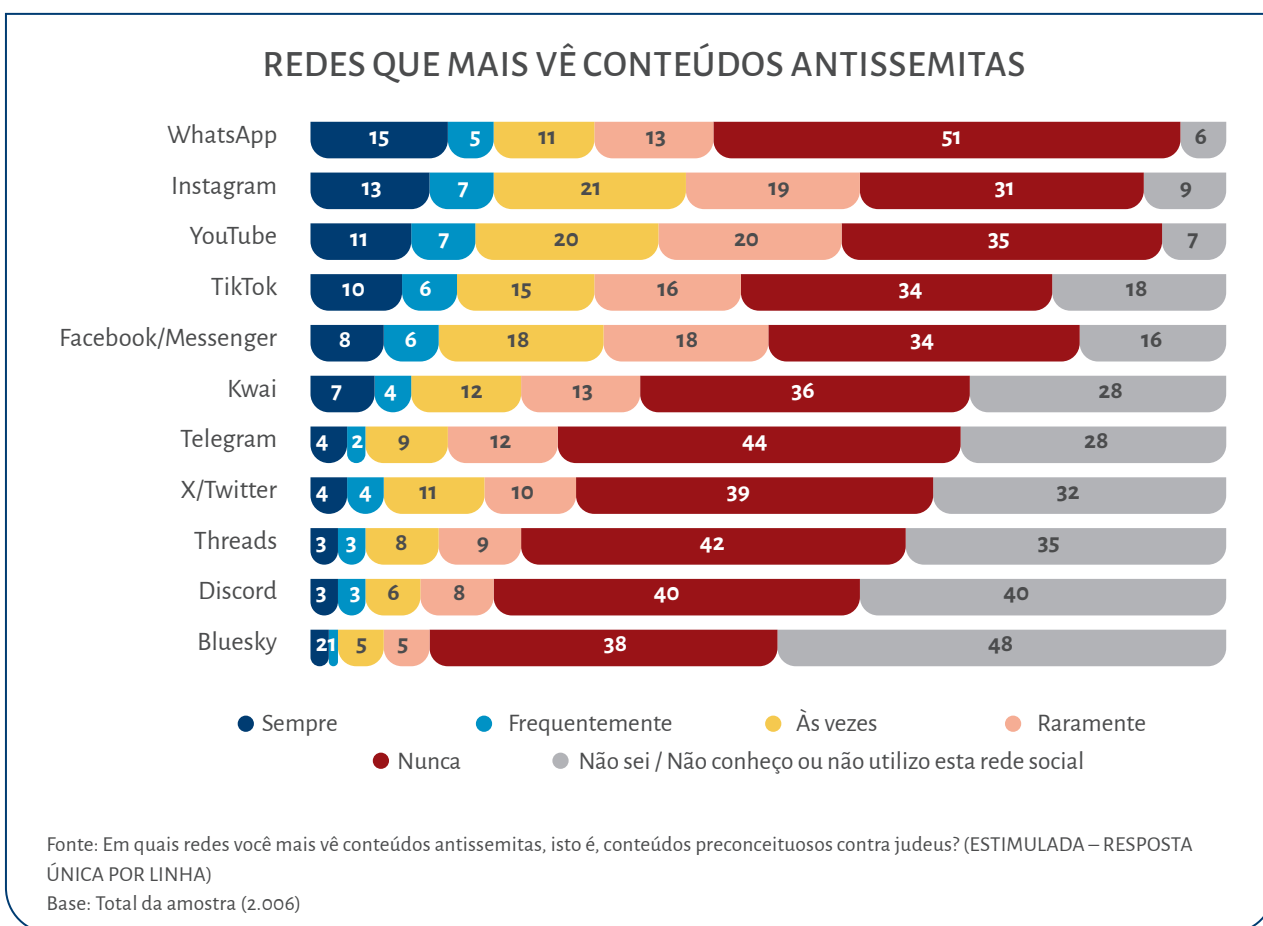
Observar essa transformação é particularmente importante para o ensino do Holocausto. A memória histórica não circula apenas por museus, livros, escolas e cerimônias. Ela também se converte em matéria-prima da cultura digital. Quanto mais reconhecível uma referência se torna, maior sua capacidade de ser utilizada em analogias, piadas e disputas políticas.

Onde o antissemitismo é percebido

A pesquisa procurou também identificar em quais plataformas os entrevistados dizem encontrar conteúdos antissemitas, definidos no próprio questionário como conteúdos preconceituosos contra judeus. Os resultados precisam ser lidos a partir da base utilizada, que corresponde ao total da amostra, e não ao número específico de usuários de cada

plataforma. Essa característica faz com que os percentuais reflitam, ao mesmo tempo, a presença percebida do conteúdo e a popularidade de cada rede entre os entrevistados.

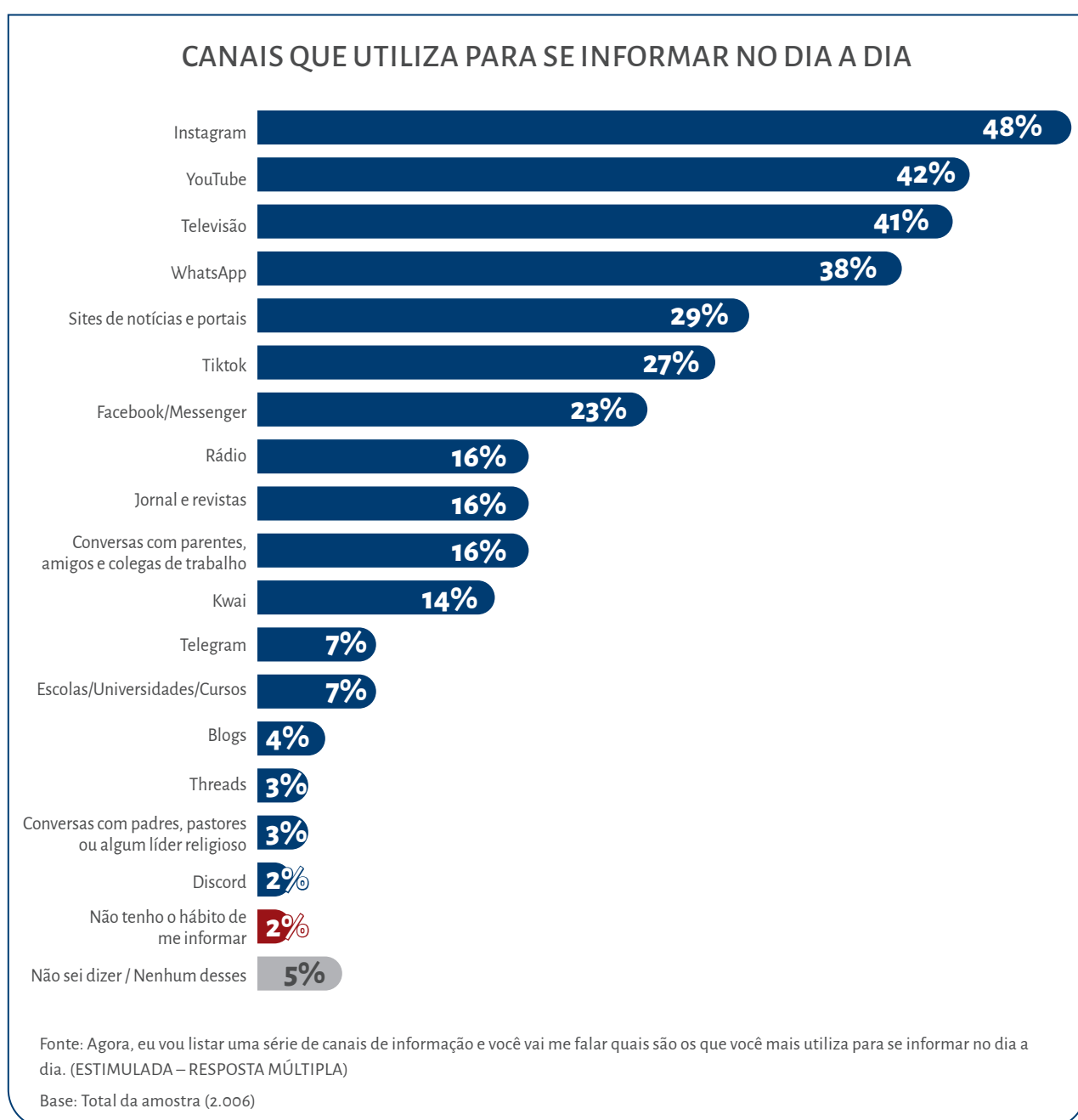
No WhatsApp, 15% dizem ver sempre conteúdos antissemitas e 5%, frequentemente. No Instagram, os percentuais são de 13% e 7%; no YouTube, 11% e 7%; no TikTok, 10% e 6%; e no Facebook/Messenger, 8% e 6%. Telegram, X/Twitter, Threads, Discord e Bluesky apresentam percentuais menores, acompanhados também por proporções maiores de entrevistados que não utilizam, não conhecem ou não sabem responder sobre essas plataformas. Uma plataforma amplamente utilizada pode aparecer com maior frequência simplesmente porque oferece mais oportunidades de exposição, enquanto outra, utilizada por um grupo menor, pode proporcionar uma experiência proporcionalmente mais intensa entre seus usuários sem alcançar o mesmo peso na amostra total.



Um ranking comparativo de prevalência exigiria trabalhar com a base específica de usuários de cada plataforma. O levantamento oferece outro tipo de informação, igualmente relevante para compreender o ambiente brasileiro. Entre redes de grande presença cotidiana, WhatsApp, Instagram e YouTube aparecem como espaços nos quais parcelas mensuráveis dos entrevistados reconhecem encontrar preconceito contra judeus de maneira recorrente.

Um sistema informacional híbrido

Os dados sobre os meios utilizados no cotidiano ajudam a compreender por que atribuir uma representação a uma plataforma específica se tornou uma tarefa cada vez mais difícil. O Instagram é mencionado por 48% dos entrevistados como canal utilizado para informação, seguido por YouTube, com 42%, televisão, com 41%, e WhatsApp, com 38%. Sites de notícias e portais aparecem com 29%, TikTok com 27%, Facebook/Messenger com 23%, enquanto rádio, jornais e revistas alcançam 16%, mesmo percentual das conversas com parentes, amigos e colegas. Escolas, universidades e cursos aparecem com 7%.



O desenho resultante é menos o de uma substituição dos meios tradicionais pelas redes do que o de um sistema informacional híbrido. Televisão e YouTube ocupam posições muito próximas, WhatsApp convive com portais jornalísticos e conteúdos recebidos em uma plataforma podem ser comentados, modificados e redistribuídos em várias outras. Uma pessoa pode tomar conhecimento de um acontecimento pela televisão, assistir a uma interpretação no YouTube, encontrar um recorte no Instagram e receber pelo WhatsApp uma montagem produzida a partir daquele mesmo episódio. Ao final desse percurso, a fronteira entre a origem da informação e os lugares pelos quais ela circulou torna-se muito menos evidente.

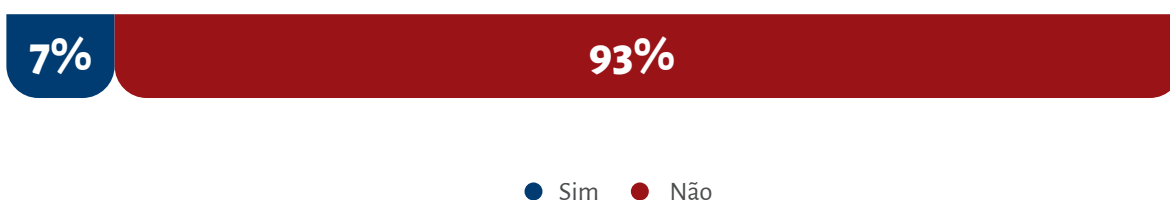
Essa característica é decisiva para pensar a circulação de estereótipos e teorias conspiratórias. Uma narrativa pode surgir em um site, ser convertida em vídeo, transformada em imagem, compartilhada em grupos privados e reaparecer posteriormente como comentário em outra plataforma. Conteúdos educativos percorrem trajetórias semelhantes. O digital funciona, portanto, como circuito no qual diferentes produtores, linguagens e níveis de autoridade são continuamente recombina-

A presença da cultura de massa reforça essa interpretação. O tipo de conteúdo relacionado aos judeus e a Israel mais mencionado pelos entrevistados são referências encontradas em filmes, séries, jogos ou músicas, com 46%. A formação das percepções sociais ultrapassa, assim, o campo estrito da notícia e da educação. Ficção, entretenimento e repertórios culturais participam da construção das imagens disponíveis sobre grupos que grande parte dos entrevistados conhece principalmente de maneira mediada.

Influenciadores e os limites da pergunta

Um resultado aparentemente dissonante surge quando a pesquisa pergunta se os entrevistados acompanham influenciadores de sua cidade ou de seu Estado para se informar sobre assuntos políticos. Apenas 7%, correspondentes a 134 pessoas, respondem afirmativamente, enquanto 93% dizem não fazê-lo. O percentual parece contrastar com a presença maciça das redes sociais e com a importância de Instagram e YouTube como canais de informação, mas a própria formulação da pergunta ajuda a compreender essa diferença.

ACOMPANHA ALGUM INFLUENCIADOR PARA SE INFORMAR SOBRE POLÍTICA?



Fonte: Você acompanha algum INFLUENCIADOR da sua cidade ou do seu estado para se informar sobre assuntos políticos? Quais? (ESPONTÂNEA – RESPOSTA ÚNICA)

Base: Total da amostra (2.006)

O indicador alcança especificamente influenciadores locais ou estaduais e, portanto, deixa fora de seu campo figuras nacionais e internacionais. Além disso, “acompanhar um influenciador para se informar” pressupõe que o entrevistado reconheça deliberadamente determinado perfil como fonte política. Grande parte do consumo digital ocorre de maneira menos organizada. Conteúdos podem aparecer por recomendação, compartilhamento ou circulação ocasional sem que o usuário se considere seguidor de quem os produziu. Os 7% registram, assim, um comportamento bastante específico, o acompanhamento reconhecido de influenciadores locais ou estaduais com finalidade informativa.

Entre esses 134 entrevistados, os nomes citados aparecem muito dispersos. O mais mencionado recebe apenas 17 referências, enquanto vários outros acumulam duas ou três. A pulverização torna pouco produtiva qualquer tentativa de atribuir a lideranças específicas um papel geral na formação das percepções encontradas pela pesquisa. O dado mais interessante permanece na diferença entre a centralidade das plataformas e a baixa identificação consciente de influenciadores locais como mediadores políticos.

Circulação, desinformação e aquilo que a pesquisa consegue medir

O desenho original desta pesquisa previa trabalhar redes, conspirações, influenciadores, desinformação e comparações históricas, mas o questionário oferece evidências mais consistentes para alguns desses problemas do que para outros. Ele mede exposição a conteúdos, reconhecimento de estereótipos, presença de símbolos nazistas e memes sobre o Holocausto, percepção de conteúdos antissemitas e hábitos de informação. A desinformação, entendida como circulação ou aceitação de informações comprovadamente

falsas, exigiria outros indicadores, capazes de acompanhar conteúdo, crença, compartilhamento ou verificação.

A mesma distinção vale para o conspiracionismo. A concordância com afirmações segundo as quais judeus controlam bancos ou a imprensa, analisada na Parte III, mostra a permanência de estruturas clássicas do imaginário conspiratório. O bloco digital permite compreender, por sua vez, a circulação de conteúdos que mobilizam estereótipos relacionados a dinheiro e poder. A pesquisa coloca esses dois fenômenos dentro de um mesmo ambiente social, mas a relação causal entre exposição digital e adesão a essas crenças exigiria cruzamentos específicos ou outro desenho de investigação.

As redes constituem hoje um dos principais ambientes de circulação de representações sobre judeus e Israel, e parcelas relevantes dos entrevistados reconhecem nelas conteúdos que mobilizam estereótipos, símbolos nazistas e humor sobre o Holocausto. A questão que se abre a partir daí diz respeito à maneira como esses conteúdos se tornam familiares e passam a integrar repertórios compartilhados.

A banalização e a vida cotidiana dos estereótipos

É justamente nos formatos mais ordinários da cultura digital que essa questão se torna mais interessante. Filmes, séries, jogos, músicas, memes e piadas constituem parte importante dos conteúdos relacionados aos judeus reconhecidos pelos entrevistados. Dezoito por cento já encontraram piadas sobre estereótipos judaicos, 12% memes ou piadas sobre o Holocausto e 26% referências nazistas ou à Segunda Guerra Mundial utilizadas em memes. Esses conteúdos possuem sentidos diferentes, mas compartilham a capacidade de transformar referências históricas e identitárias em unidades rápidas de comunicação.

O meme depende da condensação. Para funcionar, precisa acionar rapidamente algo que o usuário reconheça. É justamente nesse mecanismo que estereótipos historicamente consolidados encontram condições favoráveis de sobrevivência. A associação entre judeus e dinheiro, entre judeus e poder, entre Hitler e a figura do mal absoluto ou entre o Holocausto e uma situação apresentada como extrema pode ser mobilizada sem que sua genealogia seja explicitada. Quanto mais familiar a associação, menos explicação ela exige.

Essa familiaridade possui importância particular para o antissemitismo cultural porque a circulação de uma representação pode anteceder qualquer adesão ideológica consciente. O meme não precisa apresentar uma teoria completa sobre os judeus para conservar uma associação entre judaísmo e dinheiro. A piada não precisa defender o negacionismo para banalizar referências ao Holocausto. A repetição transforma determinadas conexões em parte do vocabulário disponível para interpretar acontecimentos posteriores.

O ambiente digital acrescenta a esses repertórios uma capacidade de recombinação. Representações muito anteriores à internet podem ser associadas a acontecimentos contemporâneos, personagens políticos, guerras ou disputas culturais e retornar ao espaço público com uma aparência renovada.

O digital reorganiza repertórios anteriores

É nesse ponto que o conceito que chamaremos aqui de “antissemitismo digital” precisa ser compreendido com maior precisão. Os dados de 2026 oferecem poucas razões para tratá-lo como uma “ideologia” inteiramente nova, produzida pelas plataformas. As principais representações identificadas na pesquisa possuem histórias muito anteriores. O ambiente digital recebe esse repertório e altera suas condições de circulação.

Ao mesmo tempo, as plataformas ampliam o acesso a materiais educativos, arquivos, museus, testemunhos, campanhas de conscientização e formas de contato com comunidades distantes. Os 24% que relatam ter encontrado conteúdos educativos ou de conscientização mostram essa outra dimensão do mesmo ambiente. A coexistência desses materiais com estereótipos e banalizações é justamente uma das características mais importantes do universo descrito pela pesquisa.

O problema central passa a ser a capacidade de distinguir conteúdos, reconhecer suas genealogias e avaliar os usos contemporâneos da história. Uma população altamente conectada encontra uma quantidade crescente de referências aos judeus, a Israel, ao nazismo e ao Holocausto em contextos muito diferentes. Em uma sociedade na qual o conhecimento sobre a comunidade judaica permanece fragmentado, a familiaridade produzida pela repetição digital pode adquirir importância na construção das percepções.

Essa constatação aproxima a parte da pesquisa sobre o digital do problema educacional discutido anteriormente. O letramento histórico e o letramento digital tornam-se cada

vez mais difíceis de separar. Conhecer a história do antissemitismo significa também compreender por que uma piada sobre dinheiro possui uma genealogia, por que determinados símbolos mudam de significado quando retirados de seu contexto e por que uma associação repetida milhares de vezes continua sendo uma construção histórica, e não uma descrição natural de um grupo.

O antissemitismo digital que esta pesquisa consegue enxergar aparece, portanto, como uma condição contemporânea de circulação para repertórios antigos e novos, na qual estereótipos históricos convivem com guerra, religião, cultura de massa, jornalismo, humor e produção educativa. Sua especificidade está na velocidade, na fragmentação e na facilidade com que conteúdos provenientes de contextos diferentes podem ser aproximados e recombina-

O digital não precisa inventar um estereótipo para lhe oferecer uma nova vida. Basta torná-lo novamente disponível, inseri-lo em outra linguagem e fazê-lo circular entre pessoas que podem reconhecer sua imagem sem conhecer a história que a produziu.

7

QUEM PENSA O QUÊ? DIFERENÇAS, CRUZAMENTOS E PADRÕES DE PERCEPÇÃO

Até aqui, a pesquisa foi organizada principalmente a partir dos objetos sobre os quais os brasileiros foram convidados a se manifestar. Primeiro, procuramos compreender quem são os judeus para os entrevistados e quais referências aparecem quando essa coletividade é evocada. Em seguida, observamos as diferentes imagens de Israel, os estereótipos que permanecem disponíveis, o peso adquirido pelo conflito, as formas de conhecimento sobre o Holocausto e a circulação contemporânea dessas representações no ambiente digital. Esse percurso permitiu tratar cada dimensão em sua especificidade, mas deixou em aberto uma pergunta decisiva: como essas percepções se distribuem dentro da própria sociedade brasileira? E em que medida religião, idade, escolaridade, região ou contato pessoal ajudam a compreender por que determinadas representações encontram maior presença em alguns grupos do que em outros?

Os cruzamentos permitem avançar nessa direção, mostrando diferenças de distribuição e identificando tendências, mas sem produzir tipos sociais fechados. Religião, idade, escolaridade, região e contato pessoal interferem de maneiras distintas conforme a pergunta examinada. Uma variável que parece decisiva para compreender determinada representação pode ter pouca capacidade explicativa diante de outra. A religião, por exemplo, organiza algumas respostas sobre Israel e sobre o repertório cristão relacionado aos judeus, enquanto escolaridade, idade e contato pessoal apresentam efeitos diferentes e menos uniformes. O primeiro resultado importante desta parte nasce justamente dessa irregularidade: não existe uma única variável social capaz de organizar o conjunto das percepções encontradas pela pesquisa.

Essa constatação modifica a própria pergunta que orienta os cruzamentos. “Quem pensa o quê?” poderia sugerir a existência de grupos facilmente identificáveis, cada um portador de uma visão relativamente coerente sobre judeus, Israel ou antissemitismo.

“ Os dados apontam para uma realidade mais complexa, na qual pertencimentos sociais oferecem repertórios e aumentam ou diminuem a probabilidade de determinadas respostas sem determinar integralmente aquilo que cada indivíduo pensa.

É nessa distância entre tendência coletiva e posição individual que os cruzamentos precisam ser interpretados.

A religião organiza de maneira particularmente forte as percepções sobre Israel

Entre as variáveis examinadas, a religião apresenta algumas das diferenças mais consistentes quando o objeto é Israel. Essa relação já podia ser percebida nas associações espontâneas analisadas anteriormente, nas quais Cristo, Deus, fé, Jesus, Terra Prometida, Jerusalém e Bíblia apareciam como referências importantes para uma parcela dos entrevistados. Os cruzamentos mostram que esse repertório religioso não se distribui de maneira uniforme e possui correspondência com as formas pelas quais diferentes grupos interpretam tanto os judeus quanto a legitimidade histórica do Estado de Israel.

A ideia dos judeus como “povo eleito” oferece um primeiro exemplo. Entre evangélicos, 44,4% concordam total ou parcialmente com a afirmação, quase o dobro dos 23% registrados entre católicos. A diferença reaparece quando a pesquisa introduz duas narrativas distintas sobre a criação de Israel. Entre os evangélicos, 25,4% concordam totalmente que ela pode ser entendida como um movimento de autodeterminação nacional dos judeus, percentual que cai para 16,8% entre católicos e 14% entre ateus. Quando o enunciado apresenta a criação de Israel como forma de colonização de um território já habitado, a distribuição se modifica. A concordância total alcança 19,2% entre evangélicos, 15,2% entre católicos e 32,6% entre ateus.

A distância entre essas respostas sugere que o pertencimento religioso participa da escolha das narrativas consideradas mais plausíveis para interpretar Israel. Entre os evangélicos pesquisados, a linguagem da autodeterminação encontra maior receptividade do que

entre católicos e ateus, enquanto a formulação colonial recebe adesão particularmente elevada entre os ateus. A base reduzida deste último grupo recomenda prudência na comparação, mas o contraste permanece suficientemente expressivo para indicar que a religião constitui um eixo relevante de diferenciação.

A força desse resultado está também na possibilidade de relacioná-lo ao repertório simbólico identificado nas perguntas espontâneas. Israel não aparece para todos os brasileiros apenas como Estado estrangeiro ou ator de um conflito internacional. Para uma parcela da população, ele pertence simultaneamente a uma geografia religiosa formada por Bíblia, Terra Santa, Jerusalém, promessa e povo eleito. Esse vocabulário oferece referências anteriores à própria discussão política contemporânea e pode participar da maneira pela qual acontecimentos relacionados ao Estado israelense são interpretados.

Entre as variáveis examinadas, a religião aparece, portanto, como um dos principais eixos de organização das narrativas sobre Israel, sobretudo quando as perguntas mobilizam legitimidade histórica, autodeterminação, colonização e categorias provenientes do universo bíblico.

Entre admiração religiosa e permanência do antijudaísmo cristão

A relação entre religião e percepção dos judeus se torna mais complexa quando saímos de Israel e observamos algumas das representações analisadas na Parte III. A elevada concordância entre evangélicos com a ideia dos judeus como “povo eleito” poderia sugerir uma relação predominantemente positiva com a coletividade judaica, mas outro resultado modifica esse quadro. Entre os evangélicos, 33,8% concordam total ou parcialmente que os judeus foram responsáveis pela morte de Jesus, percentual superior aos 24,2% encontrados entre católicos e aos 22,1% registrados entre pessoas sem religião definida.

A coexistência dessas respostas ajuda a compreender por que categorias simples de simpatia e hostilidade possuem capacidade limitada para explicar as percepções religiosas encontradas na pesquisa. A ideia de eleição pode atribuir aos judeus um lugar privilegiado dentro de determinada leitura da história bíblica e, simultaneamente, permanecer ao lado de uma das acusações mais antigas do antijudaísmo cristão. Admiração religiosa, identificação com Israel e permanência da acusação de deicídio podem ocupar o mesmo universo cultural sem que sejam percebidas por seus portadores como posições incompatíveis.

Esse resultado retoma uma das principais conclusões da análise dos estereótipos.

“ As representações sobre os judeus não precisam formar uma doutrina perfeitamente coerente para sobreviver. Elas podem pertencer a tempos históricos diferentes e cumprir funções igualmente distintas.

A categoria de “povo eleito” pode ser mobilizada para produzir proximidade religiosa, enquanto a responsabilidade coletiva pela morte de Jesus preserva uma interpretação cristã construída ao longo de séculos. A permanência simultânea dessas duas imagens mostra que a aproximação religiosa com Israel ou com o judaísmo bíblico não dissolve necessariamente repertórios anteriores do antijudaísmo.

Essa ambivalência também recomenda cautela diante da ideia de que determinados segmentos seriam simplesmente “pró-judeus” porque apresentam elevada simpatia por Israel. Estado, judaísmo, judeus contemporâneos e personagens bíblicos podem ocupar posições muito diferentes dentro de um mesmo imaginário religioso.

Geração e mudança dos repertórios

A idade introduz outro tipo de diferença. Aqui, o contraste aparece menos como oposição entre grupos claramente definidos e mais como alteração do peso relativo de determinadas referências. A concordância total ou parcial com a ideia dos judeus como “povo eleito”, por exemplo, passa de 20,9% entre os entrevistados de 18 a 24 anos para 30% entre aqueles com 45 anos ou mais. Na atribuição de responsabilidade aos judeus pela morte de Jesus, a diferença é menor, mas segue direção semelhante, passando de 20,2% entre os mais jovens para 28,4% entre os mais velhos.

O movimento assume outra forma quando o objeto é Israel. Nas associações espontâneas, os entrevistados de 18 a 24 anos mencionam guerra, atentados e bombas com maior frequência do que os grupos mais velhos. Colocados lado a lado, os dois resultados sugerem uma mudança nos repertórios mais imediatamente disponíveis. Referências religiosas possuem maior presença entre os entrevistados mais velhos, enquanto o conflito contemporâneo parece ocupar um espaço particularmente importante na imagem de Israel entre os mais jovens.

A diferença pode ser pensada como resultado de distintas experiências de socialização histórica. As gerações não encontram Israel pela primeira vez no mesmo momento nem dentro do mesmo ambiente informacional. Pessoas que formaram suas referências décadas atrás atravessaram guerras anteriores, diferentes fases do conflito israelo-palestino, transformações nas relações entre religião e política e uma cultura midiática muito diferente da atual. Para quem chegou à vida adulta nos últimos anos, Israel se tornou especialmente visível dentro de um ambiente marcado pelas redes sociais, pelas imagens de Gaza e pelos acontecimentos posteriores a 7 de outubro de 2023, em um debate internacional no qual palavras como ocupação, colonialismo, *apartheid* e genocídio passaram a circular com intensidade.

A geração participa, assim, da formação de camadas de socialização. Cada grupo etário encontra acontecimentos, linguagens e meios de comunicação em momentos distintos de sua trajetória, e algumas dessas experiências podem adquirir maior disponibilidade na memória. A palavra Israel pode, por isso, evocar uma narrativa bíblica, uma guerra do século XX, o conflito palestino, imagens de Gaza ou várias dessas referências simultaneamente, dependendo da história social e individual de quem responde.

Escolaridade modifica repertórios, mas não os torna necessariamente menos estereotipados

A escolaridade introduz um problema particularmente importante porque costuma ser associada, quase intuitivamente, à expectativa de redução do preconceito. Os resultados de 2026 sugerem uma relação mais complexa. Na associação espontânea com Israel, por exemplo, guerra, atentados e bombas aparecem entre 17,8% dos entrevistados com ensino fundamental, sobem para 24,5% entre aqueles com ensino médio e alcançam 25,1% no ensino superior. Referências a Cristo, Deus, fé e Jesus, por sua vez, aparecem com maior frequência entre os grupos de menor escolaridade.

O que se observa nesse caso parece ser uma alteração do repertório predominante, e não uma passagem simples de uma visão menos informada para outra necessariamente mais esclarecida. A maior escolarização pode ampliar o contato com linguagens políticas, históricas e internacionais e, com isso, aumentar a presença de determinadas categorias na interpretação de Israel. Isso não permite concluir, contudo, que as representações encontradas nos segmentos mais escolarizados estejam livres de generalizações ou que a educação formal elimine automaticamente estruturas conspiratórias.

Esse ponto é especialmente importante para o cruzamento inicialmente previsto entre escolaridade e conspiracionismo. A pesquisa possui indicadores capazes de identificar a concordância com afirmações clássicas desse repertório, como as ideias de que judeus controlam bancos ou a imprensa. A interpretação desses resultados precisa partir dos cruzamentos efetivamente observados, e não da expectativa de que maior escolaridade necessariamente produza menor adesão. A educação amplia as possibilidades de acesso à informação e fornece instrumentos de interpretação, mas indivíduos escolarizados continuam inseridos em ambientes religiosos, familiares, políticos e digitais nos quais representações preconceituosas também circulam.

O problema do preconceito dificilmente pode, portanto, ser reduzido à ignorância. Algumas representações sobrevivem justamente porque são capazes de adaptar sua linguagem aos diferentes ambientes sociais. Uma narrativa conspiratória pode aparecer de forma rudimentar ou revestir-se de argumentos políticos, históricos e econômicos sofisticados. A escolarização modifica os recursos disponíveis para organizar uma opinião, mas a direção na qual esses recursos serão utilizados depende de um conjunto muito mais amplo de experiências e referências.

Conhecimento, contato e opinião formada

Talvez o resultado mais contraintuitivo dos cruzamentos apareça quando aproximamos conhecimento declarado e contato pessoal com judeus. No conjunto da amostra, 10% dos entrevistados afirmam conhecer muito sobre os judeus, 11% escolhem o nível imediatamente inferior, 39% ocupam a posição central da escala, 16% dizem conhecer pouco e 24%, nada. Como discutimos anteriormente, essa pergunta mede autopercepção e não constitui um teste objetivo de conhecimento. Ainda assim, quando colocada ao lado do contato pessoal, revela uma associação compreensível: pessoas que afirmam conhecer judeus tendem também a declarar maior familiaridade com o grupo.

A relação se torna mais interessante quando observamos as respostas aos estereótipos. Os microdados analisados anteriormente mostraram que entrevistados que relatam contato pessoal apresentam, em várias afirmações, maior disposição para concordar ou discordar e recorrem menos às categorias intermediárias. Entre aqueles sem contato, a indefinição aparece com maior frequência. A experiência pessoal parece, portanto, associada não apenas ao conteúdo da percepção, mas à própria disposição para formular uma opinião sobre os judeus.

Esse resultado impede que contato pessoal seja utilizado como sinônimo automático de redução do preconceito. Entre pessoas que conhecem judeus também aparecem concordâncias com estereótipos positivos, negativos e conspiratórios, ao mesmo tempo que cresce o conhecimento declarado. O contato parece produzir ou acompanhar maior familiaridade, mas essa familiaridade pode conviver com representações coletivas anteriormente adquiridas.

A aparente contradição desaparece quando distinguimos a experiência individual da representação social. Conhecer uma pessoa pertencente a determinado grupo não significa necessariamente reorganizar todas as ideias previamente construídas sobre a coletividade. O indivíduo conhecido pode ser percebido como uma exceção, ou sua experiência pode simplesmente coexistir com categorias gerais utilizadas para pensar pessoas que permanecem abstratas.

O contato pode ampliar a familiaridade e reduzir a distância, mas seus efeitos dependem da maneira como a experiência é interpretada. A simples presença de uma pessoa judia no círculo social do entrevistado não dissolve necessariamente séculos de representações religiosas, econômicas ou conspiratórias disponíveis na cultura. A convivência acontece dentro de um imaginário que a antecede e que pode continuar operando ao lado da experiência concreta.

Por que não um eixo direita-esquerda ou sionista-antissionista?

A diversidade das respostas encontradas ao longo da pesquisa recomenda cautela diante de classificações organizadas pelo eixo direita–esquerda. Os dados mostram combinações de percepções que se sobrepõem a esses campos políticos e dificultam tratá-los como universos internamente homogêneos. Apoio a Israel, crítica às ações do governo israelense, condenação ao Hamas, reconhecimento da autodeterminação judaica, percepção da ocupação ou adesão a diferentes estereótipos podem aparecer em arranjos distintos, sem formar conjuntos estáveis que permitam caracterizar uma posição como própria da direita ou da esquerda. Aprofundar esse cruzamento, nas condições deste levantamento, correria o risco de impor aos entrevistados uma coerência ideológica que suas respostas efetivamente não apresentam.

A mesma cautela vale para o sionismo. Além do baixo conhecimento declarado sobre o próprio termo, as respostas relacionadas a Israel mostram percepções variadas sobre Estado, território, religião, autodeterminação e conflito, dimensões que não podem ser reunidas automaticamente sob uma oposição entre sionistas e antissionistas. Neste dossiê, portanto, interessa mais compreender como determinadas representações se distribuem e se combinam do que enquadrá-las previamente em identidades políticas ou ideológicas cuja homogeneidade os próprios dados colocam em questão.

Um mapa sem um único grupo explicativo

Nenhum dos grupos analisados concentra sistematicamente todas as formas de estereótipo, desconhecimento, hostilidade a Israel ou baixa memória histórica. A religião possui grande capacidade de organizar determinadas percepções, especialmente aquelas relacionadas a Israel e ao repertório cristão. A idade modifica o peso relativo de referências religiosas e contemporâneas. A escolaridade altera formas de reconhecimento e associação. O contato pessoal amplia a familiaridade e a disposição para responder, sem eliminar as generalizações, enquanto as diferenças regionais revelam padrões cuja explicação ainda exige investigação adicional.

Essa distribuição impede que o antissemitismo encontrado pela pesquisa seja localizado confortavelmente em um único segmento da sociedade brasileira. A acusação de responsabilidade pela morte de Jesus possui maior presença entre evangélicos, mas aparece também entre católicos e pessoas sem religião definida. Estereótipos econômicos podem permanecer entre pessoas que conhecem judeus. A familiaridade com o Holocausto não equivale ao conhecimento da vida judaica, assim como maior escolaridade não elimina necessariamente formas de generalização.

O antissemitismo cultural descrito ao longo deste dossiê aparece, nesse sentido, como um fenômeno socialmente difuso, embora distribuído de maneira desigual. Diferentes grupos apresentam maior receptividade a determinadas famílias de representação, e essas famílias podem se combinar de maneiras variadas. O repertório religioso encontra ambientes de circulação diferentes daqueles das teorias conspiratórias modernas, assim como as representações produzidas ou reorganizadas pelo conflito contemporâneo podem alcançar grupos que rejeitam estereótipos provenientes de outras tradições.

Nem todo evangélico interpreta Israel da mesma maneira, nem todo jovem o associa prioritariamente à guerra, nem toda pessoa escolarizada rejeita narrativas conspiratórias e nem todo entrevistado sem contato com judeus reproduz estereótipos. Os percentuais descrevem distribuições dentro de grupos e permitem identificar probabilidades diferentes, mas preservam uma diversidade interna significativa.

Essa distinção é também uma exigência da própria pesquisa sobre preconceito. Seria contraditório investigar os efeitos das generalizações sobre uma coletividade e, ao analisar os resultados, transformar religião, geração ou região em características capazes de definir todos os indivíduos pertencentes a esses grupos. Os cruzamentos são mais úteis quando mostram ambientes de maior ou menor plausibilidade para determinadas representações do que quando são utilizados para fabricar personagens estatísticos.

Afinal, quem pensa o quê?

A pergunta que dá título ao capítulo encontra, assim, uma resposta menos simples do que aquela sugerida inicialmente. Os brasileiros não se dividem diante dos judeus e de Israel segundo uma única linha de separação. Religião, geração, escolaridade, região e experiência pessoal atravessam as percepções em intensidades diferentes e produzem combinações que variam segundo o objeto perguntado. A religião ganha importância quando Israel é interpretado por categorias históricas e teológicas; a geração modifica o repertório de referências disponíveis; a escolaridade altera formas de associação sem funcionar como garantia contra estereótipos; o contato amplia a familiaridade declarada e a disposição para opinar, mas convive com generalizações; e as diferenças regionais mostram que conhecimento, contato e memória histórica possuem geografias próprias.

Essas variáveis também não existem isoladamente na vida social. Um entrevistado pode ser simultaneamente jovem, evangélico, universitário, nordestino, conhecer uma pessoa judia e utilizar principalmente Instagram e YouTube para acompanhar notícias. Outro indivíduo da mesma idade pode formar suas referências a partir de experiências religiosas, familiares, educacionais e midiáticas completamente diferentes. É na combinação dessas dimensões que as percepções individuais são produzidas, e o questionário consegue observar apenas algumas delas.

Mais produtivo do que procurar o grupo social responsável por determinada crença é perguntar em quais ambientes certas representações encontram maior possibilidade de se

tornar plausíveis e quais repertórios estão disponíveis para que isso aconteça. Essa mudança permite compreender por que antigas imagens perpassam grupos sociais distintos, por que algumas encontram maior receptividade em determinados ambientes e por que conhecimento, proximidade, admiração e preconceito podem coexistir dentro da mesma sociedade e, eventualmente, dentro do mesmo indivíduo.

“ Não existe, nesse sentido, um único Brasil diante dos judeus. Existem vários repertórios brasileiros para pensá-los, e é justamente no encontro, na concorrência e na sobreposição entre esses repertórios que se forma o imaginário social descrito por esta pesquisa.



O BRASIL MUDOU? PERMANÊNCIAS E RUPTURAS ENTRE 2024 E 2026

Comparar 2024 e 2026 exige prudência diante do curto intervalo entre os dois levantamentos, embora esse período tenha sido atravessado por uma sucessão intensa de acontecimentos capazes de alterar rapidamente a conjuntura internacional e de produzir, quase diariamente, novas questões para a observação das percepções sociais. Ainda assim, a comparação possui valor analítico porque coloca lado a lado duas fotografias nacionais produzidas com amostras de dimensões semelhantes: 2.073 entrevistas em 2024 e 2.006 em 2026. O interesse maior dessa comparação está em compreender como mudou a própria disposição dos entrevistados diante dessas questões.

Entre uma pesquisa e outra, diminui de forma expressiva a frequência das respostas “não sei dizer” em praticamente toda a bateria de estereótipos. Em 2024, 43% diziam não saber responder se “judeus leem muito”; em 2026, são 24%. Diante da ideia de que os judeus são “o povo eleito”, o percentual cai de 40% para 22%. Na responsabilização dos judeus pela morte de Jesus, passa de 38% para 23%. Na afirmação de que judeus controlam os bancos, recua de 45% para 28%, enquanto na ideia de controle da imprensa diminui de 40% para 25%. Até mesmo na frase negacionista segundo a qual o Holocausto não existiu, o “não sei” cai de 32% para 19%.

A regularidade desse movimento é mais importante do que qualquer variação isolada. O recuo do “não sei” aparece em afirmações de natureza muito diferente, envolvendo estereótipos positivos, crenças religiosas, narrativas econômicas, estruturas conspirató-

rias e negacionismo histórico. Isso sugere que, em 2026, mais entrevistados chegam às perguntas com alguma posição disponível, ainda que essa posição possa assumir formas distintas. Em alguns casos cresce a concordância; em outros, a discordância; e, em vários, também aumenta a escolha da faixa intermediária.

A principal mudança entre 2024 e 2026 talvez esteja menos no crescimento uniforme de uma determinada crença e mais na redução da indefinição. Os brasileiros pesquisados em 2026 parecem mais dispostos a responder quando o tema envolve judeus, estereótipos ou antissemitismo. Essa maior disposição pode refletir maior familiaridade, maior exposição pública ou simplesmente uma opinião mais formada, mas o levantamento não permite transformar automaticamente uma possibilidade em outra. O que ele mostra com clareza é que o espaço ocupado pelo desconhecimento declarado diminuiu.

É justamente por isso que a série histórica precisa ser lida com cuidado. Ter uma resposta não equivale, por si só, a possuir mais conhecimento. O período entre as duas pesquisas foi marcado por uma presença muito intensa de Israel, Gaza, Hamas, antissemitismo e conflito israelo-palestino no debate público. Isso torna plausível supor que mais brasileiros tenham sido expostos a esses temas, mas a exposição não diz nada, sozinha, sobre a qualidade do conhecimento adquirido. Uma sociedade pode se tornar mais familiarizada com determinados assuntos e, ao mesmo tempo, mais exposta a estereótipos, simplificações e narrativas conspiratórias. A importância do dado está em mostrar que a maior disponibilidade de opiniões produziu também maior cristalização de estereótipos positivos.

“ O brasileiro de 2026 parece ter mais respostas sobre quem seriam os judeus, e essas respostas podem assumir tanto formas admirativas quanto hostis.

O novo entra no repertório sem apagar necessariamente o antigo. A acusação de deicídio pode circular ao lado de debates sobre Gaza; a ideia do “povo eleito” pode conviver com referências a ocupação, colonização ou genocídio; estereótipos sobre dinheiro permanecem reconhecíveis em uma sociedade cada vez mais conectada digitalmente. O imaginário se transforma por acúmulo, não por um apagamento de repertórios anteriores.

As teorias de controle oferecem outro exemplo dessa continuidade. Em 2026, 14% concordam total ou parcialmente que judeus controlam bancos e a mesma proporção afirma que controlam a imprensa. O dado é minoritário, mas suficientemente expressivo para mostrar a permanência de um repertório clássico do antissemitismo conspiratório. Na comparação

com 2024, o aspecto mais marcante volta a ser o recuo do “não sei”, que cai de 45% para 28% na afirmação sobre bancos e de 40% para 25% na afirmação sobre imprensa.

O resultado sugere que a familiaridade social com essas narrativas aumentou mais claramente do que sua adesão. Uma proposição antes recebida por grande parcela dos entrevistados com desconhecimento passa a encontrar mais respostas, sejam elas de concordância, discordância ou posição intermediária. Isso significa que o vocabulário conspiratório pode ganhar maior circulação mesmo sem se tornar majoritário. A familiaridade, nesse caso, é um dado em si, porque mostra que certas ideias deixam de ser completamente estranhas e passam a integrar o campo das proposições reconhecíveis sobre os judeus.

O mesmo padrão aparece no negacionismo do Holocausto. Em 2026, 8% concordam total ou parcialmente com a afirmação de que o Holocausto não existiu, enquanto 53% discordam totalmente e outros 6% discordam em parte. A zona de indefinição permanece relevante, com 20% na posição intermediária e 19% no “não sei”, mas este último percentual era de 32% em 2024. A redução do desconhecimento diante de uma afirmação negacionista não pode ser lida automaticamente como consolidação do conhecimento histórico, porque parte das respostas migra também para outras categorias. O que se transforma é a disposição para assumir alguma posição diante da negação. Esse movimento reforça a conclusão da parte sobre educação e memória, segundo a qual reconhecer o Holocausto e possuir segurança histórica suficiente para rejeitar sua negação pertencem a níveis diferentes de conhecimento.

A série histórica também permite observar como mudou a percepção do próprio antissemitismo, mas aqui o universo de respondentes é muito mais restrito. A pergunta sobre aumento ou diminuição do fenômeno foi feita apenas aos entrevistados que conheciam ou haviam ouvido falar de antissemitismo e que, na pergunta anterior, identificaram corretamente a descrição considerada adequada para o termo. Em 2024, essa base era de 934 pessoas; em 2026, de 412.

Dentro desse universo, a parcela que considera que o antissemitismo está aumentando passa de 25% para 33%, enquanto o “não sei dizer” recua de 36% para 21%. O crescimento percebido precisa ser interpretado no interior desse subconjunto, e não como opinião de toda a população brasileira. Ainda assim, o movimento reencontra o padrão geral da série histórica. Entre os que conseguem reconhecer o conceito segundo os critérios adotados pela pesquisa, menos pessoas permanecem sem posição e uma parcela maior percebe o fenômeno como crescente.

Em 2026, o antissemitismo aparece com enorme presença no debate público, mas quase metade da amostra afirma não conhecer o termo. Entre aqueles que dizem conhecê-lo ou já ter ouvido falar dele, apenas uma parte identifica a definição esperada pela pesquisa. Essa diferença entre visibilidade pública e domínio conceitual é central para compreender a mudança entre 2024 e 2026. O tema pode ter se tornado mais presente, mais discutido e mais reconhecível sem que isso tenha produzido uma compreensão equivalente de seus conceitos. A expansão do campo de discussão parece mais evidente do que a expansão do campo de compreensão.

O período histórico entre as duas pesquisas ajuda a situar essa transformação. Entre 2024 e 2026, judeus, Israel, Hamas, sionismo, antissionismo, genocídio e antissemitismo ocuparam espaço excepcional no debate público. Em 2026, 67% afirmam conhecer ou já ter ouvido falar do Hamas, 63% dizem conhecer ou ter ouvido falar do ataque de 7 de outubro e, entre aqueles familiarizados com o episódio, 85% o desaprovam.

Esse ambiente certamente participa da paisagem informacional em que as respostas foram produzidas, mas a pesquisa não permite atribuir a ele causalidade direta. A guerra pode ter ampliado o interesse, a exposição e a familiaridade com temas judaicos e israelenses, mas também pode ter produzido efeitos em direções distintas. Maior exposição pode ampliar conhecimento histórico, reforçar solidariedade ou gerar hostilidade; pode aumentar a capacidade de reconhecer o antissemitismo ou oferecer novos contextos para antigos estereótipos. A exposição, por si só, não possui uma direção moral predeterminada.

É justamente por isso que a pergunta “o antissemitismo aumentou?” precisa receber uma resposta mais matizada. A comparação não sustenta a ideia de um crescimento uniforme e linear do preconceito. Algumas representações ganham adesão, outras se mantêm relativamente estáveis, e o movimento mais consistente permanece sendo a redução da indefinição. Ao mesmo tempo, também seria insuficiente dizer que nada mudou. Mudou a disposição para responder, mudaram algumas formas de adesão e mudou a percepção do crescimento do antissemitismo entre aqueles capazes de reconhecer o conceito.

Entre 2024 e 2026, os temas relacionados aos judeus e ao antissemitismo se tornaram mais socialmente definidos. Mais entrevistados parecem chegar às perguntas com alguma imagem, posição ou associação já disponível, embora essas respostas continuem distribuídas entre conhecimento, estereótipo, ambivalência e desconhecimento parcial. Quando o conjunto é observado dessa maneira, três movimentos ficam mais claros: i. cresceu a disposição para formular opiniões e, em algumas afirmações; ii. cresceu

também a concordância, especialmente nos estereótipos aparentemente positivos e; iii. caiu de forma muito mais consistente o “não sei dizer”, tornando essa a transformação quantitativamente mais regular entre as duas pesquisas. E, permaneceram disponíveis as grandes famílias de representação identificadas ao longo do dossiê, desde repertórios religiosos e econômicos até narrativas conspiratórias, negacionismo e formulações mais recentes relacionadas a Israel e ao conflito.

A série histórica mostra, portanto, uma sobreposição entre formas antigas e novas de antissemitismo. Representações produzidas em períodos históricos diferentes continuam disponíveis e passam a circular dentro de um ambiente político e comunicacional profundamente transformado. O passado religioso, o antissemitismo moderno, a memória do Holocausto e os conflitos contemporâneos encontram-se no mesmo espaço de construção das percepções.

“ O Brasil de 2026 parece mais opinativo sobre os judeus do que o Brasil medido em 2024. Essa constatação é talvez mais precisa do que afirmar simplesmente que o preconceito cresceu ou diminuiu, porque preserva a complexidade dos movimentos observados.

Entre uma pesquisa e outra, o silêncio recuou e seu lugar foi ocupado por respostas de naturezas muito diferentes, algumas informadas, outras ambivalentes, algumas favoráveis e outras construídas a partir de repertórios seculares da história do antissemitismo.

“ O Brasil não necessariamente passou a conhecer melhor os judeus. Passou, sobretudo, a ter mais coisas a dizer sobre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE ESTA PESQUISA REALMENTE MOSTRA?

Ao longo desta pesquisa, os números foram compondo um retrato cada vez mais complexo da relação dos brasileiros com os judeus, com Israel, com o Holocausto e com o próprio antissemitismo. Cada pergunta acrescentou uma dimensão a esse quadro. Algumas indicaram proximidade, outras desconhecimento; algumas trouxeram à superfície referências religiosas profundamente enraizadas, enquanto outras registraram os efeitos de acontecimentos recentes. Estereótipos estiveram presentes em diferentes blocos, memórias históricas conviveram com imagens produzidas pelo presente e Israel apareceu como referência bíblica, como Estado e como guerra. Ao reunir essas respostas, a pesquisa permite visualizar as diferentes formas pelas quais os judeus se tornam conhecidos, imaginados e interpretados no Brasil contemporâneo.

O retrato formado por essas respostas é feito de sobreposições. A experiência direta com a vida judaica ocupa um espaço relativamente pequeno, enquanto as representações sobre os judeus circulam com muito mais intensidade. Religião, escola, memória do Holocausto, cultura de massa, redes sociais, notícias sobre Israel e acontecimentos do conflito oferecem referências que se acumulam ao longo do tempo e passam a compor um repertório comum. Algumas possuem séculos de existência; outras nasceram das disputas políticas modernas; outras ganharam força nos últimos anos. Juntas, elas ajudam a explicar como uma população que mantém pouco contato cotidiano com judeus pode, ainda assim, dispor de tantas imagens para descrevê-los.

É justamente essa distância entre experiência e representação que atravessa o levantamento de ponta a ponta. A maioria dos entrevistados não conhece pessoalmente uma pessoa judia, grande parte não se recorda de ter aprendido sobre a comunidade judaica e o contato com suas instituições é raro. Quando a palavra “judeu” aparece no questionário, entretanto, as respostas surgem carregadas de referências. Bíblia, Jesus, Holocausto, sofrimento, inteligência, dinheiro, leitura, poder, “povo eleito”, Israel e Terra Prometida pertencem, com pesos diferentes, ao conjunto de imagens disponíveis.

“ O judeu ocupa, nesse sentido, uma posição peculiar no imaginário brasileiro: sua existência concreta pode estar distante da experiência cotidiana de grande parte da população, enquanto sua figura simbólica permanece próxima, familiar e carregada de significados.

Essa distância ajuda a compreender a longevidade dos estereótipos encontrados pela pesquisa. Eles circulam como uma espécie de conhecimento social sobre os judeus, transmitido por diferentes caminhos e acumulado ao longo do tempo. Dizer que judeus são inteligentes, leem muito, possuem dinheiro ou são pão-duros pode soar, para quem utiliza essas expressões, como uma descrição de características coletivas reconhecidas pela experiência. A própria naturalidade da formulação declara parte de sua força. O estereótipo oferece uma explicação simples e facilmente transmissível para uma coletividade formada por indivíduos, histórias, classes sociais, orientações políticas, práticas religiosas e experiências culturais profundamente diferentes.

Os resultados nos permitem inferir também que essa familiaridade simbólica não precisa assumir uma forma abertamente hostil. Algumas das representações com maior concordância são percebidas socialmente como elogiosas. Inteligência, leitura, competência e sucesso podem participar de uma imagem positiva dos judeus e, ainda assim, transformar milhões de indivíduos em portadores de uma característica comum. Outras representações introduzem atributos morais, econômicos ou políticos, como avareza, riqueza, falta de confiabilidade e poder. Em outro nível, aparecem as ideias de controle dos bancos e da imprensa, nas quais a generalização adquire uma estrutura conspiratória e atribui a uma coletividade uma capacidade coordenada de comando sobre instituições centrais da sociedade. São famílias distintas de representação, com histórias e gravidades próprias, que encontram no presente diferentes graus de reconhecimento e adesão.

As imagens encontradas pertencem a momentos históricos diferentes. A responsabilização dos judeus pela morte de Jesus carrega uma longa história cristã; as associações com dinheiro e avareza atravessaram séculos da cultura ocidental; as narrativas sobre controle financeiro e da imprensa adquiriram centralidade no antissemitismo político moderno; a negação do Holocausto pertence às disputas de memória posteriores ao genocídio; e algumas formulações encontradas em 2026 parecem incorporar ao imaginário sobre “os judeus” questões produzidas pelo conflito contemporâneo. O presente reúne essas temporalidades e permite que elas convivam dentro do mesmo espaço social, dando ao tempo do agora um peso e uma responsabilização singular de carregar marcas do passado.

A religião ocupa um lugar particularmente importante nessa composição. Os cruzamentos mostraram sua capacidade de organizar determinadas percepções sobre os judeus e, principalmente, sobre Israel. Entre os evangélicos, a ideia dos judeus como “povo eleito” encontra adesão consideravelmente maior, assim como determinadas interpretações sobre a legitimidade histórica do Estado israelense. O mesmo universo religioso conserva, contudo, uma presença expressiva da responsabilização coletiva dos judeus pela morte de Jesus.

Uma pessoa pode admirar os judeus por razões religiosas e conservar uma antiga acusação cristã; pode considerar Israel o cumprimento de uma promessa bíblica e reproduzir estereótipos econômicos; pode reconhecer o Holocausto como uma tragédia histórica e considerar plausível que judeus exerçam controle sobre determinadas instituições. As representações se combinam de maneiras que obedecem a histórias culturais próprias e não precisam produzir uma visão internamente coerente para continuar funcionando.

É nesse terreno que a noção de antissemitismo cultural oferece uma chave interpretativa particularmente produtiva para os resultados, ao permitir acompanhar representações que continuam circulando mesmo quando sua origem histórica desapareceu da consciência de quem as reproduz. Uma piada sobre dinheiro, uma afirmação sobre inteligência, uma interpretação religiosa ou uma suspeita sobre poder podem ser transmitidas sem qualquer identificação consciente com uma ideologia antissemita. Sua permanência depende justamente da capacidade de se integrar à linguagem cotidiana e de parecer familiar o suficiente para dispensar explicações sobre sua procedência.

Esse entendimento preserva também as diferenças entre as representações encontradas. Atribuir inteligência extraordinária aos judeus possui significado histórico diferente de responsabilizá-los pela morte de Jesus; chamar judeus de pão-duros pertence a uma gramática distinta daquela que afirma seu controle sobre bancos ou imprensa; negar o Holocausto acrescenta ainda outra dimensão. A pesquisa ganha densidade quando essas famílias permanecem separadas e podem ser observadas em suas relações, em vez de serem fundidas em uma medida única. O fenômeno aparece, assim, em sua própria heterogeneidade, formado por camadas que sobreviveram de maneiras diferentes e continuam disponíveis para novos usos.

Israel acrescenta a esse quadro uma dimensão decisiva. As associações espontâneas mostram que a imagem do país está fortemente marcada pelo conflito. Guerra, atentados e bombas aparecem com destaque, enquanto referências religiosas continuam presentes e

convivem com categorias políticas e territoriais. Essa configuração faz sentido diante do contexto em que a pesquisa foi realizada. Desde outubro de 2023, Israel passou a ocupar um espaço intenso no noticiário internacional, nas redes sociais, nas disputas políticas e nos debates públicos, e os acontecimentos em Gaza se tornaram parte importante da maneira pela qual o país é visto e discutido.

As respostas sobre o conflito mostram uma opinião pública mais complexa do que as polarizações políticas frequentemente sugerem. Entre aqueles que conhecem o ataque de 7 de outubro, sua desaprovação é amplamente majoritária. A avaliação da resposta israelense apresenta, por sua vez, posições diferentes. Há entrevistados que a interpretam como exercício legítimo do direito de defesa; outros reconhecem esse direito, mas consideram a reação desproporcional; enquanto uma parcela utiliza a categoria de genocídio para definir as ações em Gaza. Essas posições mostram que a condenação ao Hamas e a avaliação crítica da atuação israelense podem conviver dentro do mesmo horizonte de interpretação, como já afirmamos anteriormente.

Parte dos entrevistados reconhece que as ações de Israel interferem em sua opinião sobre os judeus, e algumas das afirmações apresentadas pelo questionário parecem registrar esse trânsito quando atribuem genericamente aos “judeus” características relacionadas a questões territoriais ou políticas contemporâneas. A formulação “judeus invadem as terras dos outros” é especialmente importante porque transfere para uma coletividade religiosa, étnica e cultural uma ação normalmente discutida em relação a governos, forças militares, colonos ou políticas territoriais específicas.

Israel é um Estado, possui governos, instituições, partidos, forças armadas, cidadãos e políticas que podem e devem ser avaliados politicamente. Os judeus constituem uma coletividade diversa, espalhada por diferentes países e formada por pessoas com posições igualmente diversas diante de Israel e do conflito. Quando uma ação atribuída ao Estado passa a funcionar como característica dos judeus, ocorre uma generalização que a pesquisa consegue registrar. Esse mecanismo ajuda a compreender uma das formas pelas quais acontecimentos recentes podem se incorporar a repertórios muito mais antigos.

O conflito contemporâneo também mostra como as representações se transformam sem abandonar necessariamente suas estruturas anteriores. Durante séculos, o imaginário antissemita atribuiu aos judeus características coletivas capazes de explicar fenômenos sociais complexos. O vocabulário mudou muitas vezes, assim como os acontecimentos utilizados para sustentá-lo. Em 2026, a política de Israel oferece um novo conjunto de

imagens e categorias que pode, em determinadas circunstâncias, ser projetado sobre judeus que vivem no Brasil e que não possuem qualquer responsabilidade pelas decisões do governo israelense. O presente acrescenta, dessa maneira, novas possibilidades a um mecanismo histórico conhecido de generalização.

A educação ocupa outro lugar central na explicação desse quadro. Os brasileiros parecem reconhecer o Holocausto com muito mais facilidade do que se recordam de ter aprendido sobre a comunidade judaica. Entre aqueles familiarizados com o genocídio, a escola aparece como a principal fonte de aprendizagem, confirmando a presença relativamente consolidada do tema na memória escolar. Quando a pergunta se volta para aquilo que os entrevistados aprenderam sobre os judeus, o cenário se torna mais disperso, e redes sociais, internet, livros e espaços religiosos passam a dividir com a escola a formação desse conhecimento.

A diferença entre esses dois resultados conduz a uma das constatações mais importantes do levantamento. Auschwitz, Hitler, perseguição e Holocausto ocupam um lugar reconhecível na memória histórica, enquanto a diversidade das experiências judaicas aparece de maneira muito menos nítida. História, cultura, religião, secularização, experiências migratórias, presença judaica no Brasil, diferenças políticas e formas contemporâneas de vida comunitária possuem menor visibilidade. A vítima histórica torna-se conhecida com maior facilidade do que o sujeito que existia antes da perseguição e continuou existindo depois dela.

Essa assimetria coloca uma questão importante para a própria educação sobre o Holocausto. Compreender o genocídio envolve conhecer aquilo que foi destruído. As comunidades judaicas europeias não podem aparecer apenas no momento em que começam a ser perseguidas, como se sua história tivesse sido produzida pelo olhar de seus perseguidores. Eram sociedades internamente diversas, atravessadas por religião, política, classe, língua, conflitos geracionais e projetos distintos de futuro. Recuperar essa vida não constitui um complemento periférico ao ensino do Holocausto. É uma condição para compreender a dimensão daquilo que o genocídio procurou destruir.

O mesmo princípio vale para o enfrentamento do antissemitismo. Conhecer a história do Holocausto oferece uma referência fundamental, embora os estereótipos identificados pela pesquisa pertençam a temporalidades muito mais amplas. Uma educação capaz de reconhecer essas continuidades oferece instrumentos para compreender como representações anteriores ao genocídio sobreviveram a 1945 e encontraram novas linguagens para continuar circulando.

As redes sociais acrescentam outra dimensão a esse processo por aparecem entre as principais fontes pelas quais os entrevistados dizem aprender ou encontrar informações relacionadas aos judeus e a Israel. Filmes, séries, jogos, músicas, notícias, vídeos educativos, memes, piadas, símbolos nazistas e referências ao Holocausto circulam dentro do mesmo ecossistema informacional. A experiência digital reúne registros que anteriormente pertenciam a espaços mais separados e os coloca diante do usuário em sucessão contínua, muitas vezes sem a mediação histórica necessária para distinguir sua origem e seu significado.

Os dados da pesquisa permitem observar essa circulação com clareza. Uma parcela dos entrevistados já encontrou piadas relacionadas a dinheiro, poder ou aparência; outros viram memes sobre o Holocausto ou referências ao nazismo e à Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, conteúdos educativos e de conscientização também possuem presença significativa. O ambiente digital funciona, portanto, como espaço de disputa e recombinação. Arquivos, museus, pesquisadores, instituições educativas, produtores de desinformação, humoristas, influenciadores e usuários comuns participam de uma circulação na qual conteúdos de naturezas muito diferentes podem alcançar as mesmas pessoas.

É nesse ambiente que a capacidade de adaptação dos estereótipos encontra condições favoráveis. A internet não precisou inventar a associação entre judeus e dinheiro, entre judeus e poder ou entre judeus e controle institucional. Essas imagens já possuíam uma longa história. As plataformas oferecem novas linguagens para sua transmissão, condensam referências em imagens e vídeos curtos e permitem que conteúdos produzidos em um contexto reapareçam rapidamente em outro. O estereótipo ganha sobrevida porque consegue ser traduzido para formatos contemporâneos sem carregar consigo a explicação histórica de sua origem.

A comparação entre 2024 e 2026 torna essa discussão ainda mais relevante. O intervalo entre os dois levantamentos foi curto, embora atravessado por uma sucessão intensa de acontecimentos capazes de alterar rapidamente a conjuntura internacional e produzir, quase diariamente, novas questões para a observação das percepções sociais. Nesse período, Israel, Gaza, Hamas, sionismo, antissionismo, genocídio e antissemitismo passaram a ocupar de maneira recorrente o noticiário, as redes sociais e o debate político. As duas pesquisas foram realizadas, portanto, em ambientes públicos diferentes.

O movimento mais regular encontrado na comparação está na redução das respostas “não sei dizer”. Essa queda aparece em praticamente toda a bateria de estereótipos, alcançando afirmações sobre inteligência e leitura, “povo eleito”, responsabilidade pela morte de

Jesus, controle dos bancos e da imprensa e até a negação do Holocausto. Em 2026, mais entrevistados escolhem alguma posição diante dessas afirmações. Parte migra para a concordância, parte para a discordância e parte para a posição intermediária. O que diminui de maneira consistente é a ausência declarada de uma resposta.

Esse resultado oferece uma chave importante para interpretar a mudança entre os dois levantamentos. Os brasileiros pesquisados em 2026 parecem chegar às perguntas com mais opiniões disponíveis sobre os judeus. Em algumas afirmações, isso significa crescimento da concordância; em outras, aumento da rejeição ou da posição intermediária. A maior familiaridade com o tema pode ter muitas origens, e o questionário não acompanha individualmente esse processo. Ainda assim, a redução sistemática do “não sei” mostra que o espaço ocupado pela indefinição diminuiu em apenas dois anos.

A intensidade do debate público nesse período oferece um contexto importante para pensar essa transformação. Falar mais sobre um tema amplia sua presença social e fornece às pessoas novas referências para formar opiniões. A qualidade dessas referências varia enormemente. Uma aula, uma reportagem, um sermão, um vídeo, um meme e uma postagem conspiratória podem participar, em medidas diferentes, da formação do repertório utilizado posteriormente para responder a uma pesquisa. A maior disponibilidade de opiniões registrada em 2026 precisa ser compreendida dentro desse ambiente informacional mais intenso, no qual conhecimento e estereótipo podem crescer simultaneamente.

Os cruzamentos realizados ao longo da pesquisa apontam para um cenário complexo. Religião, idade, escolaridade, região e contato pessoal interferem de maneiras diferentes segundo a pergunta analisada. A religião possui grande capacidade de organizar as percepções sobre Israel e determinadas representações cristãs dos judeus. A idade modifica o peso dos repertórios, com referências religiosas mais presentes entre entrevistados mais velhos e imagens relacionadas ao conflito contemporâneo ganhando espaço entre os mais jovens. A escolaridade altera as formas de associação e conhecimento, enquanto o contato pessoal amplia a familiaridade e a disposição para responder, sem eliminar automaticamente as generalizações.

O conjunto desses resultados dificulta qualquer tentativa de localizar o preconceito em um único segmento da sociedade brasileira. Diferentes famílias de representação encontram maior ou menor receptividade em grupos distintos, sem que uma delas pertença exclusivamente a determinado grupo. A acusação de deicídio apresenta diferenças

religiosas; referências ao conflito variam segundo idade e escolaridade; teorias conspiratórias circulam para além de uma única posição social.

A pesquisa encontra repertórios, graus de adesão e ambientes de maior ou menor plausibilidade para determinadas imagens. Do ponto de vista das políticas de enfrentamento ao antissemitismo, isso mostra a necessidade de dialogar com formas distintas do fenômeno. Uma acusação religiosa exige instrumentos diferentes daqueles necessários para enfrentar uma teoria conspiratória, assim como a generalização das ações de Israel sobre judeus brasileiros pertence a um contexto diferente da banalização do Holocausto nas redes sociais.

Também por isso a palavra “antissemitismo” ocupa um lugar tão interessante nos resultados. Uma parcela muito expressiva dos entrevistados declara não conhecer o termo e, mesmo entre aqueles que afirmam conhecê-lo ou já ter ouvido falar dele, existe considerável dificuldade para identificar seu significado. Essa limitação conceitual convive com o reconhecimento de várias representações historicamente associadas ao antissemitismo. A distância entre conhecer o nome e reconhecer as ideias ajuda a explicar como determinadas imagens podem continuar circulando sem serem identificadas como parte de uma tradição de preconceito.

Uma sociedade não precisa dominar o vocabulário do antissemitismo para conservar algumas de suas representações. A ideia pode sobreviver ao nome, assim como o estereótipo pode sobreviver à memória de sua origem. Quando uma associação se torna suficientemente familiar, ela passa a parecer parte do conhecimento cotidiano e perde a aparência de construção histórica. O enfrentamento do preconceito começa, nesse sentido, também pela recuperação dessa história.

A pesquisa aponta, por isso, para um desafio que é ao mesmo tempo educacional, cultural e público.

“ Ampliar o conhecimento sobre a experiência judaica significa oferecer referências capazes de mostrar a diversidade onde o estereótipo produz homogeneidade.

Significa apresentar os judeus como sujeitos de histórias plurais, compreender a formação histórica das imagens que lhes foram atribuídas, distinguir o Estado de Israel da coletividade judaica, reconhecer a legitimidade da crítica política e identificar o momento em

que essa crítica se converte em generalização sobre pessoas. Significa também ensinar o Holocausto como a história de um processo de perseguição e destruição sem reduzir a experiência judaica ao lugar da vítima.

Esse trabalho adquire importância ainda maior em uma sociedade na qual a experiência direta com judeus permanece restrita. Quando poucas pessoas conhecem alguém judeu ou tiveram contato com uma instituição judaica, escola, religião, imprensa, cultura e redes sociais ganham maior responsabilidade na produção das imagens que ocuparão esse espaço. Cada uma dessas instâncias pode ampliar o conhecimento, reproduzir simplificações ou fazer as duas coisas simultaneamente. A disputa pela qualidade dessas mediações torna-se, assim, parte central de qualquer política voltada à educação e ao enfrentamento do preconceito.

Entre aquilo que se conhece pela experiência e aquilo que se aprende por meio das representações existe um espaço amplo, ocupado por memórias, crenças, histórias, notícias, imagens e estereótipos. É nesse espaço que os judeus são imaginados antes mesmo de serem encontrados e onde referências produzidas em épocas muito diferentes continuam disponíveis para interpretar o presente. Compreender como esse repertório foi formado, como circula e por que algumas de suas imagens permanecem reconhecíveis oferece um caminho mais fecundo do que procurar apenas medir a presença ou a ausência do preconceito.

Os dados de 2026 mostram um Brasil mais disposto a falar sobre os judeus, influenciado pela intensidade do conflito contemporâneo e por uma circulação crescente de informações e representações. O desafio que emerge dessa mudança está na passagem da familiaridade para o conhecimento.

“ Conhecer mais sobre os judeus significa aproximar-se da diversidade da experiência judaica, reconhecer a história das imagens construídas sobre ela e adquirir instrumentos para distinguir pessoas das representações que, durante séculos, pretenderam falar em seu nome.

É nessa passagem, entre aquilo que imaginamos conhecer e aquilo que a história permite compreender, que esta pesquisa encontra sua questão mais duradoura.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

AZEVEDO, Nyrma Souza Nunes de; SCOFANO, Reuber Gerbassi (orgs.). *Introdução aos pensadores do imaginário*. 1. ed. Campinas: Alínea, 2018.

BEINART, Peter. *Ser judío tras la destrucción de Gaza: un ajuste de cuentas*. Tradução de Pablo Batalla. Madrid: Capitán Swing, 2025.

BEN-AMI, Shlomo. *Profetas sin honor: la lucha por la paz en Palestina y el fin de la solución de dos estados*. Tradução de Ana Isabel Sánchez. Barcelona: RBA Libros, 2023.

BENEDYKT, Breno Isaac; GUINSBURG, Gita K.; SCHUCMAN, Lia Vainer *et al.* (orgs.). *A condição judaica: heranças*. São Paulo: Perspectiva, 2025. (Coleção A questão judaica contemporânea).

BOEHM, Omri. *Universalismo radical: más allá de la identidad*. Tradução de Irene Jové Blaya. Madrid: Taurus, 2025.

DÍAZ ÁLVAREZ, Enrique. *Lo intolerable: repulsión, vergüenza y responsabilidad colectiva ante la crueldad contemporánea*. Barcelona: Anagrama, 2026.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Tradução de Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

EMCKE, Carolin. *Contra el odio: un alegato en defensa de la pluralidad de pensamiento, la tolerancia y la libertad*. Madrid: Taurus, 2017.

GUTERMAN, Marcos. *Holocausto e memória*. São Paulo: Contexto, 2020.

KOVACIC, Verónica; NABEL DE JINICH, Graciela. *Conocer, comprender y recordar: recursos para enseñar el Holocausto/Shoá y otros procesos genocidas*. Prefacio de Emmanuel Taub. Buenos Aires: Prometeo, 2021.

LÉVINAS, Emmanuel. *Antología de obras completas de Emmanuel Lévinas: os imprevistos da história; ser judeu; liberdade e mandamento; da unicidade*. Tradução de Maria Lucília Machado Viana. [S. l.]: Chiado Editorial, 2025.

MAZOWER, Mark. *Sobre o antissemitismo: a história de uma palavra*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

MORRIS, Benny. *Vítimas: uma história do conflito entre sionistas e árabes, 1881-2001*. Tradução de Margarida Goldszajn. São Paulo: Perspectiva, 2026. (Coleção A questão judaica contemporânea).

POLIAKOV, Léon. *Do antissionismo ao antissemitismo*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Prefácio de Flávio Limonic. São Paulo: Perspectiva, 2025. (Coleção A questão judaica contemporânea).

ROTHBERG, Michael. *Memória multidirecional: rememorando o Holocausto na era da descolonização*. Tradução de Rainer Patriota. Apresentação de Michel Gherman. São Paulo: Perspectiva, 2026. (Coleção A questão judaica contemporânea).

ROUDINESCO, Elisabeth. *Retorno à questão judaica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SAND, Shlomo. *Como uma raça foi imaginada*. Tradução de Artur Morão. [S. l.]: UCG Ebooks, 2023.

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões Sobre o Racismo: Reflexões Sobre a Questão Judaica e Orfeu Negro*. Tradução de J. Guinsburg. Prefácio de Lia Vainer Schucman. São Paulo: Perspectiva, 2025. (Coleção A questão judaica contemporânea).

SCHUCMAN, Lia Vainer; BENEDYKT, Breno Isaac (orgs.). *Depois do 7 de Outubro*. São Paulo: Perspectiva, 2026. (Coleção A questão judaica contemporânea).

SCHURSTER, Karl. *O antissemitismo prático: o passado foi enterrado vivo e pode retornar a qualquer momento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025.

SCHURSTER, Karl; SILVA, Diego Leonardo Santana; MELLO, Carolline Cardoso de; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar (orgs.). *Breve dicionário crítico do conflito Israel-Palestina*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2026.

SEGRÉ, Ivan. *Os Pinguins do Universal: Antijudaísmo, Antissemitismo, Antissionismo*. 2. ed. Tradução de Marise Levy Wahrhaftig. Prefácio de Daniel Feldmann. São Paulo: Perspectiva, 2025. (Coleção A questão judaica contemporânea).

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

